Diagnóstico Situacional de Indicadores ODS

Alta Floresta | MT

ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

JACAREACANGA PARANAÍTA ALTA FLORESTA

Hidrelétrica TELES PIRES
NEOENERGIA Eletrobras | CGT Eletrosul Furnas

BNDES

PNUD

Diagnóstico Situacional de Indicadores ODS

Alta Floresta | MT

ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

JACAREACANGA PARANAÍTA ALTA FLORESTA

Hidrelétrica TELES PIRES

NEOENERGIA Eletrobras CGT Eletrosul Furnas

BNDES

PNUD

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico situacional de indicadores ODS [livro eletrônico] : Alta Floresta - MT / organização PNUD Brasil. -- Brasília, DF : Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2022. -- (Diagnóstico situacional de indicadores ODS ; 3) PDF

Bibliografia.
ISBN 978-85-88201-67-5

1. Desenvolvimento sustentável 2. Indicadores sociais - Alta Floresta (MT) 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) I. PNUD Brasil. II. Série.

22-114492 CDD-363.7

Índices para catálogo sistemático:
1. Agenda 2030 : Objetivos de Desenvolvimento Sustentável : Indicadores : Problemas ambientais 363.7
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

REALIZAÇÃO
Katyna Argueta
Representante Residente
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | Brasil

Carlos Arboleda
Representante Residente Adjunto
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | Brasil

SUPERVISÃO
Maristela Marques Baioni
Representante Residente Assistente
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | Brasil

COORDENAÇÃO COOPERAÇÃO TÉCNICA DESCENTRALIZADA
Ieva Lazareviciute
Assessora em Desenvolvimento Territorial

ORGANIZAÇÃO E TEXTOS
Giane Boselli
Gerente de Projetos – Cooperação Descentralizada

LEVANTAMENTO DE DADOS E PRODUÇÃO DE GRÁFICOS
Felipe Dutra Dias
Talita Stori Aquino de Sousa

REVISÃO TÉCNICA
Giane Boselli
Vanessa Gonçalves

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Pedro Barros | Tikinet

DIAGRAMAÇÃO
Sense Design & Comunicação

FOTOGRAFIAS
Marcio Pimenta, Unsplash *(p. 79, p. 168)****, Pedro Nascimento*** *(p. 111, p. 155)****, Marcelo Giacomini*** *(p. 123)****,***
Lucas Diniz *(p. 124),* ***Nilvane Machado*** *(p. 144),* ***Paula Mariane*** *(p. 159),* ***Adriana Sousa*** *(p. 162),* ***Marilia Carvalho*** *(p. 165)*

PREFÁCIO PNUD

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a esperança de um futuro melhor para bilhões de pessoas, em um momento em que o mundo enfrenta dificuldades sem precedentes face às consequências da crise sanitária e socioeconômica provocada pela pandemia da COVID-19.

Aprovada em 2015 pelos países-membros das Nações Unidas, incluindo o Brasil, a Agenda 2030 serviu para ratificar o compromisso global de adotar medidas transformadoras que visem promover o desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás.

Diante da maior recessão em décadas e do recrudescimento da fome, da pobreza e das desigualdades sociais, os países têm agora a chance de olhar a crise como um "ponto de inflexão", no qual o futuro dependerá das decisões tomadas hoje, nas palavras do Administrador do PNUD Achim Steiner.

Para reconstruir mais rápido e melhor, será necessário aproveitar a oportunidade de investir de maneira resoluta nesta década em ações de impacto que redefinam o caminho de desenvolvimento das pessoas e do planeta em direção a um futuro mais justo, resiliente e verde.

Nesse sentido, apoiar os municípios é central para impulsionar o Brasil no alcance da Agenda 2030. Aí se insere a parceria firmada entre PNUD e Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), que buscará soluções para promover ou acelerar o desenvolvimento de Jacareacanga (PA), Alta Floresta (MT) e Paranaíta (MT), cidades onde há operações da empresa.

A iniciativa traz para a realidade desses municípios ferramentas e conhecimentos que servirão de subsídios para a implementação dos ODS no nível local, sistematizando indicadores para orientar e apoiar a tomada de decisões rumo à aceleração do desenvolvimento sustentável de acordo com as necessidades de suas populações. Esta publicação apresenta o Diagnóstico Situacional de Indicadores de **Alta Floresta** em Mato Grosso, uma importante ferramenta para auxiliar no planejamento de ações direcionadas a implementação dos ODS.

Tanto nos municípios quanto nos estados e países, a Agenda 2030 fornece a luz orientadora de que precisamos para acabar com a pandemia, responder aos seus impactos socioeconômicos e traçar um caminho para uma recuperação transformadora.

Katyna Argueta

Representante Residente

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | Brasil

PREFÁCIO CHTP

A Usina Hidrelétrica Teles Pires foi construída no rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT), na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso. Com capacidade instalada de 1.820 megawatts, a usina produz energia suficiente para abastecer uma população de 13,5 milhões de habitantes.

O empreendimento constituído pelas empresas Neoenergia (51%), CGT Eletrosul (24,5%) e Furnas (24,5%), ambas do grupo Eletrobras, atua com alta tecnologia e inovação em todos os equipamentos e processos para geração de energia de forma limpa e sustentável, com o desenvolvimento de ações que buscam constantemente o equilíbrio econômico e socioambiental.

A atuação da empresa é pautada pelo respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente. A companhia acredita na soma de esforços e busca inspirar iniciativas que melhorem a qualidade de vida de toda a sociedade. Nesse sentido, desenvolve projetos ambientais que buscam a preservação da fauna, da flora, da água e do solo para amenizar as modificações que ocorrem no meio em que atua.

Em atendimento ao licenciamento ambiental do empreendimento da usina, foram desenvolvidos também projetos socioeconômicos que buscam implementar vocações e novas alternativas produtivas nos municípios próximos, com o intuito de alavancar o desenvolvimento sustentável.

A empresa compromete-se, dessa forma, com a Agenda 2030, e busca contribuir para o alcance, no Brasil, das metas expressas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Teles Pires acredita que os municípios têm um papel estratégico e decisivo na implementação dos planos nacionais e no atingimento das metas estipuladas para o alcance dos ODS. Compreende a importância do comprometimento do setor elétrico com uma atuação responsável e sustentável, agindo como parceiro importante de governos locais.

Por meio do desenvolvimento do projeto Acelerando o Desenvolvimento com o PNUD, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a UHE Teles Pires contribui para o desenvolvimento e fortalecimento do poder público local e da sociedade civil, além de incentivar o engajamento de outros atores sociais em prol de transformações que melhorem de fato as condições de vida das comunidades no país.

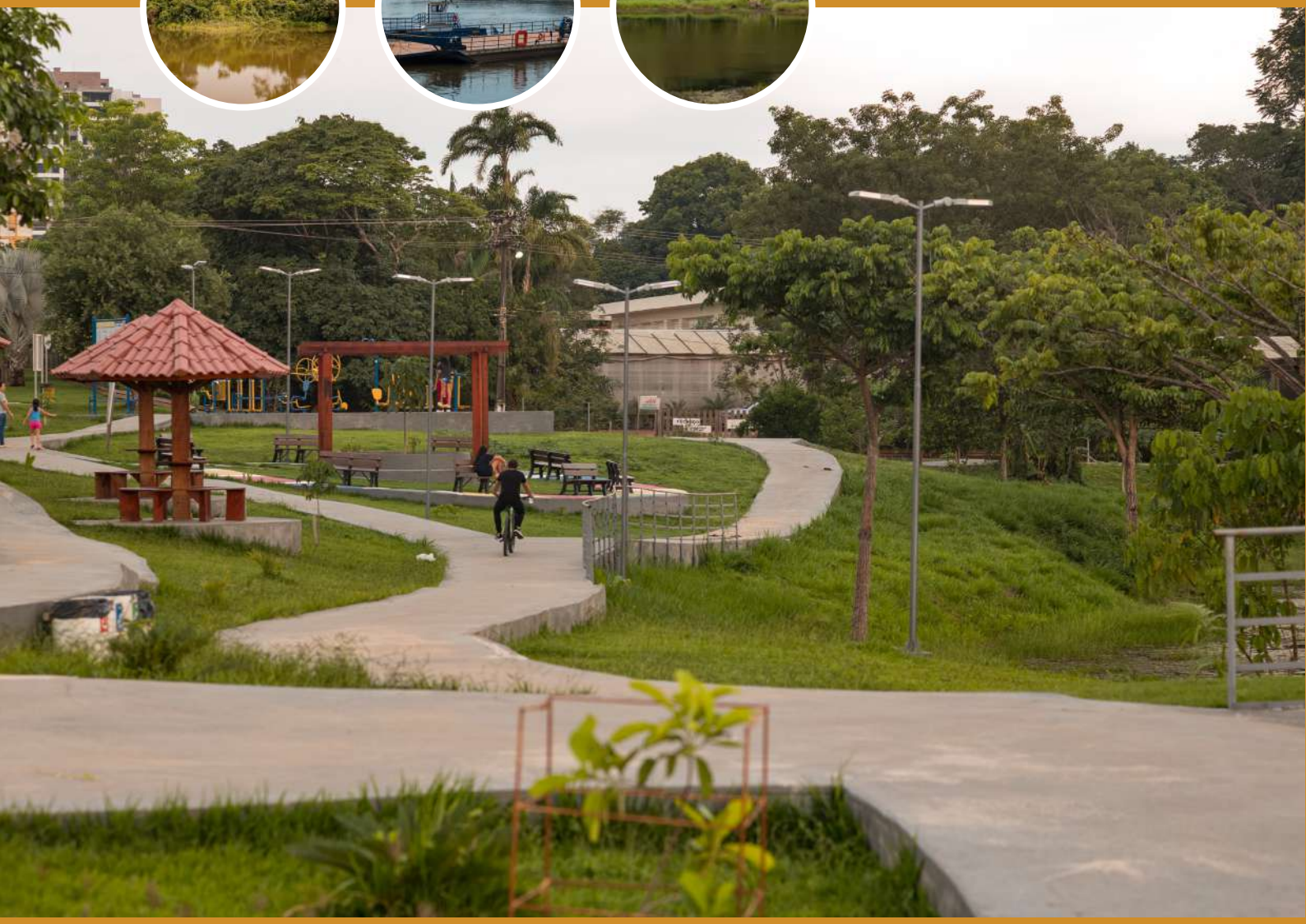
Para a Teles Pires, é motivo de orgulho fazer parte e contribuir com iniciativas como essa, que contam com um conjunto de ações envolvendo a oferta de formações a distância e presenciais, o mapeamento de atores sociais nos territórios, a realização de assessorias técnicas para os municípios participantes, a criação e o fortalecimento de mecanismos para financiamento de projetos e políticas alinhadas à Agenda 2030 e à implantação de práticas de mecanismos de diálogo continuado na região.

Por meio desta publicação, apresenta-se um diagnóstico local alinhado aos ODS, permitindo a discussão ampliada e a formulação de políticas públicas municipais em consonância com os desafios globais.

Boa leitura!

Ivan Bichara Sobreira Neto

Gerente de Meio Ambiente da UHE Teles Pires



SUMÁRIO

9 A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

16 IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NOS MUNICÍPIOS

22 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE INDICADORES ODS: O QUE É?

23 INDICADORES PARA MONITORAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

27 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL - ALTA FLORESTA | MT

28 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

32 DINÂMICA TERRITORIAL

34 ÁREA FLORESTAL

34 QUEIMADAS

35 DESMATAMENTO

37 REDE URBANA

40 POPULAÇÃO

42 PIRÂMIDE ETÁRIA

46 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

53 POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

58 PROTEÇÃO SOCIAL

61 DESNUTRIÇÃO

63 DESNUTRIÇÃO INFANTIL

66 DESNUTRIÇÃO EM MENORES DE 2 ANOS

69 NUTRIÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

71 SAÚDE E BEM-ESTAR

71 MORTALIDADE MATERNA

74 MORTALIDADE NA INFÂNCIA

75 MORTES DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS

76 MORTES DE RECÉM-NASCIDOS

79 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

79 MÃES DE 10 A 14 ANOS

81 MÃES DE 15 A 19 ANOS

84 INCIDÊNCIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
88 MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRÂNSITO
91 MORTALIDADE POR SUICÍDIO
94 MORTALIDADE POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

96 EDUCAÇÃO
97 FREQUÊNCIA ESCOLAR
99 QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO
104 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

106 IGUALDADE DE GÊNERO
108 MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
110 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
113 DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS ENTRE HOMENS E MULHERES

116 ÁGUA E SANEAMENTO
117 ACESSO À ÁGUA
118 ESGOTAMENTO SANITÁRIO
119 PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
121 QUALIDADE DA ÁGUA

123 ENERGIA
127 TELECOMUNICAÇÕES

129 TRABALHO, RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO
130 SALDO DE EMPREGOS FORMAIS
133 SALÁRIO MÉDIO MENSAL
133 RENDA *PER CAPITA*
135 ECONOMIA
137 PIB MUNICIPAL
138 PIB POR SETOR
139 PIB *PER CAPITA*
142 ATIVIDADE INDUSTRIAL
143 AGROPECUÁRIA
152 TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

156 DESIGUALDADE SOCIAL
158 GRAU DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA

159 RESÍDUOS SÓLIDOS

162 CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA PARA POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

165 SEGURANÇA
166 HOMICÍDIOS TOTAIS
170 HOMICÍDIOS SEGUNDO SEXO E IDADE
171 HOMICÍDIOS SEGUNDO RAÇA

174 CONSIDERAÇÕES FINAIS

181 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

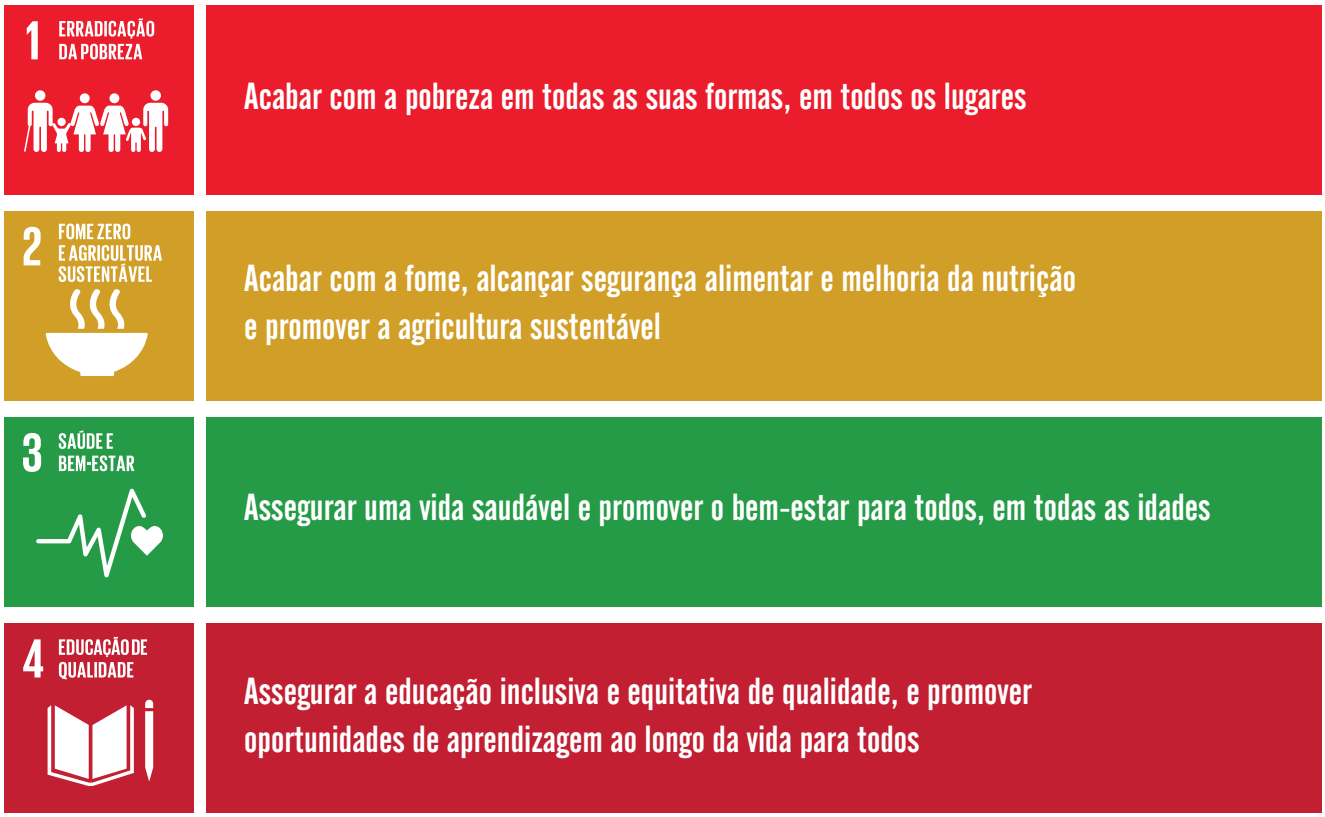
A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todas e todos. São objetivos e metas claras a serem adotados pelos países, de acordo com suas próprias prioridades, atuando no espírito de uma parceria global para preservar o planeta e melhorar a vida das pessoas agora e no futuro.

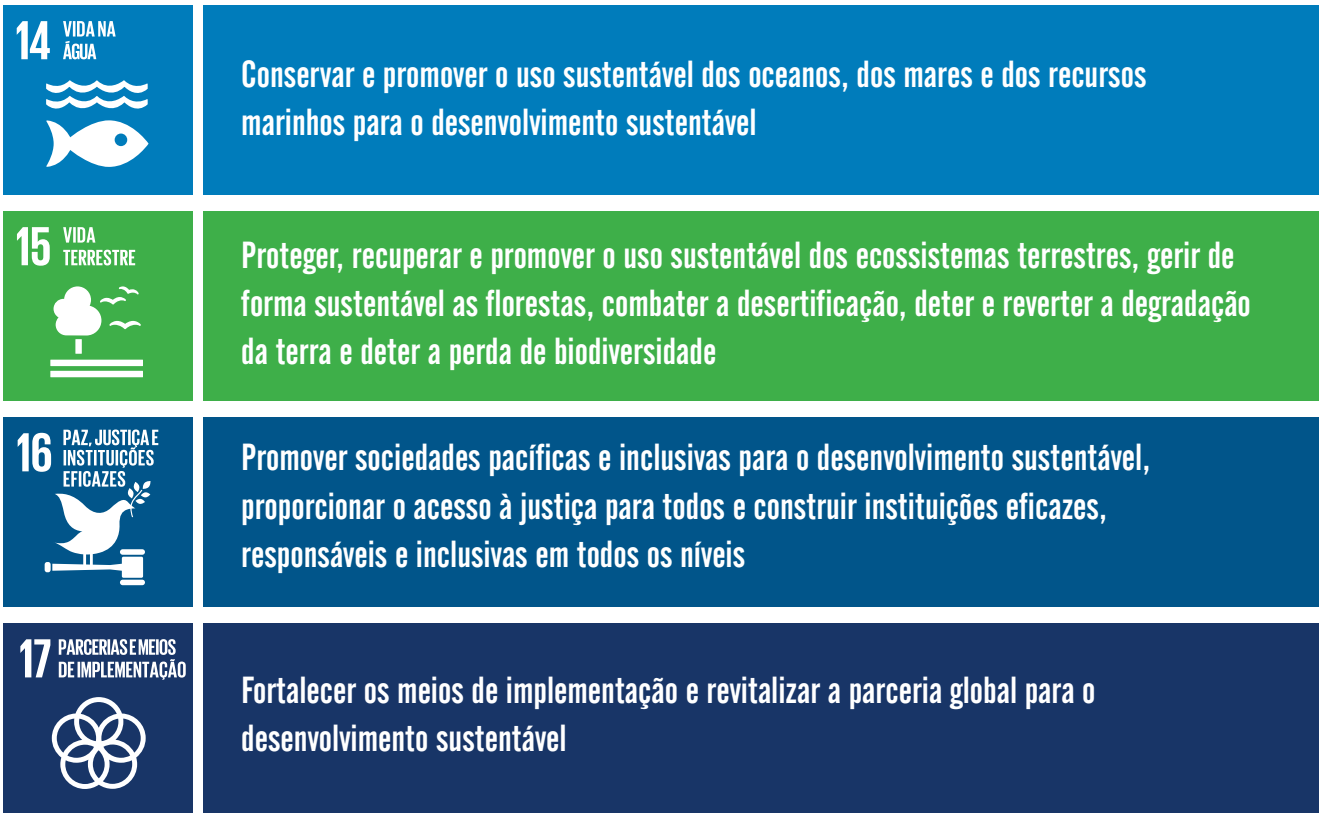
Em 2015, ao adotarem o documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (A/70/L.1), da Organização das Nações Unidas, os países se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás.

O desenvolvimento sustentável é o avanço capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Esse trabalho resulta de ações coordenadas que não esgotam os recursos para o futuro. Os 17 objetivos traçados na Agenda 2030 buscam erradicar a pobreza e promover uma vida digna para a população mundial, dentro dos limites do planeta, de uma forma que integra o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

A ideia também é propor um espírito de parceria e pragmatismo que leve a escolhas certas para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações, garantindo ao mesmo tempo a conservação e a preservação do planeta. A Agenda 2030 oferece orientações claras e metas que podem ser adaptadas por todos os países de acordo com suas prioridades e de modo a combater as raízes da pobreza de uma forma holística, que agrega ações em 17 áreas onde é possível promover um presente e um futuro melhor.



5 IGUALDADE DE GÊNERO	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos



Os 17 Objetivos são interligados de modo que o êxito de um ODS afeta diretamente outro. Combater os efeitos adversos da mudança do clima influencia diretamente na forma de gerenciarmos os nossos recursos naturais. Alcançar a igualdade de gênero e melhorar a saúde ajuda a erradicar a pobreza. Fomentar a paz e promover sociedades inclusivas reduzirão as desigualdades e contribuirão para a prosperidade das economias. Os ODS também mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

São como um plano de trabalho que pode ser utilizado por governos, sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Esses eixos são áreas de importância fundamental para a humanidade e o planeta.

MISSÃO DO PNUD COM A AGENDA 2030

"Embora estejamos fazendo um progresso notável para alcançar todos os 17 ODS até 2030, ainda enfrentamos inúmeros e diversos desafios para acelerar o cumprimento dos objetivos. As metas que os países estabeleceram são ambiciosas e abrangentes – elas incluíram a redução da pobreza, as extensas ações de que precisamos para combater a mudança global do clima, assim como o aumento dos esforços necessários para proteger a biodiversidade do nosso planeta".

Achim Steiner, Administrador do PNUD (2017).

Os ODS entraram em vigor em janeiro de 2016 e continuarão a guiar as políticas e o financiamento do PNUD nos próximos anos. Por ser agência líder da ONU para o desenvolvimento, o PNUD tem uma posição única para apoiar os parceiros interessados na implementação dos Objetivos por meio do trabalho que desenvolve em 170 países e territórios.

Desde a entrada em vigor da Agenda 2030, o PNUD Brasil vem desenvolvendo sua cooperação em torno de eixos prioritários previstos em seu Programa de País para o ciclo 2017-2021. Esse plano estratégico enfoca áreas-chave como a diminuição da pobreza, a governança democrática, a construção da paz, a resiliência, a inclusão social, a mudança do clima, a mitigação de riscos de desastres e a desigualdade social.

O PNUD fornece suporte para diversos governos integrarem os ODS em seus planos e políticas nacionais de desenvolvimento. Esse trabalho está em curso, e muitos países já estão sendo apoiados na aceleração do progresso rumo ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com um trabalho transversal em múltiplos objetivos, o PNUD tem adquirido uma vasta e comprovada experiência a fim de contribuir para o alcance das metas dos ODS até 2030. Para tanto, não trabalha sozinho. Promover o desenvolvimento requer a parceria com governos, setor privado, meio acadêmico e sociedade civil organizada. Cada um desses atores, no âmbito de suas funções e potencialidades, pode fazer a sua parte para garantir um futuro sustentável, sem deixar ninguém para trás.

O relatório das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), denominado **"O futuro é agora: ciência para alcançar o desenvolvimento sustentável"**, informou que o mundo precisa redobrar seus esforços para alcançar os ODS até 2030.

O documento apontou a queda da taxa de extrema pobreza, de 36% em 1990 para 8,6% em 2018. No entanto, a velocidade da redução da pobreza está estagnada. Além disso, a desigualdade de gênero persiste, pois mulheres e meninas ainda são excluídas da política, da educação e das oportunidades econômicas. Ações drásticas também são necessárias para mitigar os efeitos negativos da mudança global do clima.

O Acordo de Paris foi um excelente passo em direção ao comprometimento dos países em diminuir a emissão de gases do efeito estufa, mas o relatório mostrou que 2018 foi o ano mais quente já registrado. O aumento progressivo dos níveis de dióxido de carbono provoca uma reação em cadeia, com a acidificação oceânica, climas extremos, aumento do nível do mar, entre outros sintomas.

Por outro lado, o mundo está progredindo no acesso a energia. Hoje, quase nove em cada dez pessoas têm acesso a eletricidade, e as tecnologias renováveis desempenham um papel cada vez mais relevante neste âmbito. A perda geral de biodiversidade está diminuindo, mas ainda é frágil. O ritmo do desmatamento diminuiu 25%, enquanto o financiamento para proteção e manejo aumentou. Contudo é preciso ter cuidado para evitar a extinção de um milhão de espécies ameaçadas e impedir qualquer degradação adicional das terras.

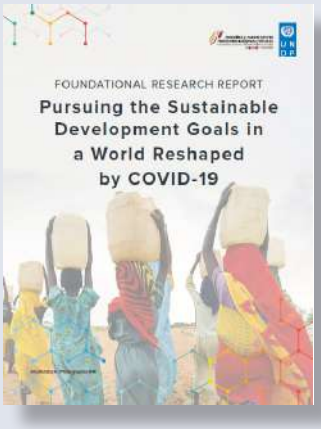
Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/24797GSDR_report_2019.pdf>.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus nos mostrou um novo mundo. Milhões de pessoas estão passando por miséria e sofrendo incalculáveis danos. O alcance dos problemas econômicos e sociais gerados pela COVID-19 já está sendo sentido. O PNUD estima que o desenvolvimento humano global – uma combinação de educação, saúde e padrões de vida – pode cair pela primeira vez desde 1990, quando as medições começaram.

A pandemia apresentou um enorme desafio e enormes oportunidades para alcançar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são um roteiro para a humanidade. Abrangem quase todos os aspectos do bem-estar humano e planetário e, se atendidos, proporcionarão uma vida estável e próspera para todas as pessoas e garantirão a saúde do planeta. Em 2020, receberam um golpe doloroso – um golpe que será de longo alcance nos próximos anos. Mas a pandemia também nos mostra a sabedoria do que já é inerente aos ODS; os desafios que enfrentamos não podem ser tratados isoladamente.

Estamos nos aproximando rapidamente do horizonte de 2030 para alcançar as metas previstas. Com a COVID-19, estamos regredindo. Precisamos de uma melhor compreensão de como estamos em relação às metas estabelecidas. Além disso, precisamos compreender como o progresso pode ser prejudicado pela pandemia e como podemos acelerar o desenvolvimento até 2030 e depois disso.

Disponível em: <https://sdgintegration.undp.org/sites/default/files/Foundational_research_report.pdf>.



IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NOS MUNICÍPIOS

"Os governos subnacionais não devem ser vistos como meros executores da Agenda. Os governos subnacionais são formuladores de políticas, catalisadores de mudanças e estão melhor posicionados para conectar as metas globais às realidades das comunidades locais".

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O que os governos locais precisam saber (United Cities and Local Development - UCLG, 2017)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam metas relacionadas ao trabalho direto de governos locais e regionais, particularmente no que se refere à prestação de serviços básicos.

Os governos locais e regionais são essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo em seus territórios. São parceiros fundamentais na implementação da maioria das metas traçadas. Por estarem mais próximos da realidade da população, também podem "criar a ponte" entre os governos nacionais e as comunidades, bem como desempenhar um papel importante no incentivo da participação das organizações da sociedade civil, do setor privado, da comunidade acadêmica e de outras organizações locais no processo de ação para aceleração do desenvolvimento.

Líderes eleitos, particularmente, têm um mandato democrático para liderar o desenvolvimento local e podem ser responsabilizados pelos cidadãos caso falhem. Tal responsabilidade democrática é uma ferramenta poderosa para impulsionar a implementação dos ODS no nível local. Alguns governos locais e regionais podem não estar cientes de seu papel na Agenda 2030, ou podem temer ser muito pequenos e não possuir o

conhecimento necessário ou a capacidade (recursos humanos, técnicos ou financeiros) para contribuir para a realização dos ODS.

Promover ferramentas para a apropriação local das estratégias nacionais é fundamental. Os governos locais e regionais devem se apropriar da Agenda 2030 e dos ODS para que, no âmbito de suas funções e responsabilidades, tenham papel determinante na implementação de políticas, programas e ações estratégicas.

Estabelecer objetivos e metas, definir meios de implementação e estipular indicadores de monitoramento são processos necessários. Os governos subnacionais devem ser proativos em buscar o diálogo e sinergias com os outros níveis de governo e com a sociedade civil, para definir e construir planos de ação voltados às prioridades locais e nacionais, de forma alinhada aos objetivos da Agenda 2030.

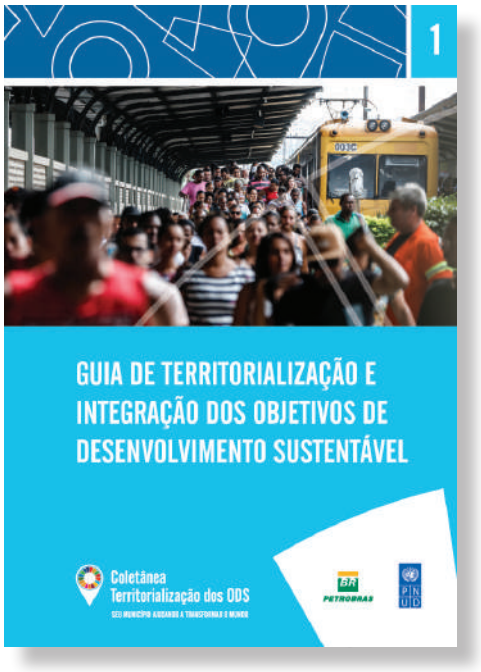
No contexto local, são as cidadãs e os cidadãos, nos respectivos municípios, os que melhor conhecem as próprias necessidades e percebem como as políticas podem afetar o seu dia a dia. Eles podem, inclusive, ajudar a identificar os meios de implementação mais adequados em determinada localidade, ao levarem em consideração as especificidades geográficas, políticas, sociais, econômicas e culturais da região que habitam.

Incorporar as metas da Agenda 2030 nos planejamentos e políticas locais pode não parecer uma tarefa simples. Contudo existem alguns trabalhos que visam apoiar os atores locais (governos, sociedade civil e empresas) a fazer esse trabalho.

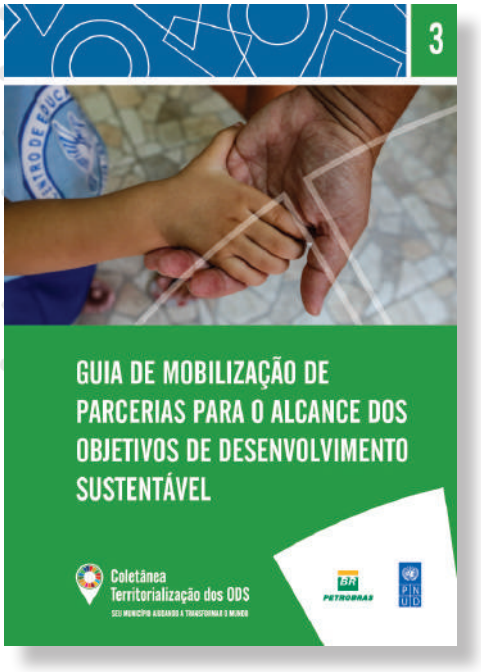
Guia para Integração
dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros
Gestão 2017-2020
CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
PNUD
50 ANOS

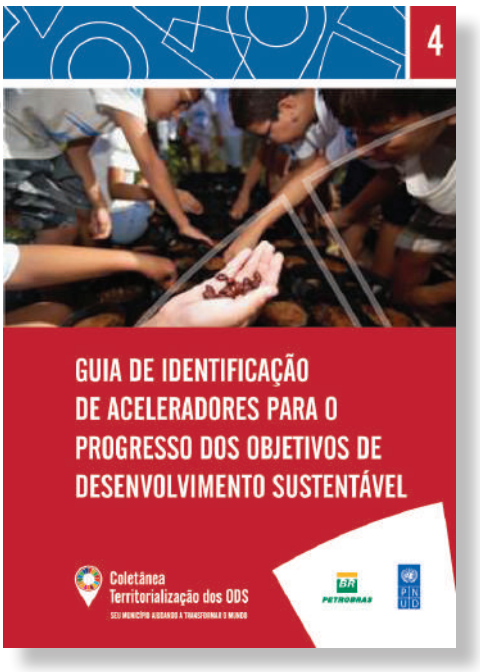
COLETÂNEA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
GESTÃO 2017-2020
GUIA PARA LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
O que os gestores municipais precisam saber
CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

INTEGRAÇÃO DOS ODS NA ESTRATÉGIA EMPRESARIAL
2018
CONTRIBUIÇÕES DA REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL PARA A AGENDA 2030
PNUD
PRME
CHAPTER BRAZIL


1
GUIA DE TERRITORIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Coletânea Territorialização dos ODS
PETROBRAS

2
GUIA DE ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SITUACIONAIS MUNICIPAIS DE INDICADORES ODS
Coletânea Territorialização dos ODS
PETROBRAS


3
GUIA DE MOBILIZAÇÃO DE PARCERIAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Coletânea Territorialização dos ODS
PETROBRAS


4
GUIA DE IDENTIFICAÇÃO DE ACELERADORES PARA O PROGRESSO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Coletânea Territorialização dos ODS
PETROBRAS

DICAS IMPORTANTES PARA SEGUIR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Conhecer a realidade local e identificar os objetivos e metas da Agenda 2030 são tarefas prioritárias para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. É com essa tarefa de identificação de gargalos que este documento pretende contribuir, trazendo um diagnóstico da situação dos indicadores de seu município, para que possam ser identificadas as áreas que estão demandando melhor planejamento e maior empenho.
- Além de analisar os indicadores que se relacionam com as metas, pode-se também identificar aqueles que ainda precisam ser criados e quais dados ainda devem ser coletados, a fim de se obter uma análise situacional mais completa e adequada à realidade local.
- Alinhar os ODS ao planejamento municipal – seja nos Planos Plurianuais (PPA), seja no Plano Diretor ou em outros documentos – para contemplar nas políticas e programas todas as áreas do desenvolvimento. Além disso, o setor produtivo também pode incluir os ODS no seu planejamento, por meio dos planos estratégicos ou dos relatórios de sustentabilidade.
- Devido à abrangência da Agenda 2030, diversos temas provavelmente já estão sendo trabalhados por seu município. É recomendável identificar áreas de atuação e parcerias já iniciadas que se vinculem com os ODS e as metas para as quais já existem programas e ações em andamento.
- Recomenda-se a criação de fóruns participativos que permitam o monitoramento da implementação dos ODS e a contribuição da população local. Também é importante a formação de mecanismos de acompanhamento e coordenação institucional que auxiliem no desenvolvimento de um trabalho conjunto.
- É também positivo buscar apoio e parceria com governos (inclusive de diferentes municípios), organismos internacionais, iniciativa privada, meio acadêmico e outros atores que possam contribuir para a iniciativa por meio de acordos sólidos e bem estruturados.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE INDICADORES ODS: O QUE É?

O PNUD vem desenvolvendo uma metodologia de diagnósticos municipais à luz dos ODS em diversos projetos conduzidos pelas áreas programáticas da organização. Recentemente, foram produzidos diagnósticos para 116 municípios do Projeto Territorialização e Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, implementado pelo PNUD em parceria com a Petrobras. Em 2018, também foram produzidos diagnósticos para 22 municípios do Projeto ODS Piauí, fruto de um memorando de entendimento firmado em 2016 com o Governo do Estado do Piauí. Outro projeto que também utilizou essa metodologia de diagnóstico foi o Oeste 2030: Cooperação com os ODS, realizado em 54 municípios do estado do Paraná, em parceria com a Itaipu Binacional. Todos esses projetos propõem a territorialização dos ODS mediante o fornecimento de ferramentas e subsídios que auxiliem na implementação da Agenda 2030 em nível local.

Os Diagnósticos Situacionais surgiram como forma de atender a uma demanda dos processos de localização dos ODS nos níveis subnacionais, recebidos pelo PNUD após o lançamento da Agenda 2030. O objetivo desses relatórios é traçar uma linha de base formada por indicadores e estimular a reflexão sobre o monitoramento do alcance de metas locais e globais.

O levantamento de informações e indicadores visa apoiar a tomada de decisão local. Os relatórios finais dos Diagnósticos Situacionais ODS consistem em um exercício de análise de dados municipais, de forma comparativa com dados estaduais e federais, para que sejam utilizados como subsídios na identificação de avanços e gargalos nas áreas sociais, econômicas e ambientais. A partir desse amplo levantamento de dados, propõe-se o desenvolvimento de políticas públicas, programas, projetos e ações que contribuam para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

É imprescindível conhecer nossa realidade para além de nossas percepções, utilizando os dados disponíveis. Assim, poderemos identificar que metas e objetivos são prioritários e demandam mais atenção e investimentos.

POR QUE DEFINIR OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

Definir objetivos, metas e indicadores é fundamental para planejar ações concretas, acompanhar as mudanças que ocorrem e verificar a efetividade e o impacto de políticas, programas e ações. Dando esses passos, é possível identificar quais práticas foram bem-sucedidas, quais podem ser replicadas, quais precisam de aprimoramento e quais não obtiveram resultados.

OBJETIVO

É algo mais amplo e estratégico, que indica o que se pretende alcançar, o propósito de determinada iniciativa. Por exemplo: o **ODS 3** apresenta um dos propósitos da Agenda 2030, que é "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades".

METAS

A fim de contribuir para o alcance do objetivo, são definidas metas, que se referem a conquistas, em geral quantificadas e com prazos temporais. No exemplo citado, a primeira meta do **ODS 3** é "Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos". Ou seja, ao reduzir a taxa de mortalidade materna, o país estaria mais próximo de atingir seu objetivo de assegurar vida saudável e promover o bem-estar.

INDICADORES

Os indicadores mostram aspectos da realidade. Possibilitam mensurar determinada situação, quantificando essa realidade. Logo, para medir a mortalidade materna em um local, é preciso estabelecer um instrumento que permita quantificar o evento – mortalidade materna – e compará-lo temporalmente ou com outras localidades. Nesse caso, o indicador é uma razão entre o número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, em determinado local e ano.

O documento que você tem em mãos é uma poderosa ferramenta para orientar os trabalhos do governo local, das organizações da sociedade civil e das empresas em um percurso mais claro e organizado rumo ao desenvolvimento sustentável, no âmbito das competências e responsabilidades de cada ator, sem deixar ninguém para trás.

OS INDICADORES APRESENTADOS NESTE DIAGNÓSTICO SÃO OS INDICADORES OFICIAIS DOS ODS?

Ainda não foi ratificada oficialmente uma lista de indicadores nacionais para o monitoramento da implementação da Agenda 2030 no país. É importante ressaltar que os indicadores apresentados neste diagnóstico não são uma lista oficial adotada pelo Brasil. Este trabalho é uma seleção cuidadosa de dados municipais oficiais, levantados e organizados pelo PNUD, os quais mantêm algum tipo de alinhamento mínimo com os indicadores globais e com as metas previstas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar dos grandes avanços, ainda há lacunas nos dados nacionais, estaduais e municipais que não permitem a construção de diversos indicadores necessários para monitorar todos os ODS. Segundo estudos já realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não há dados disponíveis no Brasil para cerca de 40 indicadores previstos pelo Grupo Interagencial de Peritos em Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*IAEG-SDG,* em inglês), da Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda não existem dados oficiais sobre temas como perdas econômicas atribuídas a desastres, agricultura sustentável, uso de métodos de planejamento familiar, tráfico de animais silvestres, tráfico de pessoas e vários outros.

Em âmbito municipal, no Brasil, ainda existe uma deficiência na quantidade de dados disponíveis, assim como uma defasagem maior. Muitas informações só são coletadas em todos os municípios do país quando são realizados os Censos Demográficos, geralmente a cada dez anos. Nos anos situados no período entre os Censos, o IBGE tende a coletar dados por amostras domiciliares, como é o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados dessas pesquisas, feitas por amostras, são lançados apenas para estados e regiões metropolitanas. Mesmo com essa lacuna de dados por município, existe uma série de grandes bases oficiais municipais que podem ser consultadas on-line por qualquer pessoa e que contribuem amplamente para o monitoramento de Metas ODS para o desenvolvimento local sustentável.

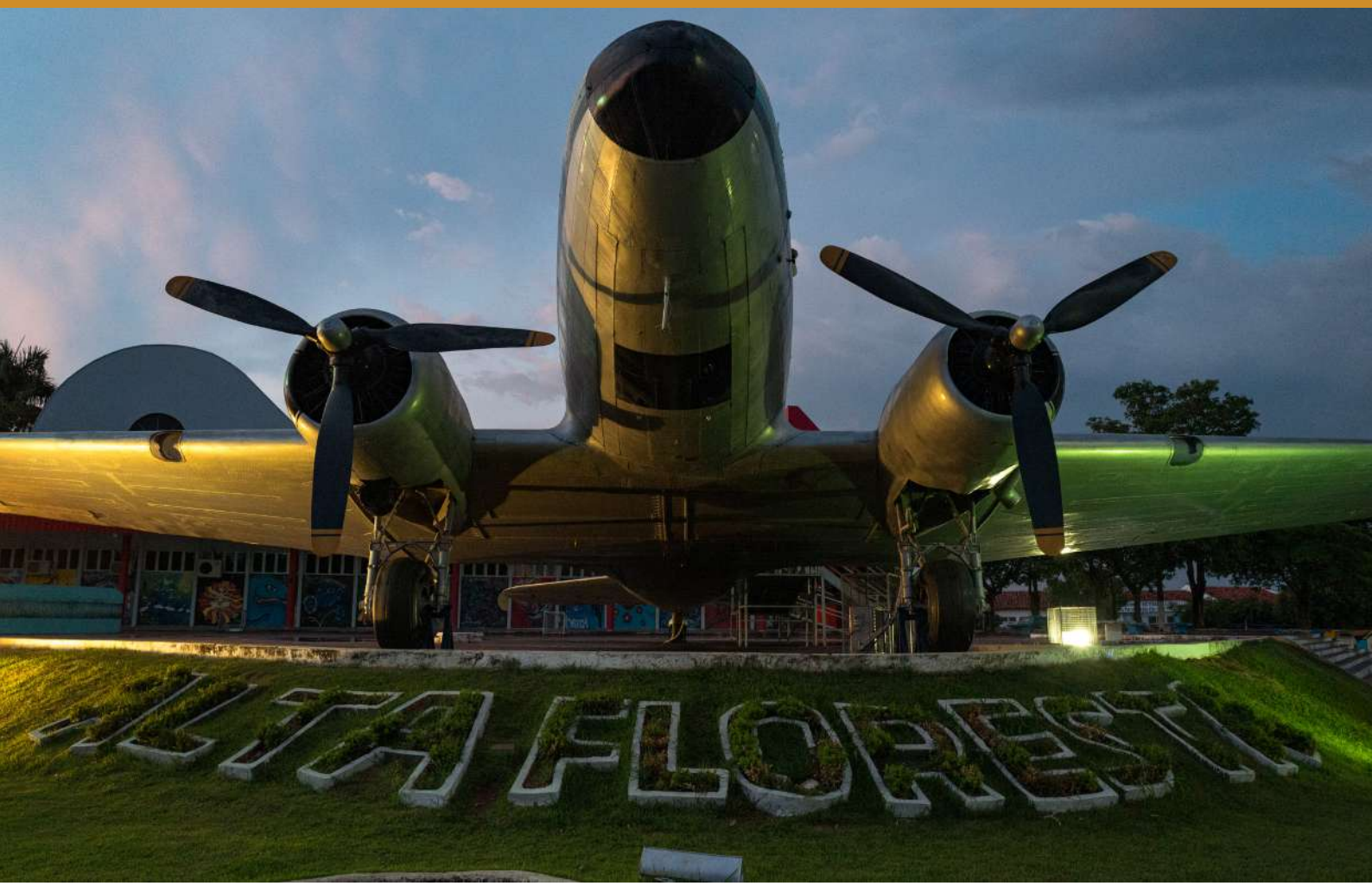
Os indicadores municipais utilizados neste Diagnóstico não são uma lista oficial adotada pelo Brasil ou pelas Nações Unidas. Este trabalho consiste em uma seleção cuidadosa de dados municipais oficiais, levantados e organizados pelo PNUD Brasil, os quais mantém algum tipo de alinhamento com os indicadores globais e com as principais Metas previstas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os Diagnósticos Situacionais Municipais elaborados pelo PNUD Brasil também são organizados apresentando os dados por grandes áreas temáticas. Cada um dos temas abordados está relacionado a um ou mais ODS, mostrando que se tratam de referenciais multidisciplinares relacionados à necessidade de integração de diversas metas a fim de contribuir para o alcance de diversos objetivos. Por exemplo, a área temática da saúde agrega indicadores relacionados aos ODS 2, 3 e 5. Dessa forma, este diagnóstico facilita uma leitura setorial e, ao mesmo tempo, mostra as interfaces de um mesmo conjunto de dados dentro da Agenda 2030, apontando para a necessidade de soluções integradas voltadas ao alcance de objetivos realmente sustentáveis.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

ALTA FLORESTA

MATO GROSSO



CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O desenvolvimento pleno de um país e de uma região envolve o trabalho integrado em várias frentes, tais como saúde, educação, meio ambiente, trabalho e crescimento econômico, saneamento básico e combate à pobreza. O trabalho multidisciplinar e integrado promove melhorias nas condições de vida da população em harmonia com o meio ambiente, permitindo que diversos grupos sociais sejam beneficiados, sem colocar em risco as gerações futuras.

O planejamento de ações sociais e políticas públicas visando o desenvolvimento humano sustentável depende do conhecimento da realidade da população local e da dinâmica do território a ser trabalhado. Isso engloba conhecer a área geográfica, considerando as áreas de proteção ambiental e de produção econômica, bem como os territórios de povos tradicionais.

É fundamental conhecer as áreas públicas que possuem territórios indígenas, quilombolas, projetos de assentamento e unidades de conservação. Essas áreas afetam tanto a divisão das zonas quanto os projetos de desenvolvimento a serem implementados. As populações tradicionais precisam de proteção e respeito ao seu território. Paralelamente, a biodiversidade típica da região precisa ser avaliada como um ativo da bioeconomia local, sem perder de vista a necessidade de preservação desta riqueza.

O estado de **Mato Grosso** é formado por 141 municípios, e tem especificidades que precisam ser levadas em consideração quando pensamos em trabalhar para o desenvolvimento local, sem perder a perspectiva de colaboração, intercâmbio e contribuição com as esferas estadual, nacional e global.

Mato Grosso é limitado pelos estados do Amazonas e Pará ao sul, Tocantins e Goiás a leste, Mato Grosso do Sul ao sul e Rondônia a oeste. O estado também faz divisa com a Bolívia a oeste. Mato Grosso possui área de 903.205 km^2, sendo o terceiro maior estado em área territorial. De acordo com estimativa do IBGE em 2021, Mato Grosso apresenta uma população de 3.567.234 habitantes.

O nome "Mato Grosso" é originário das Minas de Mato Grosso, batizadas em 1734 pelos irmão Paes de Barros, influenciados com a exuberância de uma grande extensão de terras cobertos por um mato alto e espesso às margens do rio Galera.

As bacias hidrográficas de Mato Grosso drenam um significativo volume de água doce do mundo. O planalto dos Parecis reparte águas de três bacias hidrográficas relevantes para o Brasil: a bacia Amazônica, a bacia Platina e a bacia do Tocantins.

Suas características climáticas e geográficas proporcionam diversidade singular de ecossistemas. Com vegetação predominante de cerrado, o estado também possui riquíssima biodiversidade, onde são reconhecidas mais de 1.500 espécies de animais. Também abriga parte da região conhecida como Pantanal, maior área alagável do planeta e considerada Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera, e, ainda, parte da Floresta Amazônica, uma das três grandes florestas tropicais do mundo[1].

Conhecido como o celeiro do Brasil, Mato Grosso conta com uma grande produção de soja, milho e algodão, além de ter um dos maiores rebanhos bovinos do país. O estado também agrega outros cinco setores muito fortes: agroindústria, turismo, piscicultura, economia criativa e

[1] Ver: <http://www.mt.gov.br/geografia>.

fabricação de joias de pedras preciosas da região. Sua balança comercial tem forte concentração na produção primária agroexportadora de commodities, responsável pela maior parte da dinâmica da economia local, escoada através do eixo das BR-163 e BR-364. Os principais produtos exportados pelo estado são soja, milho, algodão, carnes bovinas, farinhas, ouro, óleo de soja e bulhão dourado *(bullion doré)*[2].

O município de **Alta Floresta** está localizado no extremo norte mato-grossense e encontra-se próximo à fronteira entre Mato Grosso e Pará, a cerca de 800 km da capital Cuiabá. O município faz parte do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires (CDIVAT) e conta com uma população de 52.105 habitantes, segundo estimativa populacional do IBGE em 2021. Possui como área limítrofe os municípios de Tabaporã, Nova Canaã do Norte, Juara, Guarantã do Norte, Carlinda, Nova Monte Verde e Paranaíta, e ao norte, o estado do Pará.

Colonizada com o propósito de ser referência agrícola na região norte do estado, quando atraiu agricultores da região Sul do país, Alta Floresta experimentou ao longo dos seus mais de 40 anos de existência vários ciclos econômicos, passando da extração mineral nas décadas de 1970 e 1980, pela extração vegetal, até a entrada da agricultura em larga escala, que nos últimos anos conferiu prosperidade econômica a vários municípios mato-grossenses. O município está localizado numa região estratégica, próximo à rodovia BR-163, com acesso aos portos de Santarém e Miritituba, rota de escoamento da produção de grãos de Mato Grosso[3].

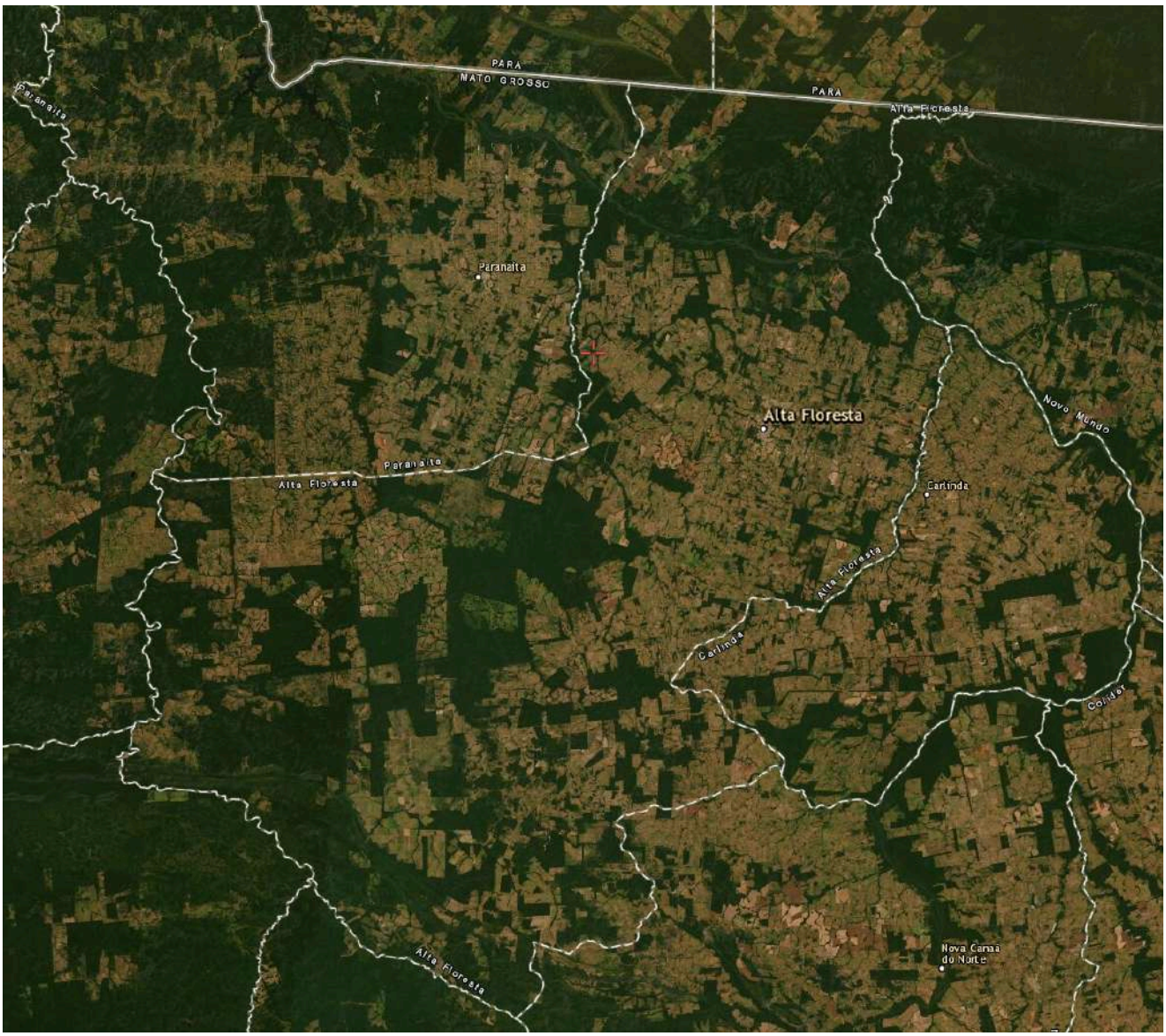
Uma das maiores obras do ramo hidrelétrico no Brasil foi construída na região de Alta Floresta, a Usina Hidrelétrica Teles Pires, no rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, e está localizada na fronteira entre Pará e Mato

[2] Ver:<http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/13596096/Conjuntura+economica+4+quadrimestre+2019.pdf/bf76a6f9-6313-88a5-82b4-2a13bd55dc41>.
[3] Prefeitura Municipal de Alta Floresta. Ver: <https://www.altafloresta.mt.gov.br/>.

Grosso. O empreendimento tem potência instalada de 1.820 megawatts, energia suficiente para abastecer uma população de 13,5 milhões de habitantes. Alta Floresta, juntamente com o município de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), faz parte da área de influência do empreendimento da usina.

O município está a 284 metros de altitude, e seu território compreende parte da bacia hidrográfica Amazônica, onde se destacam os rios Teles Pires, Santa Helena e Paranaíta. O relevo é formado pela Depressão do Norte de Mato Grosso, Planaltos Residuais do Norte de Mato Grosso e Depressão da Chapada do Cachimbo, com um clima equatorial quente e úmido[4].

Figura 1:
Imagem via satélite de **Alta Floresta – Mato Grosso**



Fonte: <https://satellites.pro/Brazil_map#E-9.974651,-56.265197,10>.

[4] Perfil Municipal - Sistema SI – SEPLAG MT.

DINÂMICA TERRITORIAL

ÁREA 2021
8.955,410
km²

DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2020
5,48
hab/km²

POPULAÇÃO ESTIMADA 2021
52.105
habitantes

POPULAÇÃO CENSO 2010
49.164
habitantes

Fonte: IBGE.

As unidades de conservação do estado de **Mato Grosso** têm sua função definida pelas categorias de proteção integral e uso sustentável determinadas pela Lei federal nº 9.985/00 (Sistemas de Unidades de Conservação – SNUC). No estado, são 64 unidades de conservação, além de outras quatro compartilhadas com estados vizinhos (Área de Proteção Ambiental Meandros do Araguaia, Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, Parque Nacional do Juruena e Parque Nacional dos Campos Amazônicos). Foram estabelecidas 22 unidades de conservação federal, 36 unidades de conservação administradas pela esfera estadual e 10 unidades de conservação municipal, segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, de 2020.

Tabela 1:
Unidades de Conservação do estado de **Mato Grosso**

LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO INTEGRAL	USO SUSTENTÁVEL	TOTAL
UC Federal	6	16	22
UC Estadual	30	6	36
UC Municipal	7	3	10
TOTAL	43	25	68

Fonte: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – Painel Unidades de Conservação Brasileiras.

As unidades de conservação estão distribuídas por diversas regiões do território mato-grossense e têm diferentes estratégias de ação para a proteção do patrimônio ambiental do estado. De acordo com a localização e tamanho, destacam-se:

- **Parque Nacional do Juruena[5]:** Maior unidade de conservação do estado, estende-se por 1.958.203 ha, sendo 1.181.154 ha em Mato Grosso. Por seu extenso tamanho, tem como objetivos estratégicos garantir os serviços ecossistêmicos de uma importante região da Amazônia Meridional, estruturar corredor de biodiversidade, preservar as bacias do Rio São Tomé e do Rio Urucu e as calhas dos Rios do PNJu (Juruena e Sucunduri), proteger áreas de reprodução de aves ribeirinhas, proteger solos, cavidades naturais e sítios arqueológicos, proteger a biodiversidade amazônica, incentivar a pesquisa científica, entre outros.

- **Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Cabeceiras do Rio Cuiabá[6]:** Criada em 1999, possui área de 473.410,60 ha, situando-se entres os municípios de Rosário Oeste e Nobres. A APA ajuda a proteger o sistema hidrográfico dos rios Alto Cuiabá, Teles Pires e Juruena. Por ser uma unidade de uso sustentável, ajuda a fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental e a preservar as culturas e as tradições locais.

- **Estação Ecológica do Rio Ronuro:** A estação data de 1998, e tem seu perímetro alterado em 2005 por meio da Lei nº 8.325, de 20 de maio de 2005. O objetivo principal dessa unidade de conservação está ligado à estratégia de proteção dos recursos hídricos locais, o que favorece a movimentação de espécies da fauna nativa, proteção de exemplares dos ecossistemas existentes e oportunidade para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

- **Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt:** Perpassa os municípios de Aripuanã, Colniza e Rodolândia. Visa assegurar a conservação dos recursos naturais com a exploração autossustentável permitida à população extrativista.

A extensão da vegetação florestal no estado é de 346.594 km^2, o que significa 38,37% do território, contendo ainda 210.316 km^2 de vegetação campestre (23,29% do estado). Nessa configuração, em termos de biomas, floresta amazônica e floresta estacional representam a maior parte da vegetação nativa do estado, seguida do bioma cerrado. A fauna pantaneira está localizada na região sul, compondo um mosaico que abarca floresta amazônica, cerrado, caatinga, mata atlântica e chaco[7].

O município de Alta Floresta está inserido no bioma da Amazônia, e sua vegetação é fundamentalmente constituída por floresta ombrófila aberta e densa, floresta estacional e cerrado.

Seu território abriga a **Unidade de Conservação do Parque Estadual Cristalino,** de proteção integral, juntamente com o município de Novo Mundo, em uma extensão de 59.020 ha. É considerada uma das áreas de conservação de maior importância em toda a Amazônia. Constitui um refúgio para inúmeras espécies de fauna e flora e abriga grande diversidade de paisagens. Além disso, vem consolidar um corredor ecológico que cria uma barreira protetora contra os impactos do desmatamento[8].

A **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)[9] Lote Cristalino,** também localizada em Alta Floresta, é uma unidade de conservação federal, de uso sustentável, sendo a primeira unidade de conservação privada da Amazônia mato-grossense. A reserva possui uma área de 670 hectares, e os demais 30 hectares

[5] Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, 2011.
[6] Lei nº 7.161, de 23 de agosto de 1999.
[7] Ver: <http://www.mt.gov.br/geografia> e <https://www.ibge.gov.br/apps/monitoramento_cobertura_uso_terra/>.
[8] Governo do Estado do Mato Grosso. Ver: <https://www.icv.org.br>.
[9] Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma área privada, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (SNUC).

foram destinados para empreendimentos de ecoturismo de seus proprietários. O município também abriga o assentamento rural PAC Carlinda, com uma área de aproximadamente 90 mil hectares e 1.303 famílias assentadas, o assentamento PE Jacaminho com 2 mil hectares e 93 famílias, a Vila Rural Julio Firmino Rodrigues com 250 hectares e 175 famílias e a Vila Rural Nossa Senhora Aparecida, com 50 mil hectares e 32 famílias assentadas, segundo dados do Painel de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[10].

Figura 2:
Reserva Particular do Patrimônio Natural Lote Cristalino

Fonte: Fundação Ecológica Cristalino[11].

ÁREA FLORESTAL

QUEIMADAS

Dados recentes sobre o mapeamento de queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE[12] mostram que, em 2020, ocorreram 209 focos de queimadas no município de **Alta Floresta,** o que representa 0,4% dos focos de queimadas no **Mato Grosso.** Em 2019, o município registrou 69 focos, e em 2018, foram 98 focos de queimadas, o equivalente a 0,2% e 0,5%, respectivamente, do estado.

[10] Ver: <http://www.fundacaocristalino.org.br/>.
[11] Ver: <http://www.fundacaocristalino.org.br/o-que-fazemos/reservas-naturais-do-cristalino/>.
[12] Ver: <http://www.inpe.br/queimadas>.

Esses números mostram que, entre os anos de 2018 e 2020, houve aumento significativo de queimadas na área florestal do município. Os dados do estado também indicam um cenário alarmante para a região. Ainda de acordo com o INPE, de janeiro a agosto de 2021, já ocorreram 13.872 queimadas no estado, e 96 em Alta Floresta.

CONCENTRAÇÃO DE FOCOS DE QUEIMADAS EM ALTA FLORESTA

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Programa Queimadas, 2021.

DESMATAMENTO

O Painel de Monitoramento PCI, do Governo do Estado do **Mato Grosso,** aponta que em 2020 a área florestal do município se estendia por 397.016 hectares, o que representa 43,94% do território municipal e 1,27% da área florestada do estado[13]. De acordo com dados do PRODES, a área total desmatada nos últimos dez anos (2010-2019) foi de 8.010 hectares.

ÁREA FLORESTAL (2020)	PORCENTAGEM DE FLORESTA NO ESTADO (2020)	PORCENTAGEM DE FLORESTA NO MUNICÍPIO (2020)	ÁREA TOTAL DESMATADA (2010-2019)
397.016 ha	1,27%	43,94%	8.010 ha

Fonte: PRODES Brasil, 2020.

A análise do desmatamento ano a ano no município de **Alta Floresta (**2010 a 2019) mostra que está havendo grande aumento do desmatamento em sua área. Na última década, a área desmatada anualmente passou de 290 hectares, em 2010, para 1.510 (0,38%), em 2019, fato alarmante para a região.

[13] Dados retirados do PCI – Painel de Monitoramento Mato Grosso, utilizando dados do PRODES. O projeto PRODES realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas.

Tabela 2:
Área desmatada e percentual de desmatamento no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2019

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Área/ha	290	570	170	680	960	880	880	1200	870	1510
Taxa/%	0,07	0,14	0,04	0,17	0,24	0,22	0,22	0,30	0,22	0,38

Fonte: Estado de Mato Grosso - PCI – Painel de Monitoramento, PRODES Brasil.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

META 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

META 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

META 15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados por desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

META 15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a biodiversidade, para melhorar sua capacidade de proporcionar benefícios essenciais para o desenvolvimento sustentável.

META 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

META 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

META 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

META 15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento e para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

REDE URBANA

Para mapear, identificar e estudar a hierarquia do espaço urbano brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou um estudo chamado Regiões de Influência das Cidades (REGIC – IBGE, 2018), que se fundamenta em dados de fluxo de informações, bens e serviços.

As cidades têm diferentes áreas de influência, que dependem de seu território, produção, atividade econômica, população, infraestrutura de transporte, entre outros. Algumas possuem grandes áreas de influência, que abrangem outros pequenos municípios próximos, os quais dependem daquelas de alguma forma: para escoamento de produção, mobilidade intermunicipal ou acesso a hospitais, escolas e universidades, por exemplo.

Ao levantar dados sobre as redes urbanas brasileiras, o IBGE buscou subsidiar o planejamento estatal/municipal, a localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como mostrar as relações sociais vigentes e os padrões espaciais que delas emergem. Desde o início desse tipo de estudo, em 1972, o IBGE já afirmava que "as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos […] destinados ao atendimento da população de toda uma região" (IBGE, 2008, p. 9).

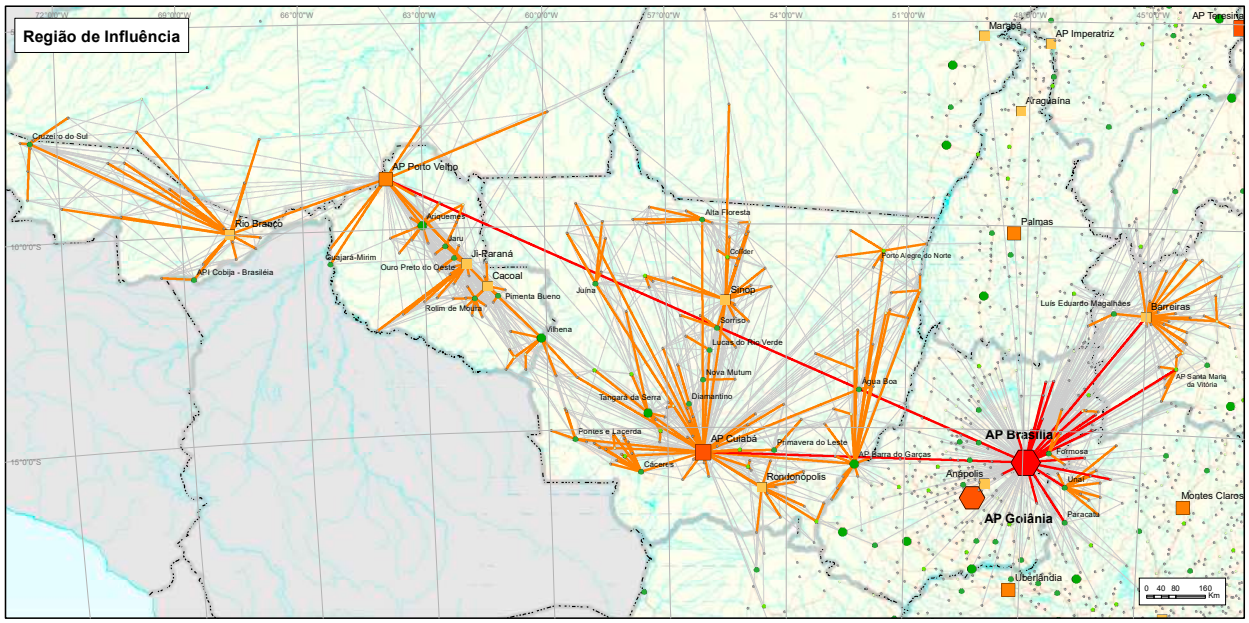
O município de **Alta Floresta** é considerado um Centro Sub-Regional B e se relaciona diretamente com a região intermediária de Sinop, devido à proximidade. Em escala maior, conecta-se com a região de influência do Arranjo Populacional de Cuiabá, onde é possível encontrar maior densidade de oferta de serviços públicos e privados.

A rede urbana do estado de **Mato Grosso** está centralizada na Aglomeração Populacional de Cuiabá, local que exerce maior influência nas cidades do entorno. Conta também com os centros urbanos de Rondonópolis, mais ao sul, e Sinop, mais ao norte, como Capitais Regionais C. As conexões externas mais relevantes são feitas com as aglomerações populacionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Goiânia.

O arranjo populacional de Cuiabá abrange, no estado de Mato Grosso, as Capitais Regionais C: Rondonópolis e Sinop; os Centros Sub-Regionais A: AP Barra do Garças e Tangará da Serra; os Centros Sub-Regionais B: Água Boa, Alta Floresta, Cáceres, Diamantino, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste e Sorriso; os Centros de Zona A: AP Alto Araguaia, AP Jaciara, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Colíder, Confresa, Juara, Mirassol d'Oeste e Sapezal; os Centros de Zona B: Araputanga, AP Arenápolis-Nortelândia, Bom Jesus do Araguaia, Canarana, Guarantã do Norte, Nova Xavantina e São Félix do Araguaia.

Veja a seguir o mapa do estado de Mato Grosso indicando as regiões de maior influência e a hierarquia dos centros urbanos. A organização do território e as áreas de influência onde os municípios estão localizados são muito importantes para orientar o delineamento de políticas públicas mais voltadas às maiores necessidades e demandas locais e regionais.

Figura 3:
Regiões de influência do estado de **Mato Grosso**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018.

O QUE SIGNIFICAM AS DIFERENTES HIERARQUIAS DOS CENTROS URBANOS?

Cada categoria carrega características dos municípios relacionadas à sua população e à sua área de influência:

Centro Local: refere-se a municípios cuja centralidade e atuação não extrapolam seus limites de território e abrangem somente a sua população. Esses municípios têm, em geral, população inferior a 10 mil habitantes.

Centro de Zona – refere-se a 556 municípios de menor porte, com atuação restrita a sua área imediata, que exercem funções de gestão elementares.

Centro de Zona A: municípios com população média de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.

Centro de Zona B: municípios com aproximadamente 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.

Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B: referem-se a centros urbanos que apresentam atividades de gestão menos complexas, atuação mais reduzida e relacionamentos externos que usualmente se dão somente com as três metrópoles nacionais. Os centros sub-regionais A contam com cerca de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos, e os B, com uma média de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

Capital Regional: são centros urbanos com áreas de influência de âmbito regional, consideradas destino para um conjunto de atividades para um grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas (SP). O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.

Metrópoles: referem-se aos 12 principais centros urbanos do país, compostos por municípios de grande porte, fortemente relacionados entre si e com extensa área de influência direta. Delimitaram-se três subníveis para esses centros urbanos:

a. Grande metrópole nacional – classificação do município de São Paulo, considerado o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007;

b. Metrópole nacional – classificação para os municípios do Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões, respectivamente, em 2007, constituindo foco para centros localizados em todo o país;

c. Metrópole – classificação de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte).

Para saber mais, confira a publicação do IBGE: "Regiões de Influência das Cidades" (2008). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>.

POPULAÇÃO

Toda ação de desenvolvimento, como estabelecido na Agenda 2030, deve ter como foco as pessoas, sua qualidade de vida e o respeito a seus direitos. Por isso, é preciso conhecer as características da população quando se vai trabalhar pelo seu desenvolvimento.

Dados de população e demografia são fundamentais para conhecer melhor uma localidade, e para planejar ações sociais e políticas públicas. Além de fornecerem informações básicas sobre a região, como população total, número de homens, mulheres, crianças e idosos, também auxiliam na compreensão das dinâmicas que ocorrem na região, como migração, natalidade e mortalidade.

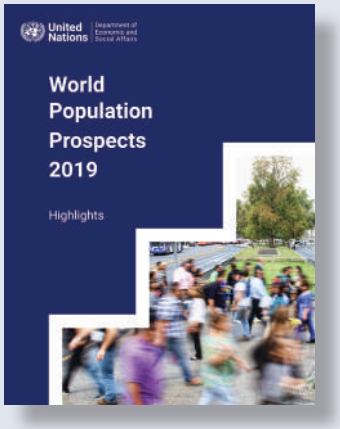
A Revisão 2019 do relatório **"Perspectivas Populacionais Mundiais"** é a 26ª rodada de estimativas e projeções oficiais da população mundial, realizada pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas (UN, 2019).

Enquanto a população global ainda está crescendo, alguns países estão experimentando uma diminuição em sua população total. Praticamente todos os países estão vivendo também o envelhecimento populacional.

O ritmo do crescimento populacional tem sido mais lento desde 1950, devido a níveis reduzidos de fertilidade. Em 2019, havia 7,7 bilhões de pessoas em todo o mundo. A projeção é que a população global possa chegar a cerca de 8,5 bilhões em 2030, 9,7 bilhões em 2050 e 10,9 bilhões em 2100.

O contínuo crescimento populacional apresenta desafios para o desenvolvimento sustentável. Os 47 países menos desenvolvidos estão entre os que apresentam crescimento mais rápido do mundo. Projeções mostram que esses países poderão dobrar a população entre 2019 e 2050, impactando ainda mais o meio ambiente.

Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf>.
Para saber mais sobre o aumento da população idosa, ver: World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons (UN, 2020).



Em 10 de agosto de 2021, estima-se que a população do Brasil tenha alcançado o patamar de 213 milhões de habitantes (IBGE, 2021)[14]. O país vem apresentando uma tendência de desaceleração no crescimento populacional, devido a fatores como queda da natalidade, aumento da expectativa de vida da população e o componente migratório. Entre 2019 e 2020, estima-se que o país cresceu 0,77%, ritmo menor do que o de 2018 para 2019 (0,79%).

As estimativas populacionais do IBGE auxiliam os governos a se preparar para os impactos e desafios gerados com o aumento ou a redução do número de habitantes, planejando melhor a oferta de serviços por parte do estado e da iniciativa privada, principalmente nos setores de habitação, educação, saúde, previdência, transporte, entre outros.

[14] Em 10 de agosto de 2021, a população brasileira está estimada exatamente em 213.448.215 milhões de habitantes. Dado atualizado por minuto em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php>.

O QUE É PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO?

A projeção da população é um cálculo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que estima a população de cada município e estado (Unidade da Federação). É elaborada com base nas informações dos componentes da dinâmica demográfica (mortalidade, fecundidade e migração), investigados nos Censos Demográficos, Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios e oriundas dos registros administrativos de nascimentos e óbitos[15].

Fonte: IBGE (2017).

POR QUE A PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO É IMPORTANTE?

As projeções têm fundamental importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos, bem como alimentam as bases de informações de ministérios e secretarias estaduais e municipais de diversas áreas, para a implementação de políticas públicas e posterior avaliação dos respectivos programas. Além disso, das projeções populacionais derivam as estimativas municipais de população, que, em conjunto, constituem o principal parâmetro para a distribuição das quotas-partes relativas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios (FPM e FPE), conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: IBGE (2017).

PIRÂMIDE ETÁRIA

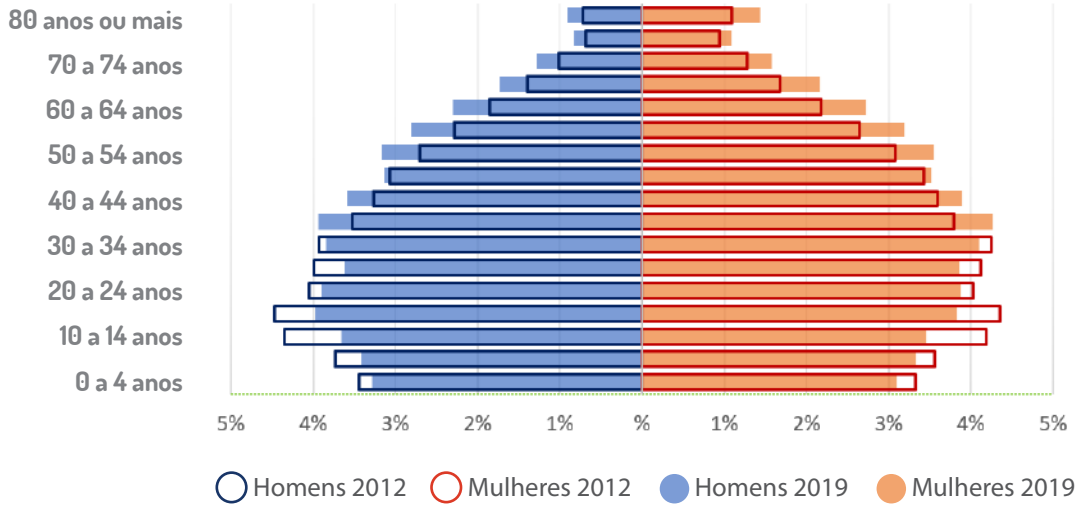
A pirâmide etária do Brasil mostra o envelhecimento ocorrido na população brasileira de 2012 a 2019. A tendência é de uma menor porcentagem, em 2019, dos grupos etários mais jovens (base da pirâmide), e um aumento nas porcentagens dos grupos de maior idade no topo da pirâmide. Queda maior é observada na proporção de pessoas abaixo de 30 anos de idade, que passou de 47,7% (2012) para 42,3% (2019). A população acima de 30 anos chegou a representar 57,7% da população em 2019.

A expectativa de vida ao nascer no Brasil era de 45,5 anos em 1940. Esta expectativa vem aumentando, chegando a 76,6 anos em 2019. Atualmente, a expectativa de vida dos homens brasileiros é de 72,8 anos, e a das mulheres é de 80,1 anos (Projeção da População Brasileira- IBGE).

[15] Para ulteriores informações, ver também: **Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** – 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101597.pdf>.

Os gráficos de pirâmide populacional trazem informações sobre as faixas etárias com maior concentração de população masculina e feminina.

Gráfico 1:
Pirâmide etária do Brasil em 2012 e 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, PNAD Contínua 2012-2019.

Como as projeções populacionais por município não desagregam os dados por sexo, não há dados atuais para analisar a dinâmica populacional local para homens e mulheres separadamente. No entanto, os dados dos três últimos Censos oferecem uma base para essa análise no nível municipal.

Em 2020, calcula-se que viviam 51.959 pessoas no município de **Alta Floresta**. Entre 2010 e 2020, a estimativa é de que a população tenha crescido a uma taxa de aproximadamente 0,56%, enquanto no estado de Mato Grosso essa taxa foi de aproximadamente 1,51% no mesmo período.

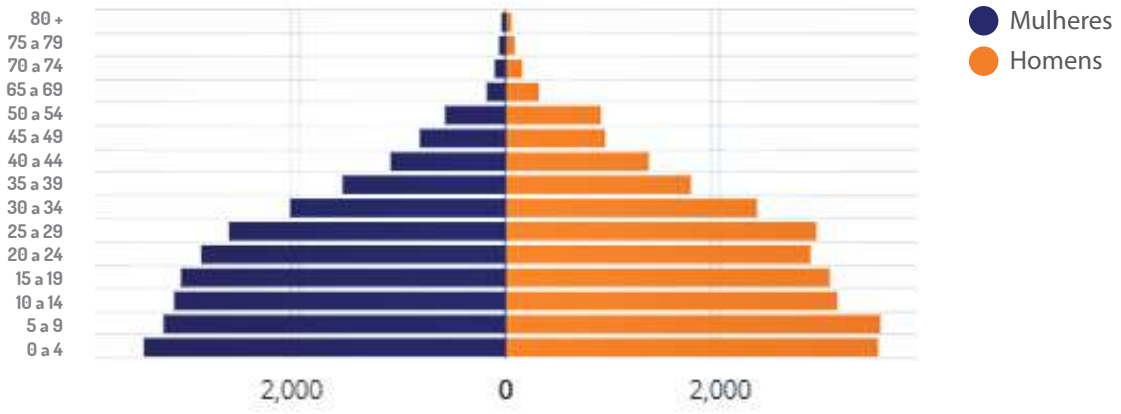
Em 1991, a pirâmide etária de Alta Floresta mostrava que a maior parte da população, masculina e feminina, estava concentrada nas faixas etárias de 0 a 4 anos. Ou seja, havia grande prevalência da população infantil no município.

No ano de 2000, percebe-se elevação mais intensa da população na faixa etária de 5 a 9 anos, com aumento ainda da população de 9 a 19 anos, proporcionando o estreitamento da pirâmide.

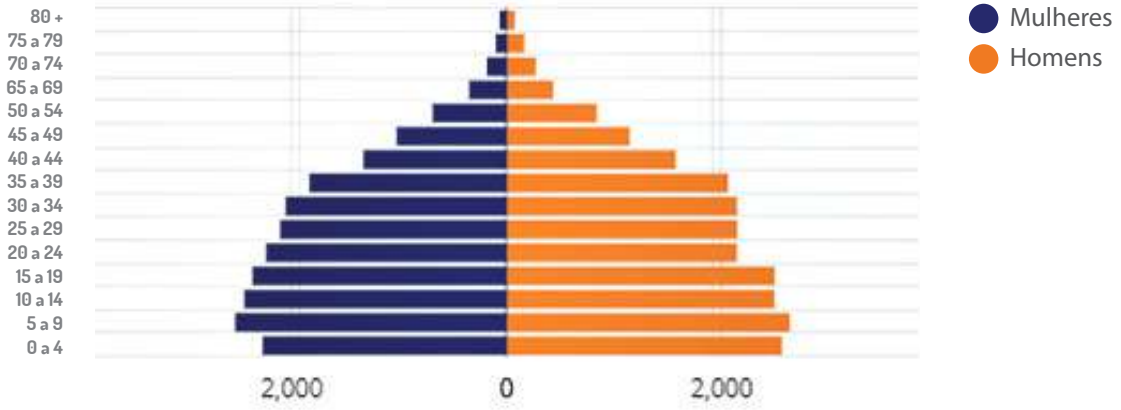
Já em 2010, manteve-se o estreitamento da pirâmide com o crescimento da população acima de 25 anos. Ainda assim, a concentração da população estava na faixa etária de 15 a 19 anos. A quantidade de idosos também começou a subir, demonstrando o envelhecimento da população e a necessidade de voltar o olhar para esse segmento.

Gráfico 2,3 e 4:
Pirâmide populacional do município de **Alta Floresta,** por faixa etária, em 1991, 2000 e 2010

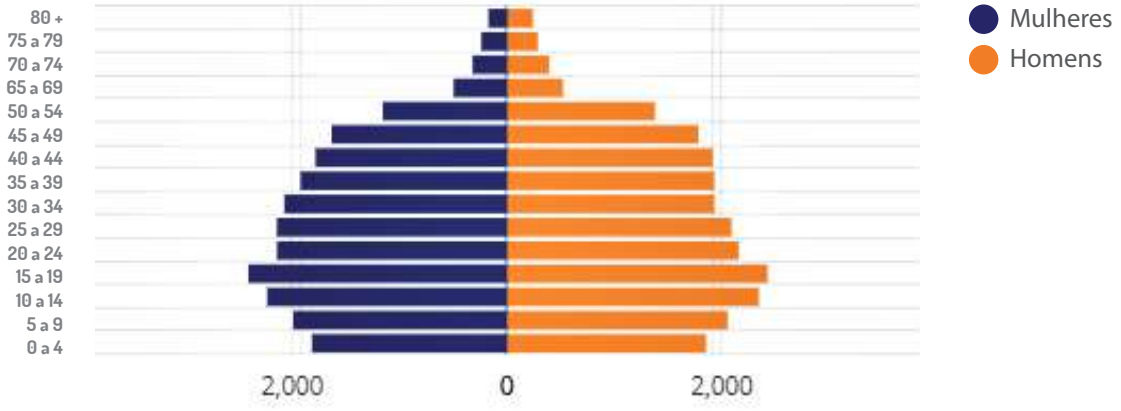
1991



2000



2010



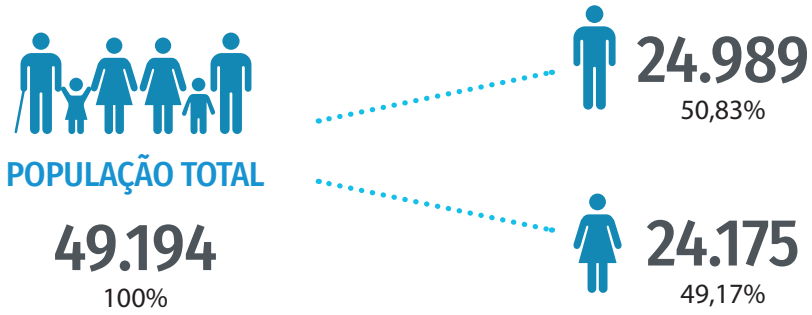
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – Censo Demográfico IBGE (1991, 2000 e 2010).

Para compreender a situação de uma região, é importante considerar não somente a população total, mas também esses dados desagregados em diversos recortes, como por exemplo sexo, raça/cor, pessoas com ou sem deficiência, faixa etária e situação de domicílio (rural ou urbano), entre outros. Essas informações ajudam a entender as mudanças pelas quais a região tem passado nos últimos anos e como ela se configura atualmente. A desagregação de dados permite também conhecer melhor a realidade e focalizar as políticas públicas de acordo com as necessidades locais. A importância da desagregação é expressa na Agenda 2030 por meio da **Meta 17.18,** pertencente ao **ODS 17.**

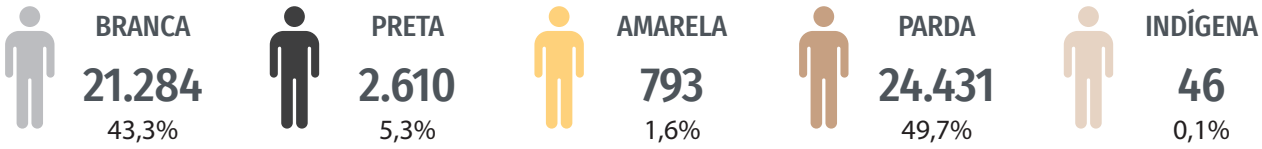
A redução significativa no número de pessoas vivendo na área rural de uma região e o aumento da população urbana podem indicar uma série de informações relacionadas à atividade econômica predominante, à necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e às demandas de acesso a equipamentos e serviços de educação e saúde. Paralelamente, conhecer as porcentagens de população feminina e masculina permite direcionar políticas de saúde e de segurança pública para cada grupo, além de proporcionar outras medidas específicas. Conhecer as raças predominantes na população, é importante, por exemplo, para direcionar determinadas políticas de saúde, pois existem enfermidades e doenças crônicas que se manifestam mais em pessoas de determinada etnia.

É possível identificar que a população urbana de **Alta Floresta** cresceu entre 1991 (35.231 habitantes) e 2010 (42.718 habitantes). Por outro lado, houve intenso êxodo rural. O número de pessoas vivendo na área rural diminuiu de 17.800, em 1991, para 6.446, em 2010. Veja a seguir as outras características de sexo e raça que prevaleciam neste município no Censo de 2010.

POPULAÇÃO DE ALTA FLORESTA, TOTAL E POR SEXO, EM 2010



POPULAÇÃO DE ALTA FLORESTA, POR RAÇA/COR, EM 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

POR QUE SOMOS CONSIDERADOS BRANCOS, PARDOS, PRETOS, INDÍGENAS OU AMARELOS?

Por meio dos censos e pesquisas domiciliares, o IBGE busca identificar a que grupos raciais as pessoas pertencem por meio de um sistema de classificação. Essa classificação subsidia estudos sobre a importância e as consequências da raça em uma sociedade.

Atualmente, a classificação racial adotada pelo IBGE diferencia a população pela característica "cor da pele", que pode ser branca, preta, amarela e parda. A categoria indígena, única exceção em relação ao tom de pele, passou a ser utilizada no Censo Demográfico de 1991.

O método de identificação da pertença racial realiza-se por meio de auto ou heteroatribuição de pertença. Na autoatribuição, a pessoa entrevistada escolhe com qual grupo ela se identifica. Já na heteroatribuição de pertença racial, outra pessoa define de qual grupo o sujeito da classificação é membro. Isso acontece porque nem sempre, em pesquisas domiciliares, todas as pessoas que residem no domicílio são entrevistadas para poder informar com que categoria se identificam. Assim, apesar de a recomendação do IBGE ser de colher os dados sem intervir nas respostas dos entrevistados, os dados de uma parcela da população não são fornecidos pelas próprias pessoas, mas, sim, por outros indivíduos entrevistados que com elas residem – nesse contexto, isso também acontece com as informações sobre pertença racial[16].

Quando os indicadores são desagregados por raça/cor, é comum apresentar os números somente nas categorias branca e negra, com esta última agregando pretos e pardos. Isso é utilizado para aumentar a população de referência dos indicadores e, assim, aumentar a confiabilidade do indicador.

Fonte: OSORIO (2003).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbub ul Haq, juntamente com o economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Foi pensado com o objetivo de ampliar um indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, e criar uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano.

[16] Para ulteriores informações, ver: IBGE. **Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades. Estudos e análises: Informação Demográfica e Socioeconômica Número 2.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>.

Apesar de ampliar essa perspectiva, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são alguns dos aspectos do desenvolvimento humano não contemplados no IDH[17]. Apesar dessas limitações, o IDH tem sido usado como uma referência para medir e impulsionar o progresso humano em todo o mundo.

Em 2012, o PNUD Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro decidiram adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) de todos os municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010.

O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam as mesmas dimensões, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras.

A partir dessa perspectiva, este índice conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões metropolitanas na base de três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante três décadas. Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes também viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo e estimula formuladores de políticas públicas municipais a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas decisões.

[17] Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>.

Em dezembro de 2020, o PNUD lançou o **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2020**, intitulado "A próxima fronteira: o desenvolvimento humano e o antropoceno" (UNDP, 2020).

A análise do Brasil mostrou que, de 2018 para 2019, o IDH do Brasil cresceu de 0,762 para 0,765. No entanto, caiu cinco posições no ranking, em relação a 2018, ficando em 84º lugar entre 189 países.

Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf>.

O Relatório **Covid-19 e o Desenvolvimento Humano: Avaliando a Crise, Prevendo a Recuperação**, lançado em maio de 2020, mostra que a pandemia da COVID-19 desencadeou uma crise de desenvolvimento humano. Em algumas dimensões do desenvolvimento humano, as condições de 2020 se tornaram equivalentes aos níveis de privação vistos pela última vez em meados da década de 1980.

A crise sanitária está afetando fortemente todos os elementos constitutivos do desenvolvimento humano: renda (com a maior contração na atividade econômica desde a Grande Depressão), saúde (causando diretamente um número de mortes diárias global acima de 300 mil e indiretamente levando potencialmente a 6 mil mortes de crianças todos os dias de causas evitáveis) e educação (com altas taxas de crianças fora da escola – contabilizando a incapacidade de acesso à internet – na educação primária, espera-se que caia para os níveis das taxas reais de meados da década de 1980). Isso tudo, sem contar os efeitos indiretos menos visíveis, incluindo o aumento da violência doméstica.

Para avaliar a crise, a publicação baseia-se em simulações originais baseadas em um Índice de Desenvolvimento Humano ajustado – com a dimensão da educação modificada para refletir os efeitos do fechamento de escolas e medidas de mitigação – e que incorporam as projeções atuais de renda nacional bruta (RNB) per capita para 2020. As simulações sugerem que as condições atuais corresponderiam a um declínio acentuado e sem precedentes no desenvolvimento humano.

Para mais informações, ver: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/covid-19_and_human_development_0.pdf>.

QUAIS INDICADORES COMPÕEM O IDHM?

Atualmente, os três pilares que constituem o IDH são: saúde, educação e renda.

IDHM LONGEVIDADE

VIDA LONGA E SAUDÁVEL

Expectativa de vida ao nascer

IDHM EDUCAÇÃO

ACESSO AO CONHECIMENTO

Escolaridade da população adulta

Fluxo escolar da população jovem

IDHM RENDA

PADRÃO DE VIDA

Renda *per capita*

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - <http://www.atlasbrasil.org.br/>.

VIDA LONGA E SAUDÁVEL

É medida pela expectativa de vida ao nascer e calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.

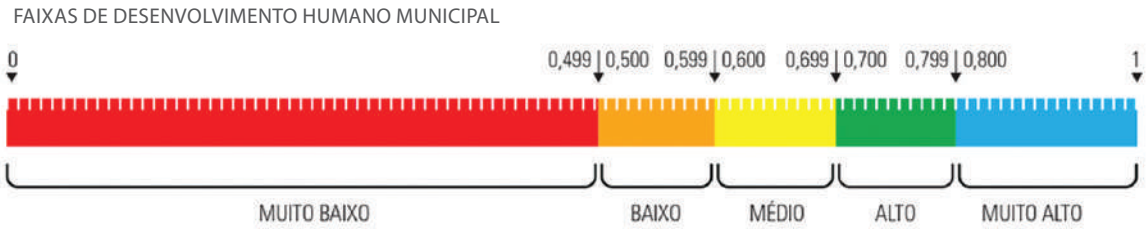
ACESSO AO CONHECIMENTO

É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta, que é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo – tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem, que é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo – tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas, nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

PADRÃO DE VIDA

É medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou unidade de desenvolvimento humano[18].

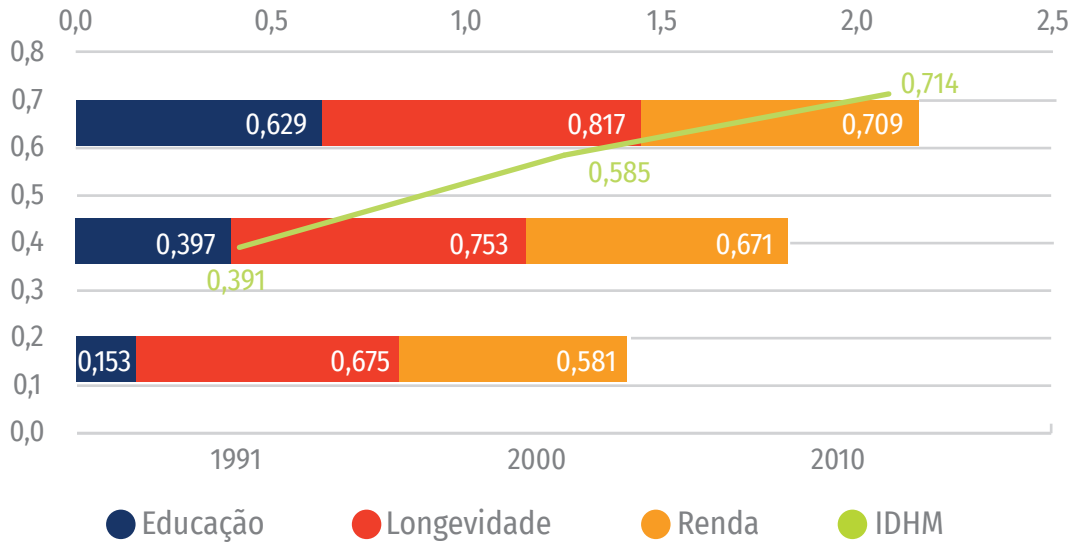


IDHM DE ALTA FLORESTA

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de **Alta Floresta** foi de 0,714 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município foi a Longevidade, com índice de 0,817, seguida de Renda, com índice de 0,709, e de Educação, com índice de 0,629.

O município ocupa a 1.486ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros[19] segundo o IDHM. Nesse *ranking*, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul), e o menor é 0,418 (Melgaço).

Gráfico 5:
IDHM do município de **Alta Floresta,** em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

[18] Um detalhamento do cálculo do IDHM está disponível na seção Metodologia, no **Atlas do Desenvolvimento Humano.** A análise detalhada do IDHM de todos os municípios brasileiros também pode ser pesquisada na plataforma do A**tlas do Desenvolvimento Humano** (PNUD). Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>.

[19] Esse *ranking* levou em consideração os 5.565 municípios existentes no país em 2012.

RADAR IDHM 2017

O PNUD, o IPEA e a Fundação João Pinheiro, buscando fornecer subsídios e informações recentes para análises e proposições de políticas públicas, produziram o Radar IDHM, um estudo de dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, que permite atualizar o IDHM para o Brasil, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas.

O Radar observa as variações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) após 2010, de maneira a oferecer aos gestores públicos e à sociedade civil informações mais recentes sobre a realidade social estadual e metropolitana.

A versão mais recente do estudo apresenta os resultados calculados com informações produzidas pela PNAD Contínua, de 2012 a 2017. Além do IDHM e dos seus três subíndices – IDHM Educação (IDHM-E), IDHM Longevidade (IDHM-L) e IDHM Renda (IDHM-R) –, o Radar IDHM disponibiliza também um conjunto de 60 indicadores socioeconômicos que permitem ampliar a análise do desenvolvimento humano. Contudo, por limitações impostas pela característica amostral da pesquisa, disponibilizam-se dados somente para as 27 Unidades Federativas, 20 RM e a RIDE Grande Teresina[20].

Veja a seguir o IDHM do estado de Mato Grosso, segundo as análises realizadas em 1991, 2000, 2010 e 2017.

[20] Para obter o relatório completo do Radar IDHM 2012 a 2017, ver: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AKWQ6wc466CJtME&cid=124653557C0404EC&id=124653557C0404EC%2123007&parId=124653557C0404EC%2122848&o=OneUp>.

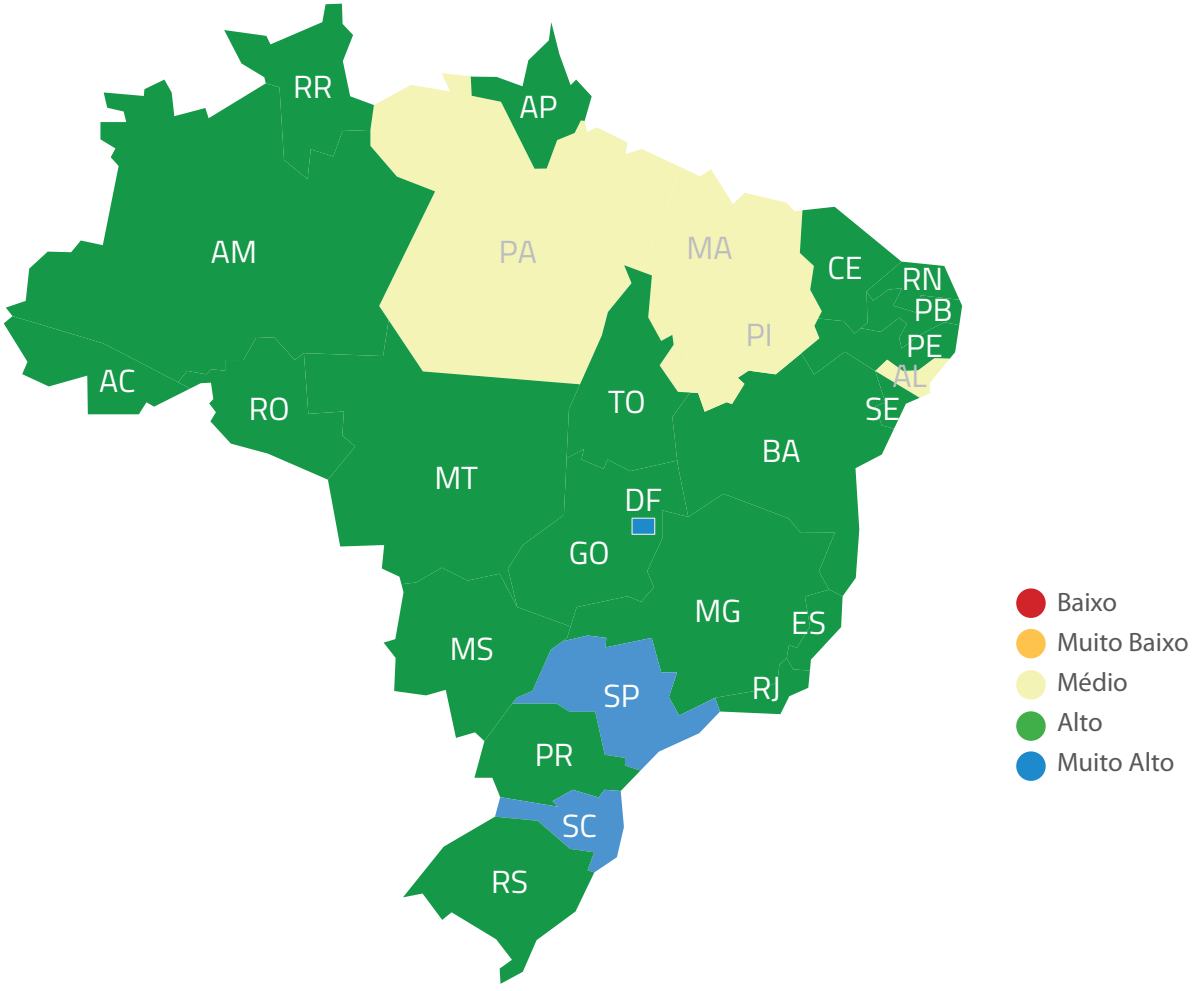
Figura 4:
IDHM do estado de **Mato Grosso.**

1991	2000	2010	2017
0,449	0,601	0,725	0,774

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

O cálculo do IDHM das UF brasileiras para 2017 mostrou que quatro estavam situadas na faixa de desenvolvimento humano médio, vinte na faixa de desenvolvimento humano alto e três na faixa de desenvolvimento humano muito alto.

Figura 5:
Faixa de IDHM nas Unidades Federativas brasileiras em 2017



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2019).

POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Acabar com a pobreza é fundamental para a redução da vulnerabilidade social das pessoas e para o alcance do desenvolvimento humano sustentável, como estabelecido na Agenda 2030. É também um dos maiores desafios enfrentados pelos governantes brasileiros. Para encarar esse desafio, é importante conhecer as dimensões da pobreza – quais são seus índices, e também o padrão de desigualdade –, que grupos ela atinge, de quais territórios, de qual faixa etária, entre outros recortes[21].

Por isso, além das taxas de pobreza e extrema pobreza, é importante levar em consideração também a taxa de vulnerabilidade social. Indivíduos vulneráveis à pobreza são aqueles mais suscetíveis a pioras em sua qualidade de vida diante de mudanças no contexto econômico e social. Como mudanças assim são frequentes, a exemplo do que tem ocorrido no Brasil, há riscos significativos de essas pessoas permanecerem ou retroagirem para a situação de pobreza e terem acessos restritos a saúde, educação, habitação adequada, empregos formais, entre outros direitos.

[21] Existem diferentes padrões para definição de pobreza e extrema pobreza. Por ser meta de uma agenda de desenvolvimento global, na Agenda 2030 a Meta 1.1 leva em consideração a faixa de extrema pobreza definida pelo Banco Mundial: pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia. Após a assinatura da Agenda 2030, o Banco Mundial atualizou a faixa para US$ 1,90 por dia. A faixa de pobreza considera um rendimento diário inferior a US$ 5,5, medida também adotada pelo Banco Mundial para identificar a pobreza em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Essa situação de pobreza e extrema pobreza afeta diretamente o alcance do desenvolvimento humano sustentável, e por isso é uma preocupação da Agenda 2030, que, em suas **Metas 1.1** e **1.2,** recomenda aos países a implementação de ações urgentes para a erradicação da pobreza extrema e a redução da pobreza em pelo menos a metade até 2030.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS/ IBGE, 2020)[22] mostrou que, em 2019, o **Brasil** tinha 13,7 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, ou seja, com renda mensal *per capita* inferior a U$S 1,90 por dia. Esse número é equivalente à população da Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. O percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza subiu de 5,8%, em 2012, para 6,5%, em 2019.

Este estudo também apontou que um quarto da população brasileira, ou 51,7 milhões de pessoas, ainda vivia com menos de US$ 5,50 *per capita* por dia, estando localizados na linha de pobreza. Esse índice caiu de 25,3%, em 2018, para 24,7%, em 2019, porém o percentual está longe do alcançado em 2014, o melhor ano da série, que registrou 22,8%.

EXTREMAMENTE POBRES, POBRES E VULNERÁVEIS À POBREZA: O QUE SIGNIFICA CADA CATEGORIA NESTE DIAGNÓSTICO?

Os dados de pobreza, apresentados neste Diagnóstico, são calculados com base nos índices de pobreza e extrema pobreza definidos no Programa Bolsa Família para concessão de benefício.

A **proporção de pessoas em situação de extrema pobreza** refere-se a indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 70,00 mensais, em agosto de 2010.

A **proporção de pessoas em situação de pobreza** diz respeito a indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

A **proporção de vulneráveis à pobreza** concerne a indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 255,00 mensais, em agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário-mínimo nessa data.

Não existem dados recentes para os municípios em relação à pobreza. Os cálculos do SIS/IBGE, mencionados acima, são realizados apenas para o país. No entanto, para contribuir com uma visão da situação dos municípios, analisa-se a seguir a dinâmica desse tipo de indicador de pobreza a partir de dados estaduais e municipais provindos dos Censos Demográficos do IBGE de 1991 a 2010.

No estado de **Mato Grosso,** em 2010, cerca de 4,41% da população estava em estado de extrema pobreza, e cerca de 10,52% na linha de pobreza.

22 Para mais informações sobre a SIS – IBGE/2020, ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>.

De 1991 a 2010, no município de **Alta Floresta,** a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza foi reduzida. Em 1991, 16,29% da população vivia com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 70,00 mensais. Em 2010, essa proporção reduziu para 1,86%.

Veja na Tabela 3 algumas categorias de vulnerabilidade social coletadas dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, realizados pelo IBGE. Esses dados poderão ser atualizados com a divulgação dos resultados do próximo Censo.

Tabela 3:
Percentuais de vulnerabilidade social no estado de Mato Grosso e no município de **Alta Floresta,** em 1991, 2000 e 2010

	1991		2000		2010	
	Alta Floresta	MT	Alta Floresta	MT	Alta Floresta	MT
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,69	1,95	1,25	2,25	0,98	1,71
% de crianças extremamente pobres	21,54	18,58	7,51	11,39	3,26	6,84
% de vulneráveis à pobreza	68,34	60,87	47,9	46,92	25,2	27,00
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	–	63,80	55,93	51,54	37,14	34,94

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (Censo 1991, 2000 e 2010, IBGE).

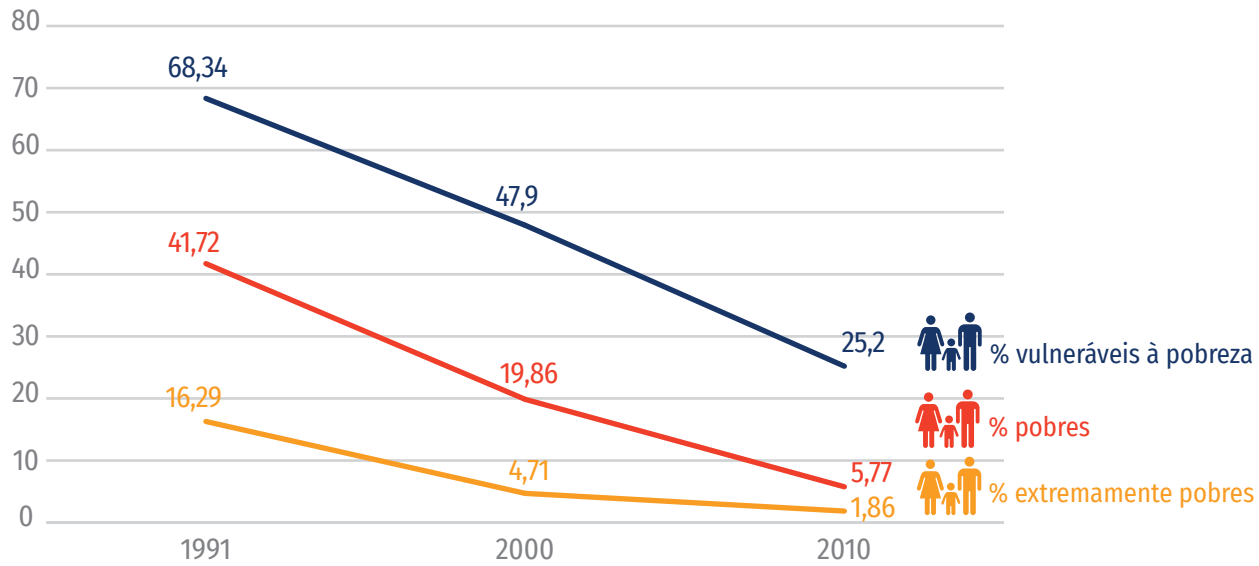
Como é possível observar, no último Censo, o município de Alta Floresta apresentou uma redução considerável no percentual de vulneráveis à pobreza (renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 255,00 mensais), apresentando um índice inferior ao do estado.

A porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal ainda era bastante representativa em 2010, necessitando de monitoramento constante e verificação da situação nos dias atuais.

O percentual de crianças extremamente pobres diminuiu consideravelmente de 1991 a 2010. É preciso ter atenção especial à proteção da infância para reduzir a vulnerabilidade social de um município. A criança que não tem seus direitos básicos garantidos tem grandes chances de não se desenvolver integralmente e, consequentemente, não romper com o ciclo de pobreza.

No que se refere aos índices de pobreza (renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 140,00 mensais), o município de Alta Floresta apresentou uma proporção de pessoas nessa situação de 41,72%, em 1991, e 5,77%, em 2010.

Gráfico 6:
Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município de **Alta Floresta** (extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza), em 1991, 2000 e 2010

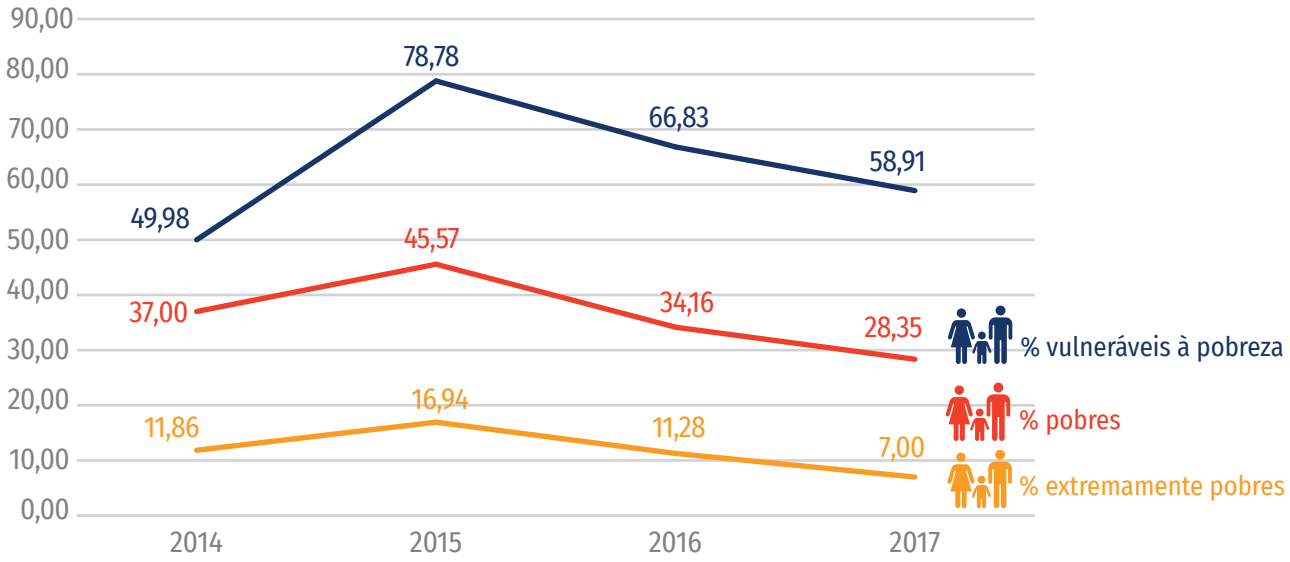


Fonte: PNUD, IPEA, FJP (Censo 1991, 2000 e 2010, IBGE).

O Atlas do Desenvolvimento Humano, do PNUD, traz dados mais recentes sobre a evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritas no CadÚnico do município, após o recebimento do Bolsa Família.

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R$ 70,00) inscritas no CadÚnico de Alta Floresta, após o recebimento do Bolsa Família, passou de 11,86%, em 2014, para 7%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres inscritas (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R$ 140,00), era de 37%, em 2014, e 28,35%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R$ 255.00), também inscritas no cadastro, era de 48,98%, em 2014, e 58,91%, em 2017.

Gráfico 7:
Percentual de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritas no CadÚnico do município de **Alta Floresta,** de 2014 a 2017



Fonte: PNUD, IPEA, FJP (CadÚnico/MDH - 2014 a 2017).

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

META 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia

META 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

PROTEÇÃO SOCIAL

Programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), são parte de políticas para a redução da vulnerabilidade social, direcionadas às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Em julho de 2021, o Brasil possuía 14,6 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família (MC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/Senarc). O objetivo do PBF é contribuir para o combate à fome e à pobreza, para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira e para promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação e assistência social.

A população alvo do programa é composta por famílias extremamente pobres, com renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa, e famílias pobres, com renda mensal entre R$ 89,01 e R$ 178,00 por pessoa. Para poderem ser inseridas no cadastro, as famílias classificadas como pobres precisam ter em sua composição gestantes ou crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. Em 2020, o governo federal disponibilizou R$ 103,05 bilhões para o pagamento do benefício[23].

Em dezembro de 2020, 1.858 famílias do município de **Alta Floresta** eram beneficiárias do PBF e receberam neste mês um total de R$ 569.915,00 em benefícios do programa. Em todo o ano de 2020, foi transferido um total de R$ 12.440.305,00 para famílias locais em situação de pobreza e extrema pobreza[24].

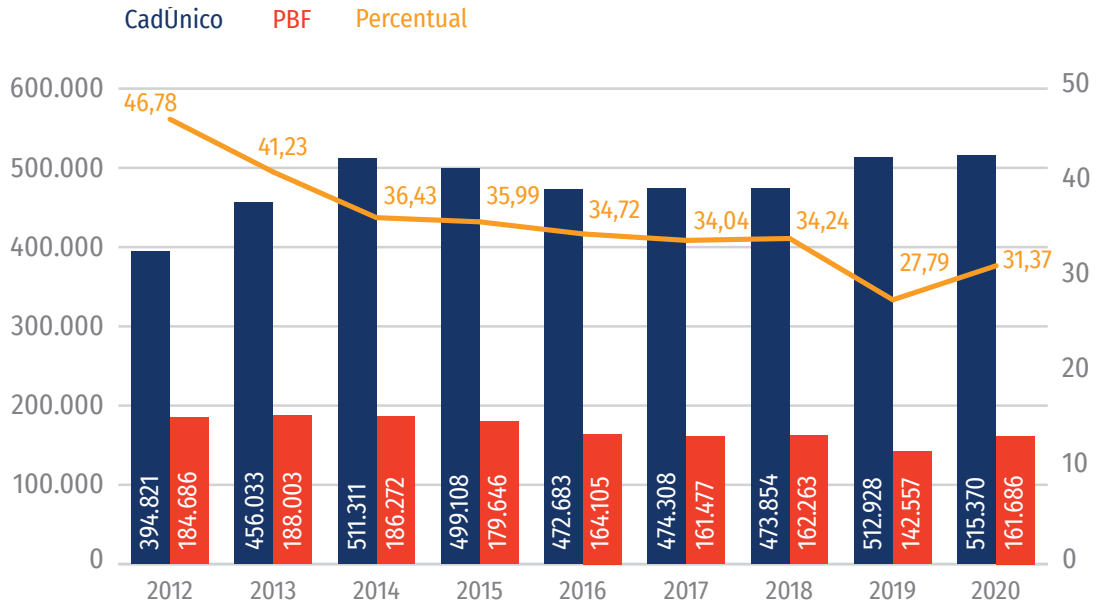
No geral, de 2010 a 2020, o número de famílias beneficiárias do PBF no município reduziu, passando de 3.117 (2012) para 1.858 famílias (2020), o que representa 29,72% das famílias inscritas no Cadastro Único de Alta Floresta, conforme dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). No estado, esse número também diminuiu, passando de 184.686 (2012) para 161.686 famílias (2020), o equivalente a 31,37% das famílias inscritas no Cadastro Único.

Veja nos Gráficos 8 e 9 a evolução da quantidade de famílias beneficiárias do PBF de 2012 a 2020, bem como a proporção de famílias beneficiárias em relação ao total de inscritos no CadÚnico, no estado de

[23] Os dados sobre o Programa Bolsa Família podem ser encontrados na seguinte plataforma: CECAD 2.0 (cidadania.gov.br).
[24] Valores já considerando o total repassado pelo auxílio emergencial de abril/2020 a dezembro/2020 para as famílias beneficiárias elegíveis ao Programa Bolsa Família, devido à pandemia da COVID-19.

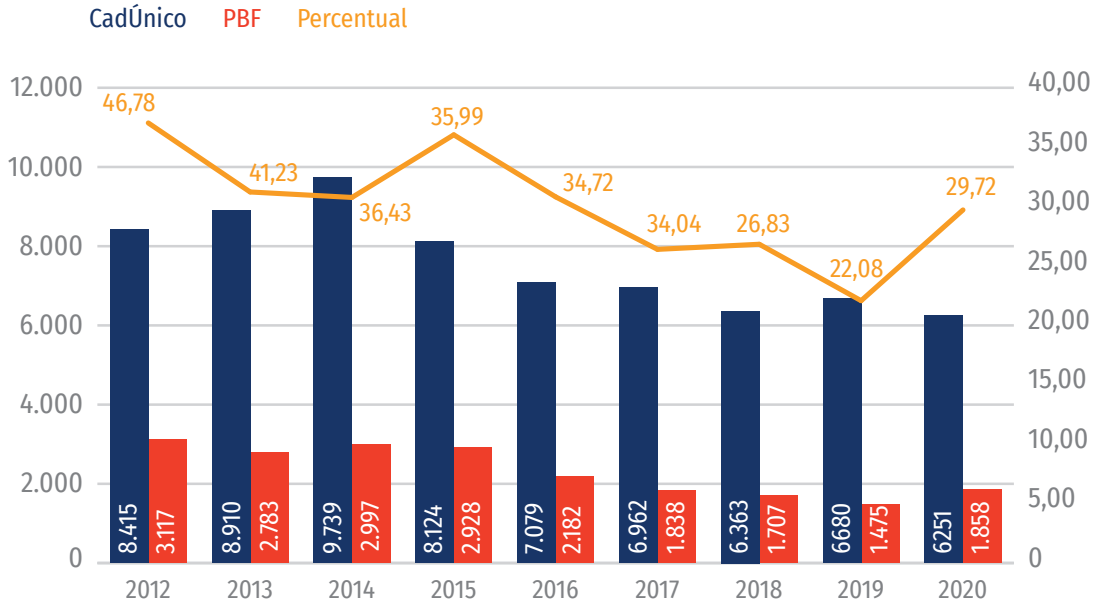
Mato Grosso e no município de Alta Floresta. Esses dados são um indicativo da situação de pobreza em que se encontra o território.

Gráfico 8:
Programa Bolsa Família no estado de **Mato Grosso**: (i) Número de famílias inscritas no Cadastro Único, (ii) Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, (iii) Percentual de famílias beneficiárias do PBF em relação ao total de inscritos no Cadastro Único, de 2012 a 2020



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI (2012 a 2020).

Gráfico 9:
Programa Bolsa Família no município de **Alta Floresta:** (i) Número de famílias inscritas no Cadastro Único, (ii) Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, (iii) Percentual de famílias beneficiárias do PBF em relação ao total de inscritos no Cadastro Único, de 2012 a 2020



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI (2012 a 2020).

Em julho de 2021, o município de Alta Floresta possuía um total de 6.703 famílias cadastradas no seu Cadastro Único. Veja a seguir a faixa de renda dessas famílias, segundo os parâmetros determinados pelo Ministério da Cidadania

RENDA *PER CAPITA* FAMILIAR DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CadÚnico DE ALTA FLORESTA

FAMÍLIAS DE R$ 0,00 ATÉ R$ 89,00	FAMÍLIAS DE R$ 89,01 ATÉ R$ 178,00	FAMÍLIAS DE R$ 178,01 ATÉ 1/2 SALÁRIO-MÍNIMO	FAMÍLIAS ACIMA DE 1/2 SALÁRIO-MÍNIMO	TOTAL
1.867	583	1.710	2.543	6.703
28%	9%	26%	38%	100%

Fonte: Ministério da Cidadania (CECAD 2.0)[25].

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

META 1.3 Implementar, em âmbito nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

META 1.A Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, a fim de proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas voltados a acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

[25] Disponível em: CECAD 2.0 (cidadania.gov.br).

DESNUTRIÇÃO

A Assembleia-Geral das Nações Unidas indicou o período que se estende de 2016 a 2025 como a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição. A intenção é promover a intensificação de ações de combate à fome e buscar a erradicação da desnutrição em todo o mundo.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável contam com metas arrojadas para a temática da desnutrição. Até 2030, a principal meta é acabar com a fome, eliminando todas as formas de desnutrição. As metas dos ODS pautaram-se na tendência de queda - de mais de uma década – do número de pessoas desnutridas no mundo. No entanto, dados recentes apontam para uma quebra dessa tendência. A fome pode voltar a figurar como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela humanidade, principalmente após o contexto de pandemia surgido em 2020.

No relatório **"O estado da insegurança alimentar e nutricional no mundo em 2020"** (FAO, UNICEF, FIDA, OPAS, OMS, 2020) estimou a fome no mundo com maior precisão em 2020. A revisão confirmou a tendência relatada nas edições anteriores: o número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo tem aumentado lentamente desde 2014.

O relatório também mostra que a desnutrição em todas as suas formas continua a ser um desafio. Houve algum progresso em relação ao nanismo infantil, baixo peso ao nascer e amamentação exclusiva, mas em um ritmo que ainda é muito lento. O sobrepeso infantil não está melhorando, e a obesidade adulta está aumentando em todas as regiões.

O relatório complementa a avaliação usual da segurança alimentar e nutricional com projeções de como o mundo poderá ser em 2030, se as tendências da última década continuarem. As projeções mostram que o mundo não está no caminho para alcançar a Fome Zero até 2030, e, apesar de algum progresso, a maioria dos indicadores também não está no caminho para cumprir as metas globais de nutrição. É provável que a segurança alimentar e o estado nutricional dos grupos populacionais mais vulneráveis se deteriorem ainda mais devido aos impactos socioeconômicos e de saúde da pandemia da COVID-19.

O relatório destaca a qualidade da dieta como um elo crítico entre a segurança alimentar e a nutrição. O cumprimento das metas do ODS 2 só será possível se as pessoas tiverem comida suficiente para comer e se o que comem for nutritivo e acessível. O relatório também apresenta uma nova análise do custo e acessibilidade de dietas saudáveis em todo o mundo, por região e em diferentes contextos de desenvolvimento. Ele apresenta avaliações dos custos de saúde e mudanças climáticas associados aos padrões atuais de consumo de alimentos, bem como a economia potencial de custos se os padrões de consumo de alimentos mudassem para dietas saudáveis que incluam considerações de sustentabilidade. O relatório conclui com uma discussão das políticas e estratégias para transformar os sistemas alimentares para garantir dietas saudáveis acessíveis, como parte dos esforços necessários para acabar com a fome e todas as formas de desnutrição.

Relatório disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>.

O QUE SIGNIFICA DESNUTRIÇÃO?

Embora frequentemente esteja associada à pobreza, a desnutrição é uma doença ocasionada pela não existência de nutrientes em quantidades suficientes no corpo. Em crianças, impede o desenvolvimento psicomotor adequado, causando atrasos físicos e mentais, e, quando em níveis altos, pode levar à morte precoce.

QUAL O CONCEITO DE OBESIDADE?

A obesidade faz parte do grupo das doenças crônicas não transmissíveis e é caracterizada pelo excesso de gordura corporal. Tem causalidade múltipla, decorrendo de hábitos alimentares inadequados, fatores econômicos, sedentarismo, entre outros.

Crianças obesas apresentam maior propensão a colesterol alto, problemas nos ossos e nas articulações, diabetes tipo 2, problemas no fígado e doenças cardíacas, além de complicações psicológicas e sociais.

DESNUTRIÇÃO INFANTIL

A desnutrição infantil é um importante indicador do estado geral da saúde das crianças menores de 5 anos e de seu crescimento. Identificar problemas de crescimento possibilita intervenções precoces, devolvendo às crianças condições adequadas de saúde e evitando futuras doenças que podem prejudicar o desenvolvimento de suas capacidades. Por essa razão, acabar com a desnutrição é uma das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Dados globais mostram que, nas áreas rurais e entre as famílias mais pobres, apenas uma em cada cinco crianças de até 2 anos de idade recebe o mínimo de nutrientes para um desenvolvimento cerebral adequado. Cerca de 45% das crianças entre 6 meses e 2 anos não consomem frutas ou legumes, e 60% não consomem ovos, leite, peixe ou carne (Unicef, 2019).

No mundo todo, uma em cada três crianças menores de 5 anos não está recebendo a nutrição necessária para crescer bem, segundo o estudo **"Situação Mundial da Infância 2019: crianças, alimentação e nutrição"** (UNICEF, 2019), que analisa a má nutrição infantil nos dias atuais. As comunidades enfrentam cada vez mais uma tripla carga de má nutrição. Apesar do declínio da desnutrição, 149 milhões de crianças com menos de 5 anos ainda sofrem de déficit de crescimento; quase 50 milhões têm baixo peso; 340 milhões de crianças sofrem com a fome oculta – deficiências de vitaminas e minerais –; e as taxas de sobrepeso e obesidade estão subindo rapidamente.

"No século 21, a má nutrição infantil deve ser entendida em um cenário de rápidas mudanças, incluindo o crescimento das populações urbanas e a globalização dos sistemas alimentares – que está levando ao aumento da disponibilidade de alimentos ricos em calorias, mas pobres em nutrientes.

A má nutrição prejudica profundamente o crescimento e o desenvolvimento das crianças. A menos que isso seja tratado, as crianças e as sociedades terão dificuldades para atingir seu pleno potencial. Esse desafio só pode ser enfrentado abordando a desnutrição em todas as fases da vida da criança e colocando as necessidades nutricionais dela no coração dos sistemas alimentares e das políticas públicas de saúde, água e saneamento, educação e proteção social" (p. 3, Unicef, 2019).

Relatório disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/5566/file/Situacao_Mundial_da_Infancia_2019_ResumoExecutivo.pdf>.

O Brasil ainda tem um longo caminho a ser percorrido nessa temática, apesar de ter transformado o quadro alarmante de desnutrição infantil vivido ao longo das décadas de 1980 e 1990. Antes de 2015, o país conseguiu reduzir em 58% o número de mortes de crianças em consequência da desnutrição, superando a meta estabelecida pela Conferência Mundial de Alimentação, que era de 50%. Por alguns anos, o país chegou a vivenciar a transição nutricional, marcada por significativa redução da prevalência da desnutrição infantil, em contraposição ao aumento do excesso de peso.

A desnutrição atinge a população de maneira desigual. Os segmentos mais vulneráveis estão em condição de maior suscetibilidade a esse problema e tendem a apresentar valores maiores entre pessoas de baixa renda, população indígena, famílias rurais e outros grupos populacionais específicos. Esse problema é mais comum em crianças no início da fase escolar ou em menores de 5 anos. Segundo a OMS, é uma das causas de morbidade e mortalidade mais comuns entre crianças de todo o mundo.

O Brasil reduziu a taxa de desnutrição crônica entre menores de 5 anos. No entanto, ainda é um sério problema para indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Em 2018, o percentual de desnutrição crônica entre crianças indígenas menores de 5 anos era de 28,6%. Os números variam entre etnias, alcançando 79,3% das crianças ianomâmis (Unicef, 2019).

Neste diagnóstico, para medir a desnutrição de crianças menores de 5 anos, foi utilizado o índice de magreza acentuada, disponibilizado pelo Ministério da Saúde anualmente. A magreza acentuada é calculada com base no índice de massa corporal (IMC), que é um indicador de composição corporal recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para classificação do estado nutricional. Seu cálculo é feito com base na relação entre peso e altura, e os resultados podem ser de magreza acentuada, magreza, eutrofia, risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade. Se o IMC estiver classificado como magreza acentuada, caracteriza-se déficit de peso acentuado.

No período compreendido entre 2010 e 2020, o índice de magreza acentuada na infância caiu no país. Em 2010, o Brasil tinha 4,35% das crianças de até 5 anos em estado de magreza acentuada. Em 2020, esse índice caiu para 2,91%, o equivalente a 109.915 crianças de até 5 anos. Na região Centro-Oeste, o índice de magreza acentuada entre crianças de até 5 anos de idade caiu de 4,56% para 2,99%, entre 2010 e 2020.

No estado de **Mato Grosso,** o índice foi de 4,51% em 2010, passando para 3,45% em 2020. Em relação ao município de **Alta Floresta**, o índice de magreza acentuada na infância aumentou no período de 2010 a 2020. Em 2010, o município não apresentou nenhuma ocorrência de desnutrição infantil, e, em 2020, o índice foi para 1,89%.

ÍNDICE DE OBESIDADE

Estudos têm evidenciado a associação entre desnutrição e pobreza. Agora, também a obesidade se revela um fator ligado à capacidade de acesso da população a alimentos saudáveis[26]. Alimentos nutritivos e frescos são mais caros que aqueles ultraprocessados, os quais apresentam grandes quantidades de açúcar, sal, gordura e baixo teor de nutrientes.

[26] O índice de magreza acentuada por município é disponibilizado no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan, do Ministério da Saúde. Nos filtros, é preciso selecionar IMC X Idade. Acesse o SISVAN em: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>.

No mundo todo, entre 2000 e 2016, a proporção de crianças de 5 a 19 anos com excesso de peso aumentou de 10% para quase 20%. O sobrepeso pode levar ao aparecimento precoce de diabetes tipo 2 e depressão (Unicef, 2019)[27].

O índice de obesidade entre crianças até 5 anos apresentou a mesma tendência de queda no período avaliado para o país, região e estado, assim como o índice de magreza acentuada. No ano de 2010, os índices no Brasil, na região Centro-Oeste e no estado de **Mato Grosso** foram, respectivamente, 8,06%, 7,97% e 7,98%.

Já no ano de 2020, os índices foram, respectivamente, de 7,39%, 6,19% e 5,75%. Todos os entes apresentaram redução em suas taxas, contudo o percentual do estado ainda ficou abaixo dos níveis nacionais e regionais.

Alta Floresta registrou oscilações no percentual de crianças obesas no mesmo período. Em 2010, nenhuma criança apresentou índice de obesidade, no entanto, em 2020, o percentual de crianças obesas no município foi de 7,22%, o que representa 42 crianças. O fato de não haver crianças com magreza acentuada e obesas em 2010 pode ser um indicativo de que o município ainda não fazia parte do sistema neste período.

DESNUTRIÇÃO EM MENORES DE 2 ANOS

O Cartão da Criança é um instrumento utilizado para acompanhar o crescimento da criança nos seus dois primeiros anos de idade. Com ele, é possível verificar como tem variado o peso da criança e se essa variação indica peso baixo, normal ou alto para a sua idade. A taxa de crianças menores de 2 anos desnutridas indica a proporção de crianças dessa faixa etária cujo peso ficou abaixo do percentil 3 (curva inferior) da curva de peso do Cartão da Criança.

[27] No Brasil, a proporção de crianças obesas é calculada pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan. Este sistema descreve, de maneira contínua, tendências das condições de nutrição e alimentação da população, com o objetivo de contribuir para o planejamento e a avaliação dos efeitos de políticas, programas e intervenções. O índice de magreza acentuada e os índices de obesidade podem ser acessados em: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>.

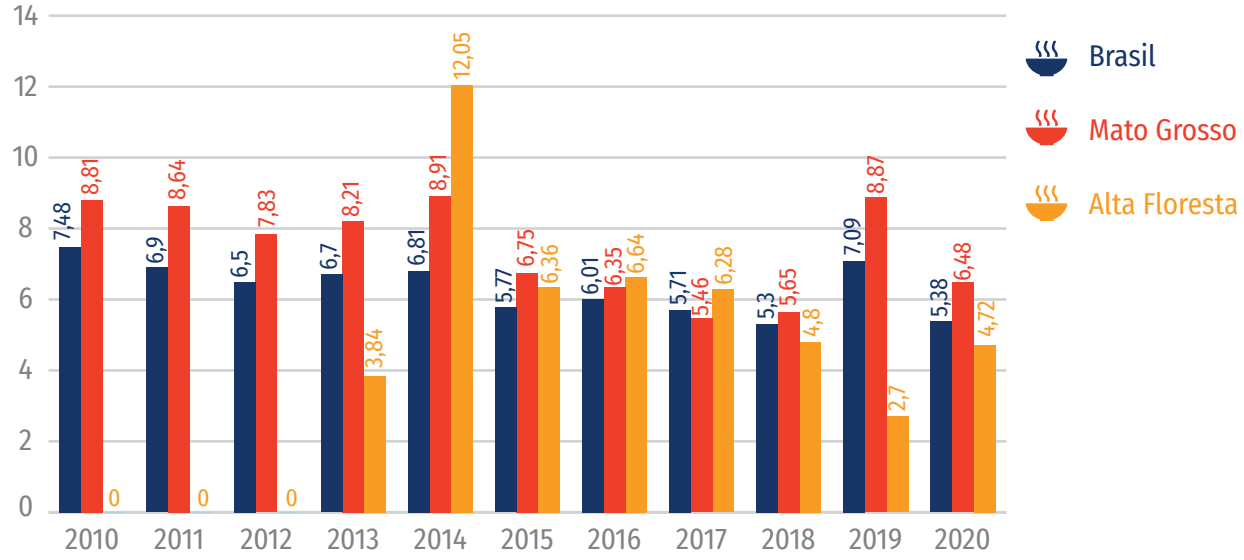
Para o cálculo da proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, o PNUD utilizou os dados de magreza e magreza acentuada (IMC X Idade) disponibilizados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, do Ministério da Saúde. O percentual de desnutrição em menores de 2 anos foi obtido a partir da soma dos percentuais de magreza e magreza acentuada[28].

O Brasil e a região Centro Oeste, entre os anos de 2010 e 2020, apresentaram uma leve redução no percentual de crianças desnutridas, de até 2 anos, passando de 7,48% para 5,38% no Brasil, e de 8,49% para 6,11% na região.

No estado de **Mato Grosso,** o percentual de crianças até 2 anos desnutridas decresceu ao longo dos anos, porém houve crescimento significativo em 2019. No período de 2010 a 2020, esse índice caiu de 8,81% para 6,48%. No ano de 2019, o estado havia alcançado o índice de 8,87%.

Em **Alta Floresta,** não foram registradas crianças desnutridas nos anos de 2010, 2011 e 2012, períodos em que o município provavelmente não fazia parte do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan. A maior taxa observada no período foi em 2014, com uma proporção de 12,05% das crianças de até 2 anos com desnutrição, e passou para 4,72% em 2020. Em relação aos números brutos, para o mesmo período, os maiores resultados ocorreram em 2016, com 33 crianças desnutridas, e 2017, quando foram registradas 25 crianças desnutridas.

Gráfico 10:
Percentual de crianças com até 2 anos desnutridas, no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2020.



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan.

O enfrentamento da desnutrição e da insegurança alimentar necessita ser trabalhado a partir de uma perspectiva abrangente que envolva, além das questões de saúde, a promoção de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, além de políticas de geração de renda e enfrentamento de desigualdades.

[28] O percentual de desnutrição por município está disponível no SISVAN em: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>. Nos filtros, selecionar Índice – IMC X Idade e Idade – 0 a 2 anos. Ao gerar a planilha de dados, somar o percentual de magreza e o percentual de magreza acentuada.

A melhoria dos índices de nutrição e a prevenção da obesidade implicam benefícios não somente para a vida das pessoas, pois impacta igualmente no desenvolvimento social e econômico do município e do país. Com impactos diretos na saúde da população, a desnutrição pode ser responsável também pelo baixo desempenho escolar e por perdas econômicas, pois é causa de absenteísmo e de acidentes de trabalho, limitando a expectativa de renda.

Foto: FAO.

ESCALA DE EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (FIES)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lançou em 2016 o relatório do projeto **"Voices of Hungry"**, iniciativa que visa ouvir as "vozes" das pessoas em diversos países sobre a luta diária por acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para manter uma alimentação adequada.

O estudo trouxe informações sobre os níveis de insegurança alimentar de 90% da população mundial (146 países). O instrumento proposto para a mensuração da pesquisa foi a Escala Global de "Experiência da Insegurança Alimentar" (FIES)[29], que se baseia em dados obtidos em pesquisas diretas com pessoas sobre segurança alimentar e acesso a alimentos.

Os resultados das taxas de prevalência estimada de insegurança alimentar para os adultos com 15 anos ou mais mostraram valores entre 2,97% e 92,25%. Em 18 países (19%), mais da metade da população experimentou insegurança alimentar moderada ou grave em 2014. Para o Brasil, em 2014, 8,3% da população viveu insegurança alimentar moderada ou grave, que corresponde a 12,5 milhões de brasileiros. A população com insegurança alimentar grave foi de 0,4%. As estimativas para o Brasil são calculadas a partir de dados do IBGE coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), usando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Essa estimativa de insegurança alimentar não tem sido feita em nível municipal, porém toda a explicação sobre o questionário utilizado no Módulo de Pesquisa da Escala de Insegurança Alimentar Baseada na Experiência (acrônimo em inglês: FIES-SM) está no site da FAO e pode ser replicada. A pesquisa é composta por oito perguntas, e os itens compõem uma escala estatística desenhada para medir a severidade da insegurança alimentar.

Relatório disponível em: <http://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/fies/es/>.

[29] Para obter mais informações sobre como calcular a Escala de Experiência da Insegurança Alimentar (FIES) e como aplicar o Módulo de Pesquisa direta com a população e analisar os dados, acessar: <http://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/usando-la-fies/es/>. Para acessar o modelo do questionário da pesquisa: <http://www.fao.org/3/a-bl404s.pdf>.

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

META 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

META 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de 5 anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

NUTRIÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A erradicação da fome está associada também à produtividade agrícola e à renda de pequenos produtores de alimentos. A **Meta 2.3** visa dobrar a produtividade e a renda dos pequenos produtores até 2030, principalmente por meio do acesso igual e seguro à terra. Além disso, é imprescindível adotar sistemas sustentáveis de produção de alimentos, manter a diversidade genética de sementes e aumentar o investimento em pesquisa e infraestrutura rural, de acordo com o que consta nas **Metas 2.4** e **2.5**.

No Brasil, a **agricultura familiar** tem papel preponderante na geração de trabalho e renda, representando 77% dos estabelecimentos rurais do país. O Censo Agropecuário de 2017[30] mostrou que a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Mostrou também que a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em 2017, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Nesse ano pesquisado, o Brasil tinha 3.897.408 estabelecimentos rurais classificados como sendo de agricultores familiares.

O estado da Bahia apresenta a maior parcela de agricultura familiar do país, com 762.848 estabelecimentos agropecuários. Destes, 593.411 são classificados como agricultura familiar, conforme o Censo Agropecuá-

[30] Censo agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

rio, o que corresponde a 77,7% do total do estado e 15,23% do total do país. No estado de **Mato Grosso,** havia 81.635 estabelecimentos classificados como agricultura familiar nesse ano, o que corresponde a 2,1% do total do país.

O município de **Alta Floresta,** por sua vez, possuía 1.198 estabelecimentos rurais classificados como de agricultura familiar, um percentual de 71,52% em relação ao total de estabelecimentos registrados para o município no Censo Agropecuário de 2017, que foi de 1.675.

Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

META 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

META 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, às secas, às inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

META 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

META 12.2 Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais

META 12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e de consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

SAÚDE E BEM-ESTAR

Um dos direitos fundamentais de cidadãos e cidadãs é o direito à saúde, que deve ser garantido pelo município, em cooperação com o estado e a União. Ações para melhorias nessa área asseguram uma atenção integrada, universal e equitativa e promovem saúde e bem-estar para todas as pessoas, contribuindo para avanços no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Entre 2000 e 2015, com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os países apresentaram avanços consideráveis na redução da mortalidade infantil, na melhoria da saúde materna e na redução das infecções por HIV/aids, tuberculose, malária e outras doenças. Em 15 anos, o número de pessoas infectadas pelo HIV anualmente no mundo caiu de 3,1 milhões para 2 milhões, e mais de 6,2 milhões de vidas foram salvas da malária.

No entanto, as doenças crônicas e aquelas resultantes de desastres continuam a ser os principais fatores que contribuem para a pobreza e para a privação dos mais vulneráveis. Atualmente, 63% de todas as mortes do mundo provêm de doenças não transmissíveis, principalmente cardiovasculares, respiratórias, câncer e diabetes. Estima-se que as perdas econômicas para os países de renda média e baixa provinda dessas doenças ultrapassarão US$ 7 trilhões até 2025.

Diante desse quadro, os ODS propõem metas integradas que abordam a promoção da saúde e do bem-estar como essenciais ao fomento das capacidades humanas.

MORTALIDADE MATERNA

O **ODS 3** (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades) tem como primeira meta (**Meta 3.1**) a redução da taxa de mortalidade materna mundial para menos de 70 por cada 100 mil nascidos vivos e a garantia de que nenhum país tenha uma taxa de mortalidade materna que supere o dobro da média mundial.

Segundo informativo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2018), a mortalidade materna é extremamente alta no mundo, chegando a cerca de 830 mortes ao dia relacionadas à gravidez ou ao parto. Em 2015, cerca de 303 mil mulheres morreram nessas condições em ambientes com poucos recursos. Além disso, aproximadamente 99% de todas as mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento, e a maioria delas poderia ser evitada[31].

[31] Para ulteriores informações ver **Folha informativa: Mortalidade materna** (OPAS, 2018). Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5741:folha-informativa-mortalidade-materna&Itemid=820>.

QUAL É A DIFERENÇA ENTRE TAXA E NÚMERO BRUTO (OU TOTAL)?

Os dados podem ser apresentados em taxas – como percentual, razões, por 1 mil ou 100 mil – ou em números brutos. Os números brutos apresentam os valores totais de determinado indicador, enquanto as taxas representam um dado em relação a outros dados ou a uma totalidade.

No caso de mortalidade materna, por exemplo, o número bruto mostra o número total de óbitos de mães em determinado ano. Já a taxa de mortalidade materna (ou razão de mortalidade materna) apresenta o número total de óbitos maternos em comparação com o número de crianças nascidas vivas. No caso desse indicador, a taxa espelha o número de óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas, isto é, quantas mães vieram a óbito em comparação a quantas crianças nasceram vivas no mesmo período.

Para fazer comparações entre cidades, estados e países, a utilização de taxas é mais apropriada, pois independe do tamanho da população das áreas que estão sendo analisadas.

Mas, em alguns casos, é importante também que venha acompanhada dos números totais, especialmente quando se trata de municípios pequenos. Com pequena população, um óbito materno, por exemplo, pode gerar alta taxa de mortalidade materna. E isso pode provocar distorções na interpretação da situação da mortalidade materna na localidade, indicando que há uma situação alarmante (ou, em outros casos, irrelevante), o que afeta a promoção de ações sociais e políticas públicas.

A morte considerada materna é aquela que ocorre com mulheres durante a gestação ou até 42 dias após o seu término, causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. É considerada tardia quando ocorre em um período superior a 42 dias e inferior a um ano após o fim da gravidez (Ministério da Saúde, 2007).[32]

Em 2000, em decorrência do lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Brasil se comprometeu a reduzir 75% das mortes maternas até 2015, e chegar a 35 mortes por 100 mil nascidos vivos. No entanto, em 2015, a taxa ficou bem longe do planejado, alcançando 62 mortes por 100 mil nascidos vivos, com queda de 57%. Em 2016 e 2017, o indicador nacional voltou a crescer, passando para 64,4 e 64,5, mas em 2019 ficou em 60,93.

Cerca de 92% dessas mortes são evitáveis e ocorrem devido a hipertensão, hemorragias, infecções e abortos provocados.

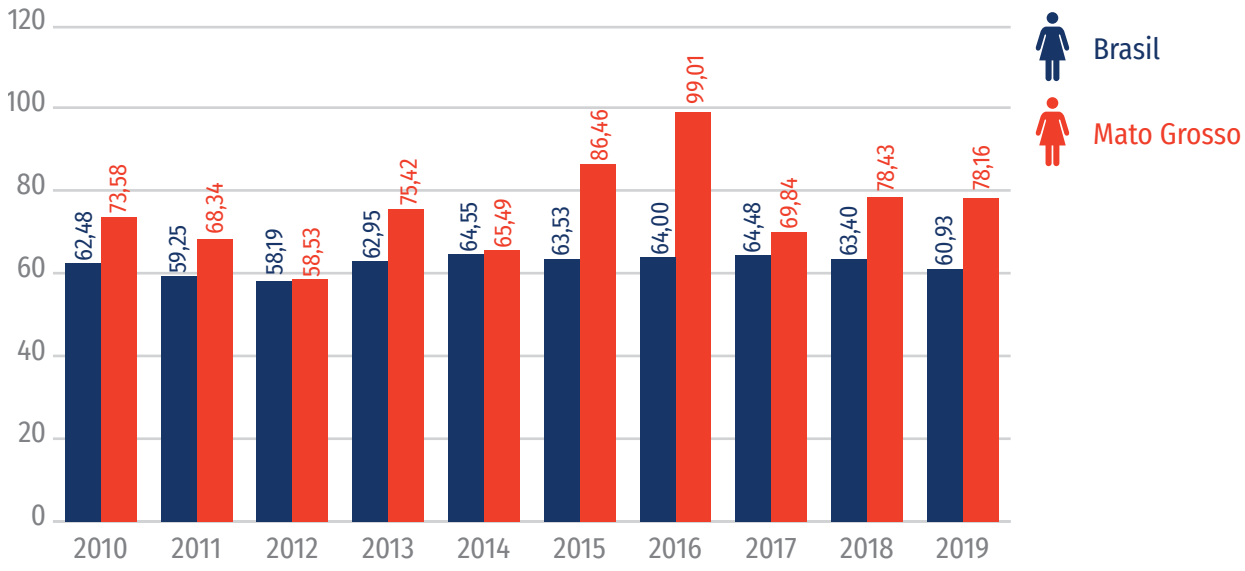
[32] Neste diagnóstico, foi utilizada para o cálculo da taxa de mortalidade materna a soma dos óbitos maternos (durante a gestação ou até 42 dias após o seu término) e dos óbitos maternos tardios (período superior a 42 dias e inferior a um ano após o fim da gravidez). Esses dados podem ser encontrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Datasus, no seguinte endereço: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/mat10br.def>.

O **Mato Grosso** chegou a 78,16 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos em 2019. A maior taxa nesse período foi em 2016 (99,01), e no recorte estudado o estado apresentou taxas superiores às taxas nacionais na maioria dos anos. A taxa de 2019 mostra que o estado ainda estava distante de cumprir a **Meta 3.1**, que prevê o máximo de 70 mortes/100 mil até 2030.

Para municípios com população pequena e poucos registros de nascimento, como é **Alta Floresta**, os especialistas não recomendam a apuração da taxa via "cálculo direto" (mortes/nascidos vivos) sem um tratamento estatístico posterior, razão pela qual não será apresentada aqui. Em números absolutos, foram registradas 7 mortes maternas no período analisado, sendo que 6 dessas mulheres eram negras.

É importante ressaltar que, mesmo que o município apresente 7 óbitos maternos em 10 anos, este é um tema de extrema relevância e deve ser acompanhado constantemente pelas autoridades competentes.

Gráfico 11:
Taxa de mortalidade materna (número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos) no Brasil e no estado de **Mato Grosso**, de 2010 a 2019

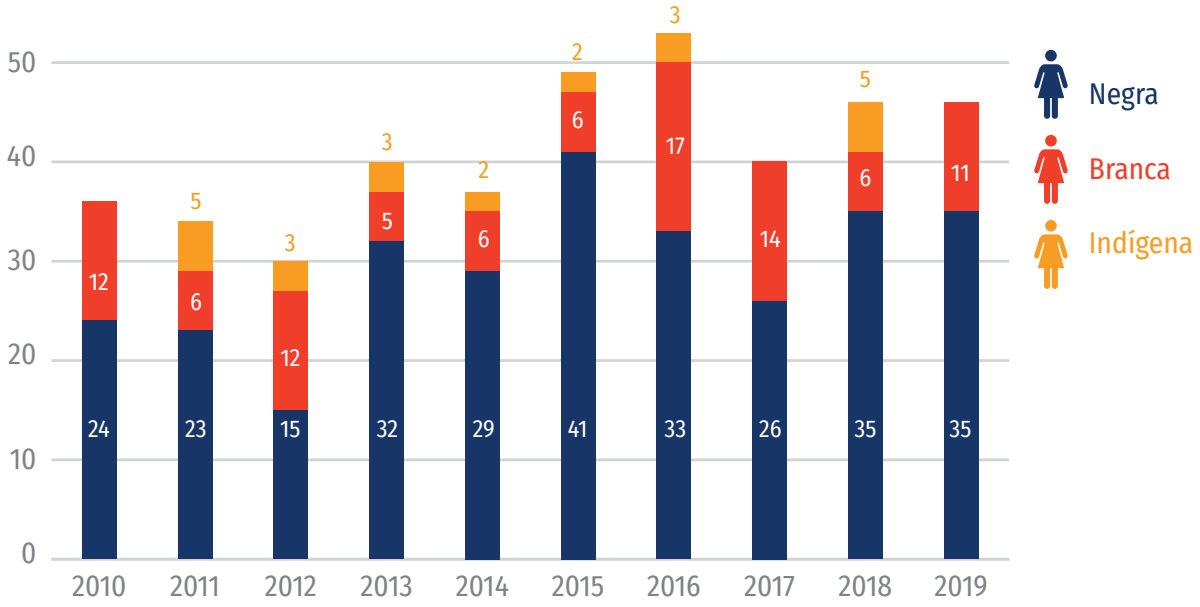


Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Em números absolutos, o estado de **Mato Grosso** registrou 412 mortes maternas de 2010 a 2019. Com relação à raça das mulheres que tiveram morte materna no período, 270 eram pardas, 23 eram pretas (o gráfico a seguir soma as raças parda e preta e considera ambas como população negra), 95 eram brancas e 23 eram indígenas. O gráfico não está computando as mortes de mulheres amarelas e de raça ignorada.

As 7 mortes maternas ocorridas em **Alta Floresta** estão distribuídas nos seguintes anos: 1 (2012), 3 (2014), 2 (2015) e 1 (2018).

Gráfico 12:
Número de óbitos maternos no estado de **Mato Grosso**, por cor/raça, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos.

MORTALIDADE NA INFÂNCIA

O **ODS 3**, em sua **Meta 3.2**, recomenda que os países fortaleçam as políticas públicas para erradicar totalmente as mortes evitáveis de recém-nascidos e de crianças menores de 5 anos. Até 2030, espera-se que seja reduzida a mortalidade neonatal para, pelo menos, uma taxa de 12 por 1 mil nascidos vivos, e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para, pelo menos, 25 por 1 mil nascidos vivos[33].

[33] Para mais informações, ver **Cadernos ODS 3: Assegurar uma Vida Saudável e Promover o Bem-Estar para Todas e Todos, em Todas as Idades** (IPEA, 2019). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190829_cadernos_ODS_objetivo_3.pdf>.

Conforme o relatório do Unicef divulgado no final de 2019 **"30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança"** de 1990 a 2017, registrou-se no Brasil uma "redução histórica" no total de mortes de crianças menores de 1 ano de idade. Nesses 27 anos, a taxa nacional caiu de 47,1 para 13,4 a cada 1 mil nascidos vivos. Além disso, entre 1996 e 2017, 827 mil vidas foram salvas. O Brasil superou a meta de redução da mortalidade infantil prevista nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) antes do prazo estabelecido.

No entanto, nos últimos anos, os índices de mortalidade infantil, materna e na infância começaram a oscilar em razão da queda na taxa de coberturas vacinais. Em 2016, a mortalidade infantil subiu pela primeira vez em mais de 20 anos e ainda não voltou aos patamares de 2015. No total, 42 mil crianças menores de 5 anos ainda morrem por ano no Brasil.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/6276/file/30-anos-da-convencao-sobre-os--direitos-da-crianca.pdf>.

MORTES DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS[34]

Em 2019, o Ministério da Saúde decidiu ajustar a **Meta 3.2,** tendo em vista que o **Brasil** já tinha atingido os valores das metas globais relativas a mortalidade materna, infantil e neonatal. Em relação às duas últimas, foi realizada uma estimativa dos respectivos indicadores para 2030, com base na série histórica de 2000 a 2015. Para a taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos de idade), foi proposta uma redução de 47,4%, que corresponde à nova meta de 8,3 mortes infantis por 1 mil nascidos vivos, a ser alcançada até 2030 (IPEA, 2019)[35]. Em 2019, a taxa brasileira apresentou-se ainda um pouco distante da nova meta, com 14,4 mortes infantis a cada 1 mil nascidos vivos.

No estado de **Mato Grosso,** de 2010 a 2019, houve algumas oscilações na mortalidade infantil de menores de 5 anos de idade, porém, durante todo o período, as taxas de mortalidade infantil se mantiveram abaixo da

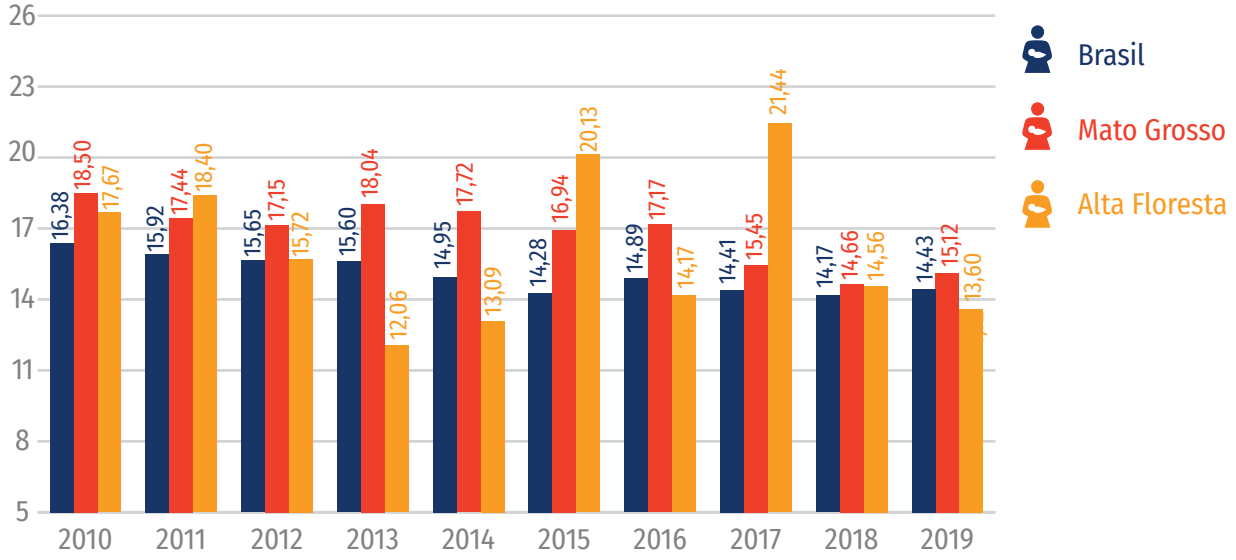
[34] Com o objetivo de manter um paralelo comparativo com a taxa de mortalidade infantil estabelecida na **Meta 3.2** do **ODS 3**, este diagnóstico considerou para esse cálculo o número de óbitos de menores de 5 anos de idade por 1 mil nascidos vivos em relação à população residente. Os óbitos infantis dos municípios brasileiros foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Datasus/Ministério da Saúde, disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6938&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf10>.

[35] No final de janeiro de 2020, a Secretaria Especial de Articulação Social do Governo Federal, responsável pelo acompanhamento da Agenda 2030, informou que um de seus projetos estratégicos será a iniciativa Metas ODS, que tem por objetivo a continuidade do processo de nacionalização das metas para os 17 ODS e a identificação das ações e programas do Governo Federal que contribuem para o seu alcance. Com o lançamento do Decreto nº 9.759, de abril de 2019, foi oficializada a extinção da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e de outros colegiados, com o objetivo de estabelecer e definir qual seria a melhor estratégia a ser adotada para a nova "Governança da Agenda 2030 no Brasil". Outro decreto foi lançado em agosto de 2019 (Decreto nº 9.980/2019), e estabeleceu como competência da Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) da SEGOV-PR a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Meta 3.2 (25/1 mil nascidos vivos). No ano de 2010, a taxa estava em 18,5 mortes a cada 1 mil nascidos vivos. Nos últimos anos, as taxas, de modo geral, estão apresentando tendência de queda, porém ainda estão acima da média nacional.

No município de **Alta Floresta**, desde 2010, as taxas de mortalidade infantil também têm se mantido abaixo da Meta 3.2, atingindo seu pico em 2017, quando morreram 19 crianças e a taxa chegou a 21,44 a cada 1 mil nascidos vivos. Em 2018 e 2019, as taxas foram reduzidas, chegando a 13,6/1 mil. Será preciso monitorar as taxas de 2020 em diante, para garantir que continuem em declínio, mas levando em consideração os efeitos da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV2), que também ocasionou a morte de algumas crianças. Em números absolutos, foram registradas 139 mortes de crianças menores de 5 anos de 2010 a 2019 no município.

Gráfico 13:
Taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos por 1 mil nascidos vivos no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

MORTES DE RECÉM-NASCIDOS

No Brasil, a maior parte da mortalidade na infância tende a ocorrer no período neonatal. Os governos nacionais e subnacionais precisam continuar fortalecendo os serviços de saúde primária e especializada, pois a maior parte desses óbitos ocorre em função de deficiências na assistência pré-natal e na atenção ao recém-nascido[36].

[36] A morte neonatal se refere ao óbito ocorrido entre 0 e 27 dias após o nascimento. À criança morta neste período, dá-se o nome de neomorto. A morte neonatal pode ser classificada como precoce ou tardia. A precoce ocorre antes de 7 dias completos de vida (até 168 horas completas). A tardia ocorre depois de 7 dias completos, mas antes de 28 dias completos de vida. Neste diagnóstico, foram somadas as mortes precoces e tardias. O indicador contempla as mortes antes de 28 dias, e o Datasus disponibiliza os dados de 0 a 27 dias. Para o cálculo da taxa de mortalidade neonatal, foi considerado o número de mortes de 0 a 27 dias por 1 mil nascidos vivos na população residente em determinado espaço geográfico, nos anos selecionados. Para verificar os óbitos neonatais por município, acessar: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf10br.def> e selecionar Faixa Etária 1 (0 a 27 dias).

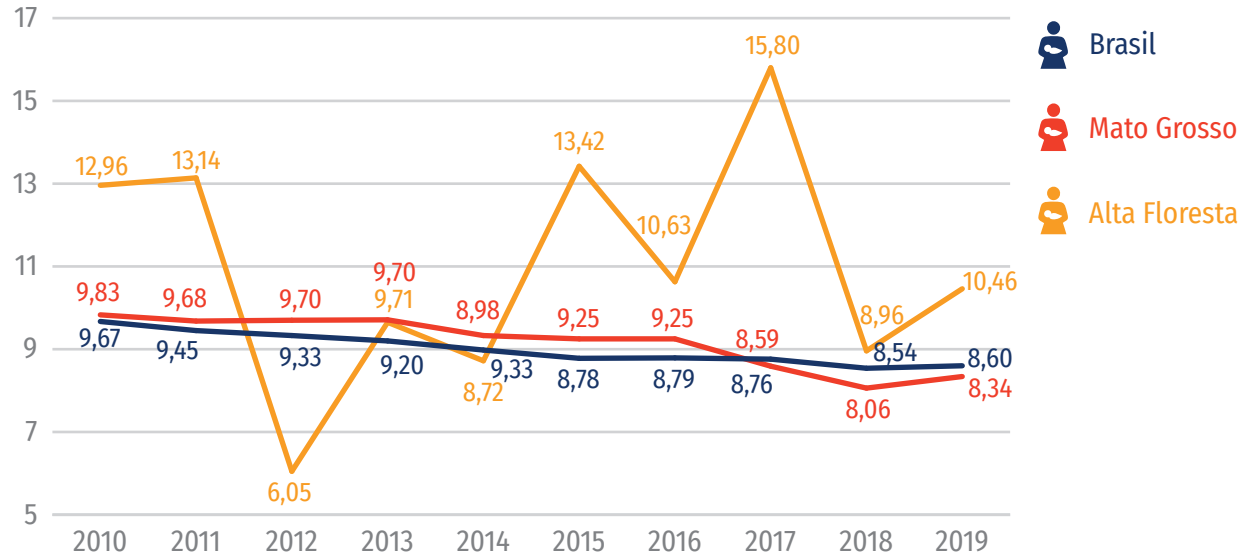
A Agenda 2030 coloca como Meta para 2030, uma taxa máxima de **12 mortes neonatais a cada 1 mil nascidos vivos (Meta 3.2).**

No Brasil, no período 1990-2017, a mortalidade neonatal foi reduzida de 23,1 para 9,5 óbitos por 1 mil nascidos vivos. Porém, na série histórica analisada aqui (2010 a 2019), a redução da taxa nacional foi baixa, passando de 9,67 (2010) para 8,60 (2019). No entanto, ainda cumpre a **Meta 3.2.**

No estado de **Mato Grosso,** de 2010 a 2019, a taxa de mortalidade neonatal variou de 9,83 (2010) a 8,34 (2019), com leve aumento de 2018 para 2019, o qual demanda maior atenção. Nota-se tendência de redução das taxas, principalmente no período de 2016 a 2018. A partir de 2017, as taxas estaduais ficaram abaixo das taxas nacionais e da **Meta 3.2** (12/1 mil nascidos vivos).

A taxa de mortalidade neonatal no município de **Alta Floresta,** diferentemente do estado, tem passado por grandes variações desde 2010, como é possível ver no Gráfico 14. No período histórico analisado, a menor taxa ocorreu em 2012 (6,05/1 mil nascidos vivos), e a maior em 2017 (15,8/1 mil), quando ficou acima da **Meta 3.2.** Em 2018, houve queda considerável nas mortes, mas que voltaram a crescer em 2019, o que demanda um sinal de alerta para o município.

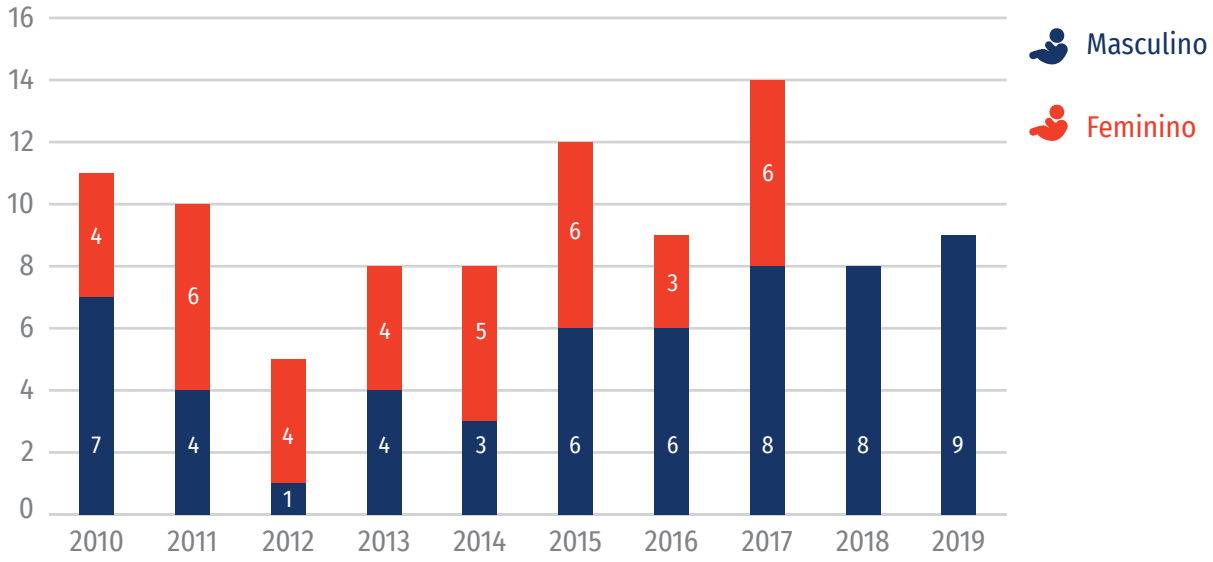
Gráfico 14:
Taxa de mortalidade neonatal (0 a 27 dias) por 1 mil nascidos vivos no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta**, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Em números absolutos, ocorreram 95 mortes neonatais no município de 2010 a 2019, sendo 2017 o ano de pico, quando ocorreram 14. No total, foram 56 óbitos do sexo masculino e 38 do sexo feminino. Veja no Gráfico 15 as tendências de óbitos neonatais por ano e por sexo no município; não estão computadas as mortes de bebês de sexo ignorado.

Gráfico 15:
Número de óbitos de recém-nascidos no município de **Alta Floresta,** por sexo, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 mil nascidos vivos.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Alguns fatores são importantes para a redução da mortalidade infantil, neonatal e materna. A idade da mãe é um deles, pois traz implicações para a sua saúde e a da criança. De acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), mães entre 10 e 19 anos de idade são mães adolescentes. Este diagnóstico analisa, em separado, os grupos de mães de 10 a 14 anos e mães de 15 a 19 anos.

MÃES DE 10 A 14 ANOS

Entre 2010 e 2019, o Brasil registrou um total de 252.786 bebês nascidos vivos de meninas na faixa etária de 10 a 14 anos. Muita atenção precisa ser dada a essa problemática pelos governos nacionais e subnacionais, principalmente ao fato de que muitas dessas gravidezes estão relacionadas a abusos sexuais e prostituição infantil[37].

[37] O Estatuto da Criança e do Adolescente classifica como criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente entre 12 e 18 anos. Segundo o Código Penal, quando ocorrer sexo com crianças ou adolescentes abaixo de 14 anos, o ato é presumido como crime se o agressor tiver 18 anos ou mais. Esse tipo penal é definido como estupro de vulnerável: "o ato de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos". A pena para esse crime é de reclusão de 8 a 15 anos.

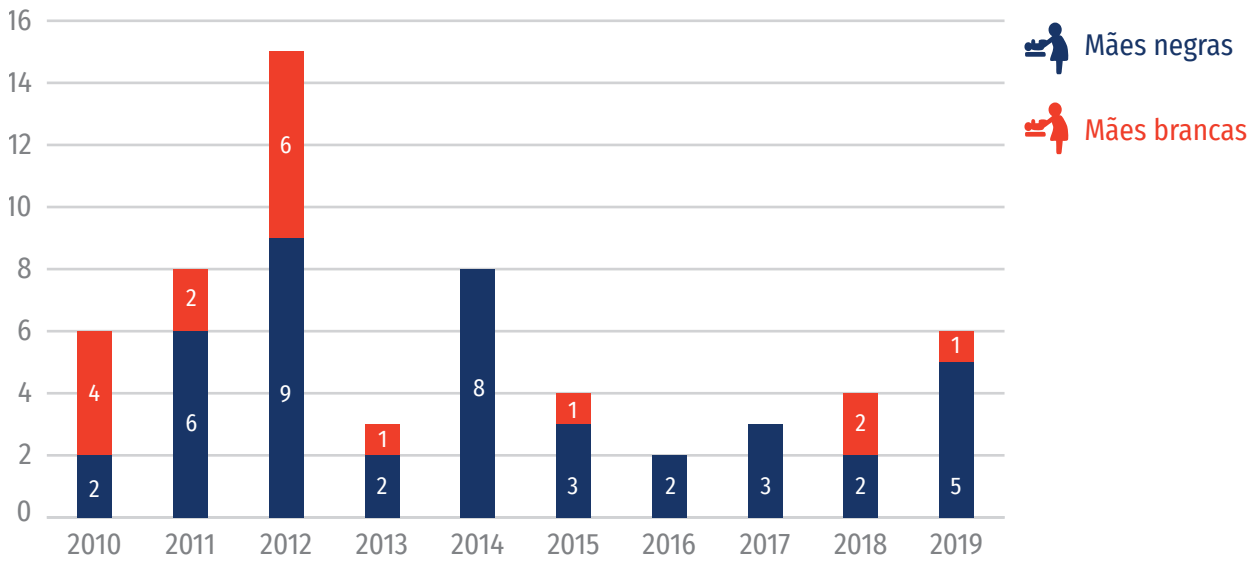
Outro dado relevante é que a maioria dessas meninas é parda e negra. Desse total de bebês nascidos de 2010 a 2019 no Brasil, 66,7% foram de mães pardas e 4,4% de mães pretas. Se considerarmos a soma desses dois grupos, constata-se um percentual alarmante de 71,1% de mães que podem ser consideradas negras[38].

O estado de **Mato Grosso** registrou 5.539 bebês nascidos vivos de meninas na faixa etária de 10 a 14 anos de 2010 a 2019, o que equivale a 2,19% do total para o país no período. Desse total, 62,88% nasceram de mães pardas e 3,68% de mães pretas. Esses percentuais somados alcançam 66,56% dos bebês nascidos de mães negras.

Em **Alta Floresta,** foram registrados 60 bebês nascidos vivos de meninas na faixa etária de 10 a 14 anos de 2010 a 2019. Desse total, 42 nasceram de mães negras (soma de pardas e pretas), representando 70,0% dos nascimentos nessa faixa etária, e 17 nasceram de mães brancas, com o percentual de 28,33%. É preciso que os organismos de saúde do município trabalhem para erradicar a gravidez nesta faixa etária.

O Gráfico 16 não está computando o número de bebês nascidos vivos de mães indígenas, amarelas e de raça ignorada.

Gráfico 16:
Número de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos no município de **Alta Floresta,** por raça/cor, de 2010 a 2019

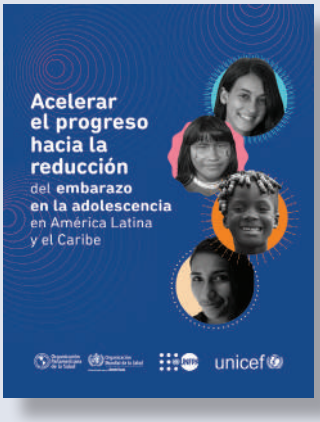


Fonte: MS/SVS/DASIS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

[38] Os dados apresentados sobre bebês nascidos vivos de mães adolescentes foram obtidos no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde. O Datasus desenvolveu o Sinasc visando reunir informações epidemiológicas referentes aos nascimentos informados em todo o território nacional. Os dados para municípios podem ser encontrados no seguinte endereço: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>.

MÃES DE 15 A 19 ANOS

No mundo, a cada ano, ficam grávidas aproximadamente 16 milhões de adolescentes de 15 a 19 anos. Os países com as taxas mais elevadas de fecundidade adolescente tendem a se concentrar na América Latina e no Caribe, principalmente Guatemala, Nicarágua e Panamá. No *ranking* apenas da América do Sul, as maiores taxas são da Bolívia e da Venezuela.



Segundo o relatório denominado **"Acelerando o progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e Caribe"** (OPAS, OMS e Unicef, 2017), o Brasil registrou, em 2015, 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos. Essa taxa está acima da média latino-americana, estimada em 65,5. No mundo, a média era de 46 nascimentos a cada mil em 2015.

A América Latina é a única região do mundo com tendência crescente de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos, problema que retrata a escassez no oferecimento de serviços de saúde sexual e reprodutiva na rede pública. Segundo ainda o relatório, a mortalidade materna é uma das principais causas de morte entre adolescentes e jovens de 15 a 24 anos na região das Américas.

A recomendação da OMS é que os governos nacionais e subnacionais aumentem o oferecimento gratuito de métodos anticoncepcionais, fortaleçam programas de educação sexual para homens e mulheres, previnam relações sexuais abusivas com meninas e apoiem programas multissetoriais de prevenção dirigidos a grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34853/9789275319765_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Uma das principais causas de morte entre meninas de 15 a 24 anos nas Américas é a maternidade, ou seja, em decorrência da gravidez, parto ou pós-parto. No ano de 2014, por exemplo, morreram cerca de 1,9 mil meninas dessa faixa etária em decorrência de complicações de saúde geradas durante esses períodos da maternidade.

Esse tipo de risco de morte é duas vezes maior entre meninas menores de 15 anos vivendo em países de baixa e média renda. Morrem 50% mais recém-nascidos de mães até 20 anos do que de mães entre 20 e 29 anos, segundo o relatório **"Acelerando o progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e Caribe"** (OPAS, OMS e Unicef, 2017).

O relatório denominado **"Situação da População Mundial 2019: Um Trabalho Inacabado"**, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2019), trouxe dados atualizados sobre a taxa de fecundidade de adolescentes entre 15 e 19 anos no mundo. Em 2018, a taxa mundial foi de 44 bebês a cada 1.000 meninas, e a da América Latina foi de 62 a cada 1.000 mil meninas.

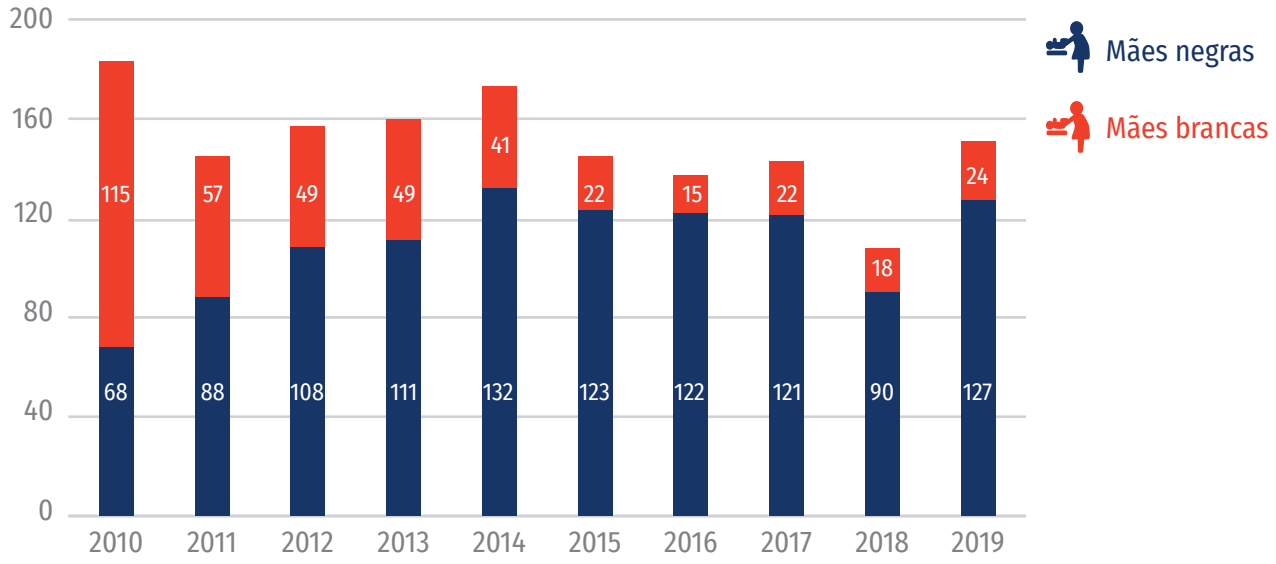
Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_final.pdf>.

O Brasil registrou, entre 2010 e 2019, um total de 4.948.724 bebês nascidos vivos de adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos. A análise desagregada pela raça das mães mostra que 62,58% desse total nasceram de adolescentes pardas, e 4,62% de pretas, o que dá um total de 67,20% de mães consideradas negras.

No estado de **Mato Grosso,** foram registrados 100.151 bebês nascidos vivos de mães adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos, de 2010 a 2019, o que equivale a 2,02% do total para o país no período. Desse total, 70,68% nasceram de mães pardas, e 4,18% de mães pretas. Esses percentuais somados alcançam 74,85% dos nascimentos de mães negras.

Em **Alta Floresta,** foram registrados 1.514 bebês nascidos vivos de meninas nessa faixa etária, no período de 2010 a 2019. Desse total, 68,30% nasceram de mães pardas, e 3,70% de mães pretas. Esses percentuais somados alcançam 72% de mães negras. As mães brancas foram 27,21% do total. Ao longo dos anos analisados, percebe-se que não está havendo redução de gravidez nessa faixa etária e que os números permanecem altos. É preciso que o município invista em ações e políticas de educação sexual e reprodutiva para crianças e adolescentes (meninas e meninos) das duas faixas etárias analisadas, que juntas compreendem as idades de 10 a 19 anos.

Gráfico 17:
Quantidade de nascidos vivos de mães adolescentes de 15 a 19 anos no município de **Alta Floresta**, por raça/cor, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/DASIS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

META 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

O **ODS 3** traz como **Meta 3.3**, até 2030, acabar com as epidemias de aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, combater a hepatite, as doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.

HIV/AIDS

Dados recentes sobre a epidemia de HIV no Brasil, divulgados pelo Ministério da Saúde, no **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2020**[39] mostram que o número de mortes por causas relacionadas à Aids cresceu 22,5% na população negra na última década, enquanto, na população branca, a tendência é inversa: queda de 22,2%.

No período de 1980 a junho de 2020, foram detectados 1.011.617 casos de infecção por HIV no país. Essa taxa vem diminuindo desde 2012, quando era de 21,4 casos por 100 mil pessoas. Em 2019, foram diagnosticados e notificados oficialmente 37.308 novos casos de Aids no Brasil, e a taxa diminuiu para 17,8/100 mil, o que corresponde a uma redução de 16,8%.

Já o ano de 2020 foi atípico no registro de doenças transmissíveis, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, que lotou os hospitais e reduziu os atendimentos e registros oficiais para outras doenças. Neste ano, foram registrados apenas 11.880 novos casos de Aids no Brasil, o que corresponderia a uma taxa de cerca de 5,6 casos a cada 100 mil pessoas. A situação de gestantes infectadas pelo HIV requer um olhar especial. No período de 2008 até 2020, foram notificadas no Brasil 92.999 gestantes infectadas com HIV, das quais 8.312 no ano de 2019, com uma taxa de detecção de 2,8/1 mil nascidos vivos. Em 2020, caiu para 4.184 registros.

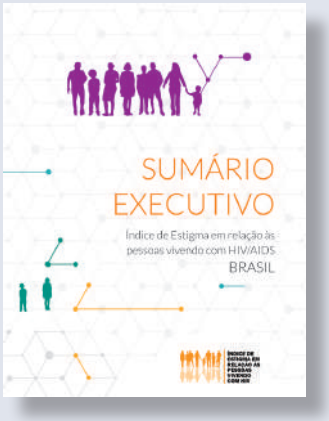
[39] Para mais informações, acessar: <http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/67456/boletim_hiv_aids_2020_com_marcas_2.pdf?file=1&type=node&id=67456&force=1>. Os indicadores e dados básicos de HIV/Aids nos municípios brasileiros podem ser visualizados no painel de indicadores epidemiológicos do Ministério da Saúde (Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis), disponível em: <http://indicadores.aids.gov.br/>.

O Brasil ainda vem registrando mais de 10 mil mortes em decorrência da Aids anualmente. Só em 2019, foram registrados 10.565 óbitos por causa básica Aids (CID10: B20 a B24), o que corresponde a uma taxa de morta¬lidade de 5,0/100 mil habitantes. A taxa nacional de mortalidade vem sofrendo decréscimo, possivelmente, em consequência da recomendação do "tratamento para todos" e da ampliação do diagnóstico precoce da infecção pelo HIV. O número de mortes por Aids/HIV referente ao ano de 2020 ainda não foi divulgado pelo Ministério da Saúde. Devido à pandemia, milhares de pessoas infectadas pelo HIV vieram a óbito em decorrência da COVID-19 em 2020 e 2021, possivelmente afetando a forma de classificação dos registros oficiais

Em dezembro de 2019, o PNUD, em conjunto com outros parceiros, lançou o estudo **"Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS – Brasil"**. O relatório revelou como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e Aids.

Iniciado em 2008, o Índice de Estigma é uma ferramenta para detectar e medir a mudança de tendências em relação ao estigma e à discriminação relacionados ao HIV, a partir da perspectiva das pessoas vivendo com o vírus. Em 2019, pela primeira vez, o Índice de Estigma foi aplicado no Brasil.

A iniciativa brasileira foi possível graças à parceria entre as seguintes organizações e instituições: Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+), Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP), Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV e AIDS (RNAJVHA), Rede Nacional de Mulheres Travestis e Transexuais e Homens Trans vivendo e convivendo com HIV/AIDS (RNTTHP), ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), PNUD e PUC-RS.



Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2019/12/2019_12_06_Exec_sum_Stigma_Index-2.pdf>.

TUBERCULOSE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou em 2016 a campanha global Unidos para Acabar com a Tuberculose (*United to End TB*, em inglês). A doença tem sido uma das dez maiores causas de morte em todo o mundo, com 10 milhões de novos casos notificados por ano e mais de 1 milhão de óbitos. O Brasil ainda está entre os 20 países com mais casos da doença e ocupa a 20ª posição na classificação de carga da doença e a 19ª quanto à coinfecção TB/HIV.

O último Boletim Epidemiológico de Tuberculose do Ministério da Saúde, divulgado em 2021, mostra que, apesar de ser constante a tendência de queda entre os anos de 2011 e 2016, a incidência de tuberculose apresentou

aumento de 2017 (36,0/100 mil hab.) a 2019 (37,4/100 mil hab.). O ano de 2020 foi atípico, dado o momento de pandemia da COVID-19, refletindo uma queda acentuada de registros em relação aos anos anteriores[40].

HEPATITES VIRAIS

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as hepatites virais causam, anualmente, 1,7 milhão de mortes no mundo. O Boletim 2020 de Hepatites Virais do Ministério da Saúde[41] informou que de 1999 a 2020 foram notificados 689.933 casos de hepatites virais no Brasil. De 2000 a 2019, foram 42.211 mortes associadas às hepatites virais dos tipos A, B, C e D. Desses, 2,06% foram associados à hepatite viral A; 21,40%, à hepatite B; 75,34%, à hepatite C; e 1,20%, à hepatite D[42].

MALÁRIA

Segundo o Boletim Epidemiológico de Malária (Ministério da Saúde, 2020)[43], esta doença ainda é um dos mais sérios problemas mundiais de saúde pública, tendo grande impacto na morbidade e na mortalidade da população dos países de regiões tropicais e subtropicais. A malária, em 2018, causou aproximadamente 405 mil mortes no mundo, a maioria entre crianças.

No Brasil, é uma doença que incide, em sua maioria, na região amazônica (estados da região Norte, Maranhão e Mato Grosso). Em 2019, o Brasil notificou 157.454 casos de malária, uma redução de 19,1% em relação a 2018, quando foram registrados 194.572 casos. Em relação aos casos autóctones, ou seja, que contraíram a infecção no Brasil, os dados apontam queda de 19,1% no período de 2017 a 2019.

DENGUE

A dengue é uma doença viral que causa muitas mortes anuais no país e é considerada uma das doenças infecciosas mais frequentes no Brasil. Desde o início da pandemia da COVID-19, o Brasil vem passando por uma diminuição dos registros de casos prováveis e óbitos de dengue. Esta diminuição pode ser consequência de uma subnotificação ou atraso nas notificações das arboviroses associadas a mobilização das equipes de vigilância e assistência para o enfrentamento da pandemia e ao receio da população em procurar atendimento em uma unidade de saúde. Mesmo assim, em 2020, o Brasil registrou pouco mais de 1 milhão de casos. As maiores taxas de incidência foram registradas no Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Cerca de 530 pessoas morreram de dengue em 2020[44].

---

[40] Boletim Epidemiológico de Tuberculose 2021, disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/24/boletim-tuberculose-2021_24.03>. A consulta frequente ao Sinan (<http://portalsinan.saude.gov.br/>) oferece subsídios para a realização de diagnósticos dinâmicos da ocorrência de um evento na população, colaborando para a análise dos agravos de notificação compulsória e da realidade epidemiológica do município.

[41] Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais 2020, disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hepatites-virais-2020>.

[42] Os dados de hepatite referentes a estados e municípios estão disponíveis em: <http://indicadoreshepatites.aids.gov.br/>.

[43] Boletim Epidemiológico de Malária 2020. disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim_especial_malaria_1dez20_final.pdf>.

[44] Ver os últimos dados sobre dengue no Boletim Epidemiológico 10, disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/boletim_epidemiologico_svs_10.pdf>.

Veja na Tabela 4 as tendências de incidência das principais doenças transmissíveis (HIV/Aids, tuberculose, hepatites virais, malária e dengue) no município de **Alta Floresta.** É muito importante que os órgãos de saúde municipais mantenham o controle dos dados, tendo em vista a necessidade de erradicar essas doenças.

Tabela 4:
Dados referentes a incidência e mortalidade de doenças transmissíveis no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2020

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Casos Aids/HIV	78	10	7	8	11	2	4	3	6	4	16	7
Taxa Aids/HIV por 100 mil hab.	–	19,9	13,9	15,8	21,7	3,9	7,8	5,9	11,7	7,7	30,9	–
Mortes HIV/Aids	31	4	2	3	5	4	2	4	2	1	4	–
Casos tuberculose	174	10	14	6	17	10	16	17	23	26	21	14
Taxa tuberculose por 100 mil hab.	–	20,34	28,38	12,12	34,16	20,05	32,01	33,94	45,83	50,37	40,55	26,94
Mortes tuberculose	14	–	–	1	3	-	1	4	2	2	1	–
Casos hepatite A	7	1	–	–	3	2	–	1	–	–	–	–
Casos hepatite B	187	14	24	16	33	21	17	19	12	18	8	5
Casos hepatite C	55	2	8	1	7	7	9	7	2	5	5	2
Casos hepatite D	1	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–
Casos malária	333	38	72	50	66	36	22	9	15	2	9	14
Mortes malária	0	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Casos dengue	6.864	158	59	362	1.426	626	770	1.898	442	135	135	853
Mortes dengue	3	–	–	–	1	1	–	–	1	–	–	–

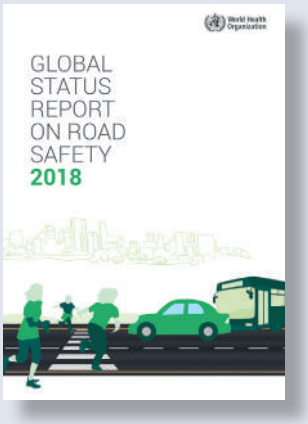
Fontes: MS/SVS/DCCI, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, MS/SVS. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.

MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRÂNSITO

A mortalidade resultante de acidentes de trânsito é fator que preocupa países no mundo todo, tornando-se importante tema de trabalho das Nações Unidas e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A **Meta 3.6**, do **ODS 3**, prevê a necessidade de reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas até 2030.



O **Relatório Global de Segurança no Trânsito 2018** ((WHO, 2018), lançado em dezembro de 2018, pela Organização Mundial da Saúde, informou que o número de mortes anuais no trânsito alcançou 1,35 milhões de pessoas, tornando-se a principal causa de morte de pessoas de 5 a 29 anos de idade. A maioria dos óbitos ocorre com pedestres, ciclistas e motociclistas, principalmente em países em desenvolvimento. Ações drásticas são necessárias nessa área para salvar a vida das pessoas e alcançar qualquer meta global.

Relatório disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/276462/9789241565684-eng.pdf?ua=1>.

ACIDENTES DE TRÂNSITO PRINCIPAIS INFORMAÇÕES

- Cerca de 1,35 milhão de pessoas morrem a cada ano em decorrência de acidentes no trânsito;
- A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** fixou uma meta ambiciosa quanto a segurança no trânsito, que consiste em reduzir pela metade, até 2020, o número de mortos e feridos por acidentes de trânsito em todo o mundo;
- Os acidentes de trânsito custam à maioria dos países 3% de seu produto interno bruto (PIB);
- Mais da metade de todas as mortes no trânsito ocorre entre usuários vulneráveis das vias: pedestres, ciclistas e motociclistas;
- 93% das mortes no trânsito ocorrem em países de baixa e média renda, embora estes concentrem aproximadamente 60% dos veículos do mundo;
- As lesões ocorridas no trânsito são a principal causa de morte entre crianças e jovens de 5 a 29 anos.

Fonte: Folha Informativa – Acidentes de Trânsito (OPAS Brasil, 2019)[45].

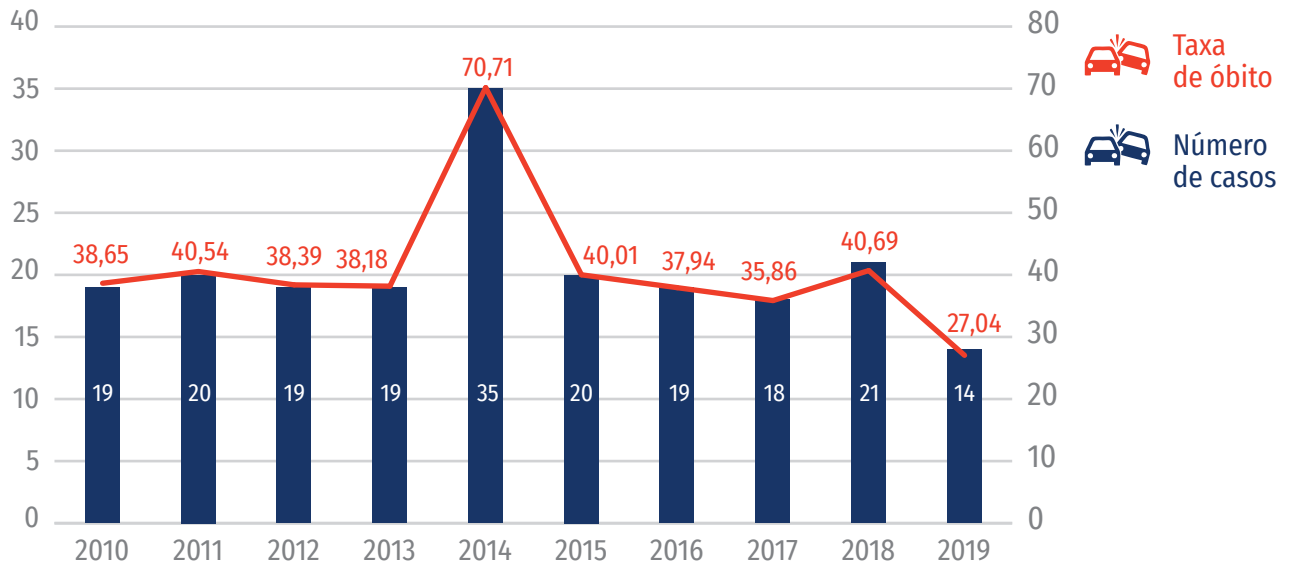
No Brasil, os acidentes de trânsito causam cerca de 5 mortes por hora. Entre 2010 e 2019, 403.529 pessoas morreram em acidentes com transportes terrestres[46], alcançando uma taxa de 15,6 mortes a cada 100 mil habitantes em 2019. Segundo a OMS, o Brasil é o quinto país do mundo com mais mortes no trânsito.

No estado de **Mato Grosso,** o número de mortes causadas por acidentes de trânsito foi levemente reduzido de 1.132, em 2010, para 979, em 2019. Essas mortes ocorridas em 2019 equivalem a uma taxa de 28,1 mortes a cada 100 mil habitantes, bem superior à média nacional de 15,6 mortes por 100 mil habitantes.

Em **Alta Floresta,** ocorreram 204 óbitos no trânsito de 2010 a 2019. O ano de pico foi 2014, com 35 óbitos registrados, e uma taxa de incidência de 70,17 óbitos por 100 mil habitantes, situação atípica e alarmante. Em 2019, houve boa redução nas mortes, quando foram registrados 14 óbitos no trânsito, o equivalente a 27,04 por 100 mil habitantes. Mesmo que tenha reduzido, esta taxa ainda é superior a do país (15,6) para o mesmo ano. De modo geral, a maioria dos acidentes (81,86%) envolve vítimas do sexo masculino.

[45] Para ulteriores informações, acessar: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5147:acidentes-de-transito-folha-informativa&Itemid=779>.
[46] Informações obtidas no Sistema de Informações de Mortalidade/Datasus/MS, Grande Grupo CID10 – Acidentes de transporte, Categoria CID10: V01 a V89, por local de ocorrência. Não foram computadas as mortes causadas por acidentes em transportes marítimos e aéreos.

Gráfico 18:
Número e taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes no município de **Alta Floresta**, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

NÚMERO DE MORTES CAUSADAS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, POR SEXO, DE 2010 A 2019

2010	3	16
2011	4	16
2012	4	15
2013	4	15
2014	4	31
2015	4	16
2016	3	16
2017	1	17
2018	5	16
2019	5	9
TOTAL	37	167

Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

MORTALIDADE POR SUICÍDIO

Saúde mental e bem-estar são essenciais para que as pessoas possam viver de forma saudável e desenvolver suas capacidades. As causas de mortalidade por suicídio nem sempre estão relacionadas somente a questões pessoais e familiares; relacionam-se também a condições de vida, de emprego, de moradia, de segurança, de saúde, entre outras. Tendo as pessoas como preocupação central da Agenda 2030, a saúde mental torna-se também tema relevante de trabalho multissetorial para os municípios.

Cerca de 800 mil pessoas tiram a própria vida a cada ano no mundo. A quantidade de tentativas é ainda maior. Foi a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo no ano de 2016, sendo um problema, principalmente, em países de baixa e média renda (OPAS, 2018)[47].

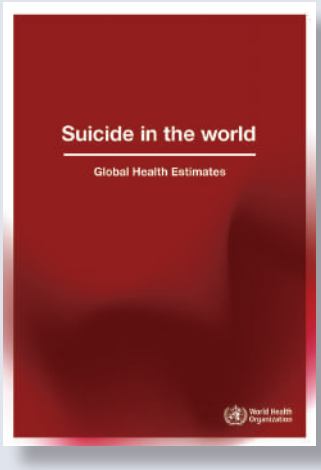
O suicídio é um grave problema de saúde pública, que pode ser evitado, com base em evidências e com intervenções de baixo custo. Para uma efetiva prevenção, as respostas nacionais necessitam de uma ampla estratégia multissetorial.

A maioria dos suicídios pode ser evitada por meio de medidas que podem ser tomadas junto à população, tais como:

- Redução de acesso aos meios utilizados (por exemplo, pesticidas, armas de fogo e certas medicações);
- Cobertura responsável pelos meios de comunicação;
- Introdução de políticas para reduzir o uso nocivo do álcool;
- Identificação precoce, tratamento e cuidados de pessoas com transtornos mentais ou por uso de substâncias, dores crônicas e estresse emocional agudo;
- Formação de trabalhadores não especializados em avaliação e gerenciamento de comportamentos suicidas;
- Acompanhamento de pessoas que tentaram suicídio e prestação de apoio comunitário.

Fonte: Folha informativa – Suicídio (OPAS, 2018).

[47] Ver Folha informativa – Suicídio (OPAS, 2018), disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839>.

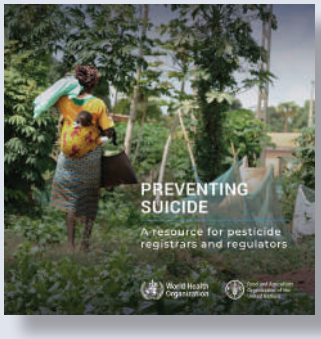


O relatório global da Organização Mundial da Saúde (OMS), lançado em setembro de 2019 e intitulado **"Suicídio no mundo: estimativas globais de saúde"** (WHO, 2019), informou que um suicídio ocorre a cada 40 segundos no mundo.

O número de países com estratégias nacionais de prevenção ao suicídio aumentou nos últimos cinco anos e a partir do lançamento do primeiro relatório global da OMS sobre o tema. No entanto, são apenas 38 países com estratégias de prevenção ao suicídio em seus programas nacionais de saúde e educação.

A taxa global de suicídio em 2016 foi de **10,5 por cada 100 mil pessoas.** As taxas variaram entre os países, de 5 a cada 100 mil para mais de 30 a cada 100 mil. A maioria dos suicídios tende a ocorrer em países de baixa e média renda (78%). Porém os países de alta renda apresentaram a maior taxa — 11,5 a cada 100 mil, onde morrem três vezes mais homens por suicídio do que mulheres.

Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>.



Conforme outra publicação da OMS, **"Prevenção do suicídio: recursos para o registro e regulação de pesticidas"** (WHO, FAO, 2019), evidências internacionais mostram que a regulação para proibir o uso de pesticidas altamente perigosos auxilia nas reduções das taxas de suicídio, pois restringe o acesso a tais produtos comumente usados para autoenvenenamento. A alta toxicidade de muitos pesticidas significa que essas tentativas de suicídio geralmente levam à morte, particularmente em situações em que não há antídoto ou não há instalações médicas nas proximidades.

Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326947/9789241516389-eng.pdf?ua=1>.

No Brasil, ocorre uma média de 32 suicídios por dia, número que vem aumentando. Em 2016, contabilizaram-se 5,5 suicídios a cada 100 mil habitantes no país. Em 2019, a taxa aumentou para 6,43 casos para cada 100 mil habitantes[48].

[48] Os dados foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde. Foram consideradas as mortes por suicídio, por município de residência, dentro da Categoria CID10 X60 a X84. O sistema está disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>.

No período de 2010 e 2019, foram notificados 42 casos de suicídio no município de **Alta Floresta.** O município apresentou óbitos por suicídio em todos os anos da série analisada. No entanto, os anos de 2016 e 2017 registraram os maiores números, com 6 casos em cada ano, com as respectivas taxas de 11,98 e 11,95.

Em 2019, o último registro da série, foram noticiados 5 casos, resultando em uma taxa de 9,66/100 mil habitantes, número acima das médias estadual e nacional, o que requer maior atenção por parte dos organismos de saúde. Veja a seguir os dados comparativos de números e taxas de suicídios em 2010 e em 2019, no Brasil, no estado de Mato Grosso e no município de Alta Floresta.

DADOS COMPARATIVOS DE 2010 E 2019

	2010	2019
BRASIL	9.448 suicídios	13.520 suicídios
	Taxa 4,9/100 MIL habitantes	Taxa 6,43/100 MIL habitantes
ESTADO DE MATO GROSSO	161 suicídios	241 suicídios
	Taxa 5,30/100 MIL habitantes	Taxa 6,92/100 MIL habitantes
ALTA FLORESTA	3 suicídios	5 suicídios
	Taxa 6,10/100 MIL habitantes	Taxa 9,66/100 MIL habitantes

Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

MORTALIDADE POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são as principais causas de morte e internação no país e no continente. Este problema, que vem sendo chamado de "transição epidemiológica", ocorre devido à mudança das causas de mortalidade que afetam a população. No início do século XX, as doenças infecciosas causavam mais de 50% das mortes. Atualmente, com as melhorias das condições socioeconômicas e culturais, a mortalidade passou a decorrer majoritariamente de doenças crônicas não transmissíveis.

As quatro principais doenças desse grupo são: doenças do aparelho circulatório (DAC)[49], diabetes mellitus (DM), neoplasias e doenças respiratórias crônicas (DRC), as quais são responsáveis por mais da metade das mortes. O crescimento da incidência dessas enfermidades gerou o termo "epidemia de DCNT". Um alerta é necessário para as populações mais vulneráveis, aquelas de menor renda e escolaridade, as mais afetadas por tais doenças crônicas (Malta, 2013).

[49] As doenças isquêmicas do coração e as doenças cerebrovasculares correspondem, em conjunto, a cerca de 60% das mortes nesse grupo. Taxas elevadas de mortalidade estão associadas à maior prevalência de fatores de risco, tais como fumo, hipertensão, obesidade, hipercolesterolemia, diabetes, sedentarismo, estresse, etc. O monitoramento desses tipos de doença serve para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações preventivas e assistenciais relativas às doenças do aparelho circulatório.

A **Meta 3.4** do **ODS 3** prevê a redução em um terço da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de políticas de prevenção e tratamento adequadas aos públicos mais vulneráveis a essas enfermidades.

Conforme a Tabela 5, os números de mortes por doenças crônicas registrados no município de **Alta Floresta** vêm oscilando desde 2010, com tendência de aumento a partir de 2014. O pico de casos de óbitos de pacientes por doenças crônicas não transmissíveis aconteceu em 2019, último ano disponível da série, quando foram registradas 188 mortes, sendo a maioria por doenças do aparelho circulatório e neoplasias. Para alcançar a **Meta 3.4,** é imprescindível que Alta Floresta e os municípios da região fortaleçam as políticas de prevenção e tratamento desses tipos de enfermidades.

Tabela 4:
Quantidade de mortes por doenças crônicas não transmissíveis no município de **Alta Floresta,** 2010 a 2019

ANO	Doenças do aparelho circulatório (DAC)	Doenças respiratórias crônicas (DRC)	Diabetes mellitus (DM)	Neoplasias (tumores)	Total
2010	60	37	8	36	141
2011	60	30	17	25	132
2012	65	28	10	41	144
2013	80	25	20	31	156
2014	90	27	24	38	179
2015	73	29	20	49	171
2016	82	25	14	39	160
2017	87	22	15	38	162
2018	89	19	21	47	176
2019	102	28	11	47	188
Total	788	270	160	391	1.609

Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.4 Até 2030, reduzir a um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar

EDUCAÇÃO

Educação de qualidade, inclusiva e equitativa é central para o crescimento e o desenvolvimento de estados e municípios, além de ser um direito fundamental de todas as pessoas. É também um dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Houve enorme progresso na promoção do acesso universal à educação primária para as crianças ao redor do mundo a partir do ano 2000.

Segundo a Constituição Brasileira, os governos têm a obrigação de oferecer educação formal gratuita para todas as crianças e adolescentes. Como o Brasil adotou o sistema federativo e é dividido em unidades federativas (União, estados, municípios e Distrito Federal), as responsabilidades pelos mais diversos serviços públicos acabam sendo distribuídas entre esses entes. Os municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, composta pelas creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil para 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (de 7 a 14 anos). Os estados são responsáveis pelo ensino médio e por atuar em parceria com o município na oferta do ensino fundamental. O papel do governo federal é regular o sistema educacional brasileiro e o ensino superior.

Todos os níveis de educação estão contemplados no **ODS 4,** sendo fundamental que todas as fases sejam inclusivas, igualitárias e baseadas nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. A promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos é o centro deste objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis no caminho do desenvolvimento.

Para a análise educacional de determinada localidade, é importante avaliar os indicadores de acesso a educação. Para isso, propõe-se um olhar para a escolaridade da população adulta, medida pela proporção de

pessoas de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, e para a frequência escolar, medida pelas proporções de crianças de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais (2º ciclo) do ensino fundamental, de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e de jovens adultos de 18 a 20 anos com o ensino médio completo. Esses indicadores também compõem a dimensão Educação do IDHM.

FREQUÊNCIA ESCOLAR

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua 2019) constatou que 10,3 milhões de jovens brasileiros, 22,1% do total, não estavam trabalhando nem estudando ou se qualificando em 2019. Essa parcela da população jovem sem estudo e sem trabalho reduziu 3,9% em relação ao ano anterior (2018), quando o percentual foi de 23,0% (10,8 milhões).

No estado de **Mato Grosso,** em 2010, 82,65% da população de 6 a 17 anos estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000, eram 74,61%, e, em 1991, 59,4%. Dos jovens adultos com 25 anos ou mais, 10,47% possuíam o ensino superior completo em 2010. Em 2000 eram 5,09%, e, em 1991, 3,97%.

Em 2010, 50,38% da população do município de **Alta Floresta** acima de 18 anos ainda não possuía o ensino fundamental completo. Nesse mesmo ano, 81,31% das crianças de 5 a 6 anos estavam frequentando a escola, e 93,60% das crianças de 11 a 13 anos frequentavam o 2º ciclo do ensino fundamental ou possuía o ensino fundamental completo. Em relação aos adolescentes e jovens, 66,60% dos adolescentes de 15 a 17 anos tinham concluído o fundamental, e 42,02% dos jovens de 18 a 20 anos tinham o ensino médio completo.

Tabela 6:
Frequência escolar no município de **Alta Floresta,** em 1991, 2000 e 2010 (%)

ANO	ESCOLARIDADE ADULTOS	5 A 6 NA ESCOLA	11 A 13 NOS ANOS FINAIS DO FUND.	15 A 17 COM FUNDAMENTAL	18 A 20 COM MÉDIO
1991	17,40	20,09	25,33	6,75	5,45
2000	29,83	62,95	68,61	35,90	15,67
2010	49,62	81,31	93,60	66,60	42,02

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Veja a seguir os dados mais recentes do INEP relativos à quantidade de matrículas, docentes e taxas de distorção idade-série, aprovação, reprovação e abandono escolar. Esses dados podem ser acompanhados e analisados anualmente pelo governo local.

DADOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA

MATRÍCULAS

6.940	2.316
Ensino Fundamental	Ensino Médio

NÚMERO DE DOCENTES

423	233
Ensino Fundamental	Ensino Médio

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

27	16
Ensino Fundamental	Ensino M édio

DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR

91,8%	96,0%	99,7%
Educação Infantil	Ensino Fundamental (anos iniciais)	Ensino Fundamental (anos finais)

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

2,5	6,9	16,0
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Ensino Fundamental (anos finais)	Ensino Médio

TAXA DE APROVAÇÃO ESCOLAR (%)

100,0	99,9	97,9
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Ensino Fundamental (anos finais)	Ensino Médio

TAXA DE REPROVAÇÃO ESCOLAR (%)

0,0	0,1	1,8
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Ensino Fundamental (anos finais)	Ensino Médio

TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (%)

0,0	0,0	0,3
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Ensino Fundamental (anos finais)	Ensino Médio

Fonte: MEC/INEP (2020).

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

META 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

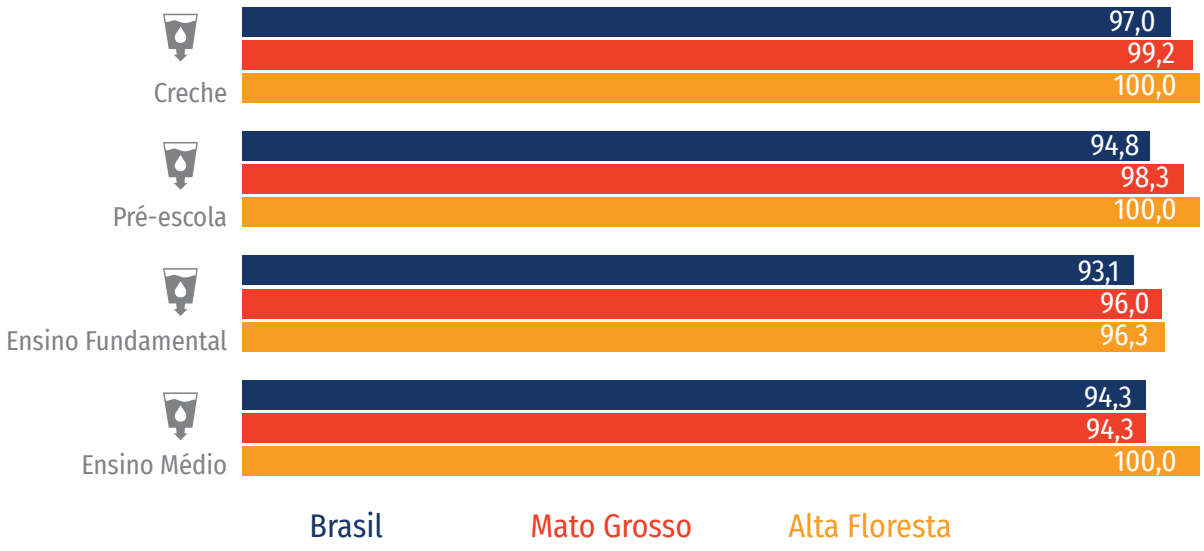
META 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, esteja alfabetizada e tenha adquirido o conhecimento básico de matemática

QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA A EDUCAÇÃO

Para assegurar uma educação de qualidade, é necessário que também haja infraestrutura adequada em todas as etapas de ensino, desde creches até o ensino médio. Para isso, analisa-se o acesso a água potável, eletricidade, instalações sanitárias, computadores e internet, bem como a existência de infraestrutura acessível para pessoas com deficiência além do atendimento educacional especializado.

No município de **Alta Floresta**, a cobertura de acesso a água potável é de praticamente toda a rede de ensino, sinalizando boa infraestrutura de abastecimento de água nas unidades escolares. No entanto, o ensino fundamental merece atenção dos gestores, pois o percentual ainda não atingiu 100%.

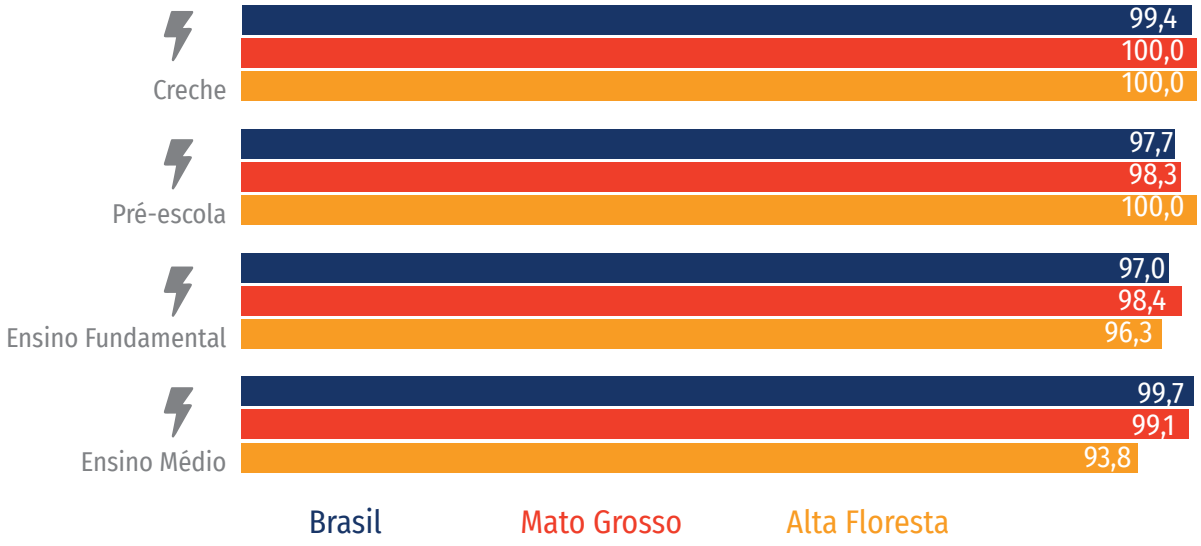
Gráfico 19:
Percentual de escolas com acesso a água potável no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** por etapa de ensino, em 2020



Fonte: MEC/INEP (2020).

Com relação ao percentual de escolas com acesso a eletricidade, o município de **Alta Floresta** atingiu 100% de cobertura nas creches e nas pré-escolas, porém as escolas de ensino fundamental e médio ainda não possuem o serviço em todas as escolas.

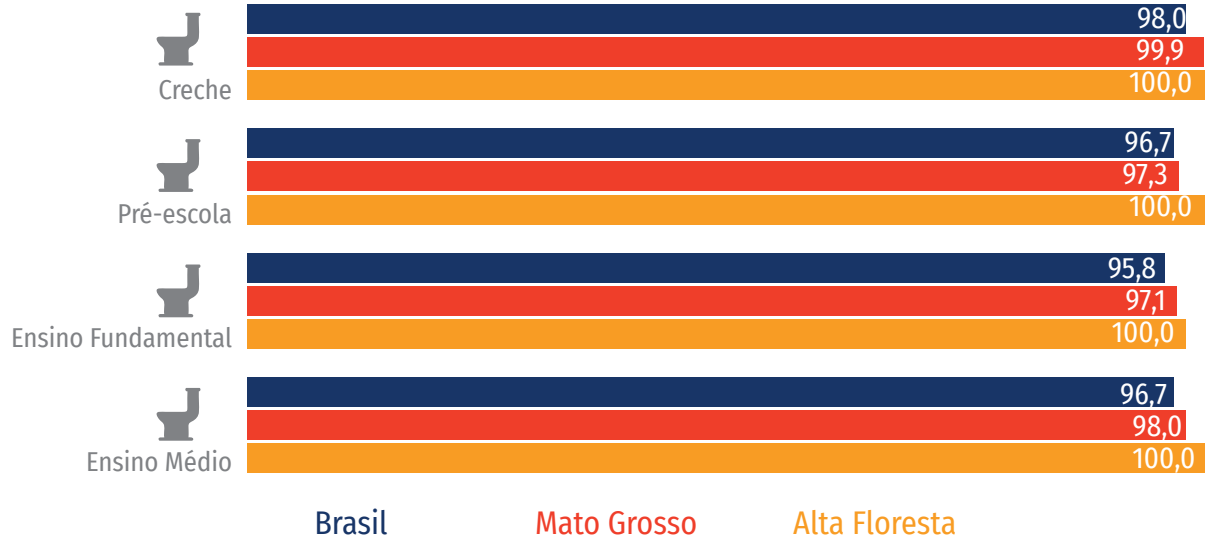
Gráfico 20:
Percentual de escolas com acesso a eletricidade no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** por etapa de ensino, em 2020



Fonte: MEC/INEP (2020).

As instalações sanitárias, que significam a disponibilidade de banheiro dentro ou fora do prédio, no município de **Alta Floresta,** estão presentes em 100% das creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental e médio.

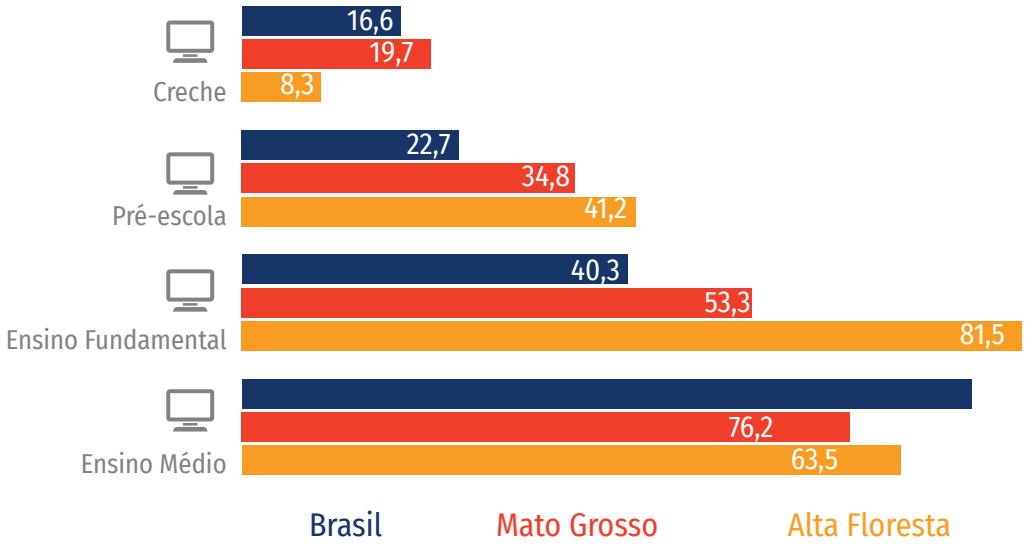
Gráfico 21:
Percentual de escolas com acesso a instalações sanitárias (banheiro dentro ou fora do prédio) no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** por etapa de ensino, em 2020



Fonte: MEC/INEP (2020).

Sobre computadores para fins pedagógicos, no município de **Alta Floresta,** o acesso é maior no ensino fundamental e no ensino médio, com 81,5% e 68,8% de escolas equipadas, respectivamente. Na pré-escola, 41,2 das escolas possuem laboratório de informática. Nas creches, a presença dessa infraestrutura ainda é muito reduzida.

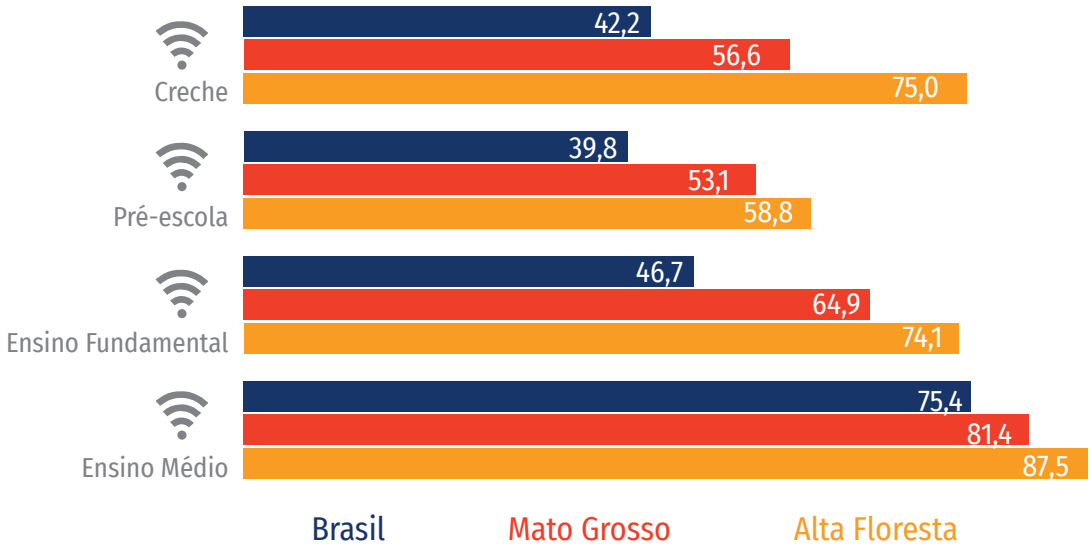
Gráfico 22:
Percentual de escolas com computadores para fins pedagógicos (laboratório de informática) no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** por etapa de ensino, em 2020



Fonte: MEC/INEP (2020).

Além dos computadores, o acesso à internet para fins pedagógicos também é um dos requisitos para uma infraestrutura escolar adequada. No município de **Alta Floresta,** os maiores índices estão nas unidades do ensino médio, com 87,5% de escolas com acesso à internet. Os estabelecimentos de ensino fundamental e as creches têm mais de 70% de acesso.

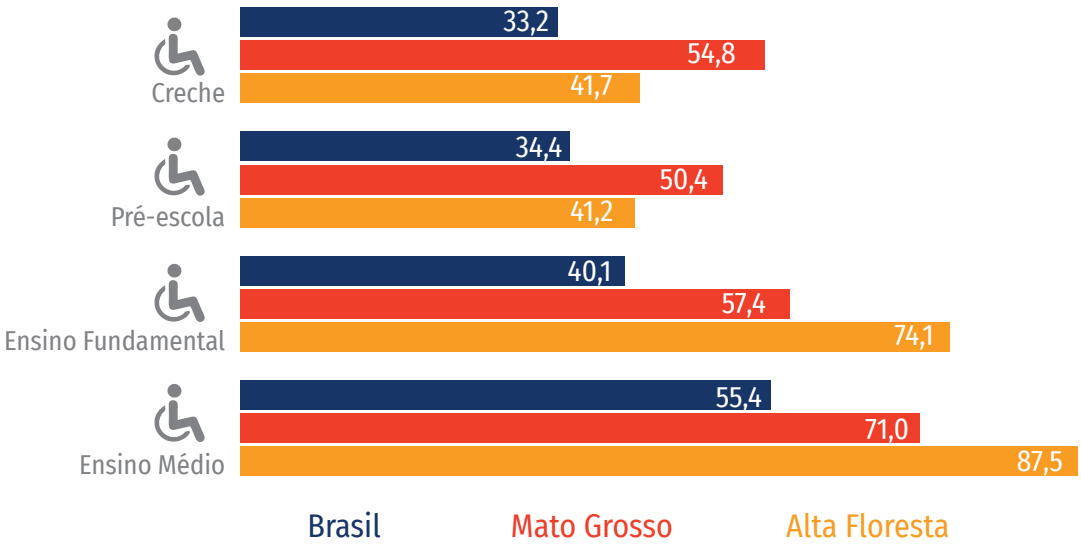
Gráfico 23:
Percentual de escolas com acesso à internet para fins pedagógicos no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** por etapa de ensino, em 2020



Fonte: MEC/INEP (2020).

No município de **Alta Floresta,** o percentual de escolas com acesso a infraestrutura adequada para pessoas com deficiência, isto é, que possuem banheiro, dependências e vias adequadas, ainda não é 100%, principalmente nas etapas de ensino iniciais. Apenas 41% das creches e pré-escolas estão com acessos adequados para pessoas com deficiência. No ensino fundamental e médio, 74,1% e 87,5% das escolas, respectivamente, já estão com infraestrutura adequada.

Gráfico 24:
Percentual de escolas com infraestrutura adequada a pessoas com deficiência no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** em 2020

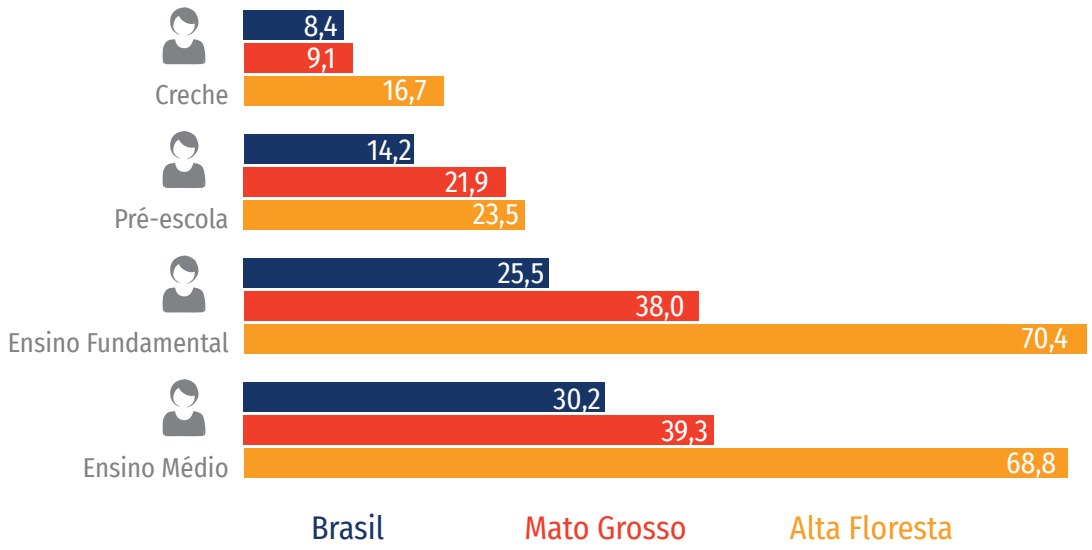


Fonte: MEC/INEP (2020).

Em **Alta Floresta,** o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) está presente em 87,5% das escolas do ensino médio, e em 74,1% do ensino fundamental. Nas outras etapas, o AEE está disponível em cerca de apenas 41% dos estabelecimentos.

O AEE ainda é incipiente na maior parte das escolas brasileiras. Esse atendimento foi criado para atender o público-alvo da educação especial, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereçam meios e modos que efetivem o real aprendizado dos estudantes.

Gráfico 25:
Percentual de escolas com acesso a Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** por etapa de ensino, em 2020



Fonte: MEC/INEP (2020).

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

META 4.a Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mensura o desempenho das escolas brasileiras por meio da análise de duas dimensões: a) proficiência dos estudantes, obtida no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); b) obtenção do indicador de taxa de aprovação, que tem influência na eficiência do fluxo escolar e é obtido por meio do Censo Escolar.

As duas dimensões analisadas e monitoradas indicam problemas estruturais da educação básica brasileira que carecem de reformas e aprimoramentos. Por meio desse e de outros indicadores, os governos podem trabalhar para aperfeiçoar o sistema educacional e garantir de maneira mais eficaz o direito a educação de qualidade.

O IDEB será baixo quando houver uma combinação de resultados baixos na taxa de aprovação (poucos alunos passam de ano) e/ou no desempenho no SAEB (poucos alunos alcançam boas notas). O quadro a seguir mostra como é calculado.

	SAEB (N)	X	APROVAÇÃO MÉDIA (P)	=	IDEB (N).(P)
ESCOLA A	6,0		90%		5,4
ESCOLA B	6,0		80%		4,8
ESCOLA C	4,0		80%		3,2
ESCOLA D	5,0		100%		5,0

Fonte: MEC/INEP, 2019.

O cálculo do IDEB é feito separadamente para os anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Veja a seguir, para comparação, as notas do Brasil em 2019[50].

IDEB TOTAL BRASIL EM 2019

5,9 (META 5,7)
Anos iniciais do ensino fundamental

4,9 (META 5,2)
Anos finais do ensino fundamental

4,2 (META 5,0)
Ensino médio

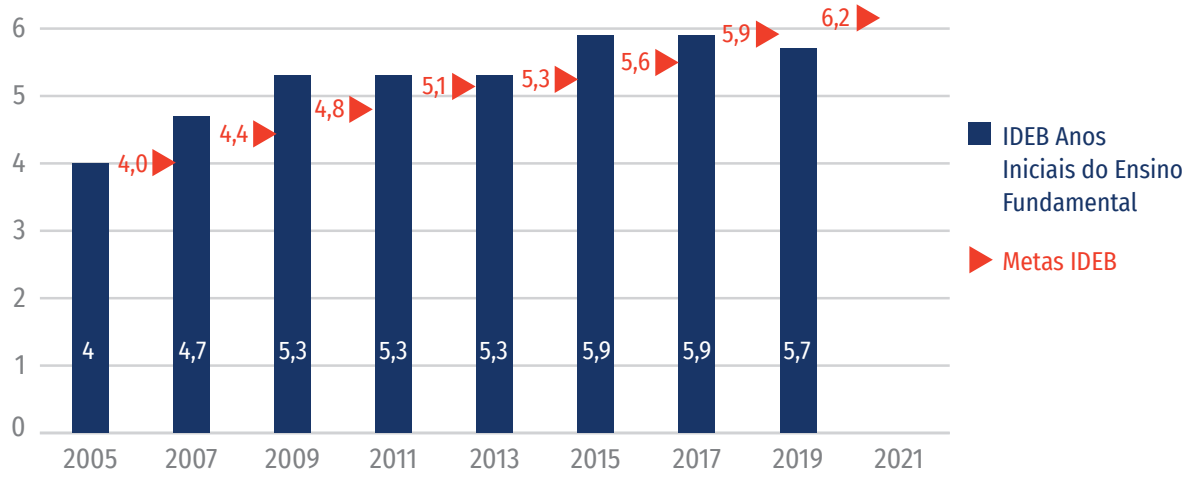
Fonte: MEC/INEP, 2019.

[50] Dados do IDEB por municípios disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>.

IDEB DE ALTA FLORESTA

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a nota IDEB de **Alta Floresta** cresceu até 2017 e alcançou as metas determinadas de 2007 a 2017. No ano de 2019, porém, a nota do município (5,7) não foi suficiente para atingir a meta projetada (5,9). Deve-se, assim, avaliar as ações necessárias para retomar o patamar alcançado nas avaliações anteriores.

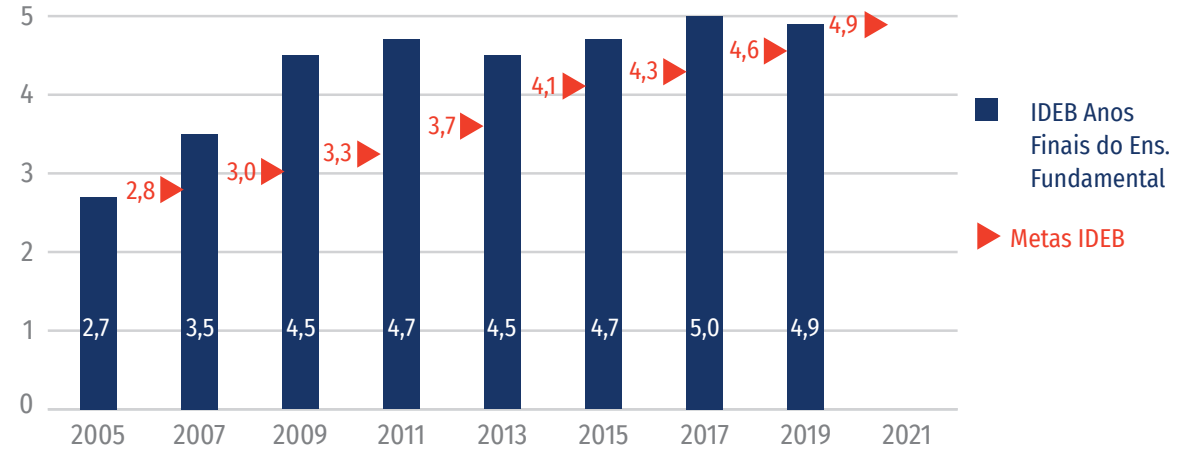
Gráfico 26:
IDEB Total nos anos iniciais do ensino fundamental no município de **Alta Floresta,** 2005 a 2019



Fonte: MEC/INEP.

Nos anos finais do ensino fundamental, a nota IDEB de **Alta Floresta** atingiu todas as metas entre 2007 e 2019, mas sofreu leve redução em 2019. Nesta etapa, o município também precisa trabalhar para retomar o crescimento da nota nas avaliações.

Gráfico 27:
IDEB Total nos anos finais do ensino fundamental no município de **Alta Floresta,** 2005 a 2019



Fonte: MEC/INEP.

IGUALDADE DE GÊNERO

A igualdade entre homens e mulheres não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável. O esforço de alcance do **ODS 5** é transversal em toda a Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade entre homens e mulheres tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável.

Muitos avanços em termos de assegurar melhores condições de vida a mulheres e meninas são um importante legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam intensificar essas realizações não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas especialmente no combate a discriminações e violências baseadas em gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas para que possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia e em diversas áreas de tomada de decisão.

O desenvolvimento sustentável não será alcançado se as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento e o exercício das capacidades de metade da população não forem eliminadas.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2020 (PNUD, 2020), o Índice de Desenvolvimento Humano de Gênero do Brasil foi de 0,993. Esse índice leva em conta o IDH, a esperança de vida ao nascer, os anos esperados de escolaridade, a quantidade média de anos estudados e a renda bruta *per capita* para homens e mulheres. Em nosso país, as mulheres têm menor IDH, maior esperança de vida (79,4), maior perspectiva de escolaridade (média de 15,8 anos de estudo), maior quantidade média de anos estudados (8,1) e menor renda bruta *per capita* que os homens.

ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO

Além da separação por sexo dos indicadores do IDH (renda, escolaridade e expectativa de vida), o PNUD também desenvolveu outro índice para medir a desigualdade de gênero, que abarca outras perspectivas de análise, tais como taxa de mortalidade materna, gravidez na adolescência, participação política das mulheres no parlamento nacional, acesso a educação secundária e taxa de participação de homens e mulheres na força de trabalho.

Em relação a esse Índice de Desigualdade de Gênero, em 2019, o Brasil aparece na 95ª posição do *ranking* de 189 países, com índice de 0,408. Em 2018, o Brasil estava na 79ª posição, com um valor de 0,386. A Suíça foi o país classificado com a menor desigualdade de gênero, ficando com índice de 0,025.

A versão mais recente do **Relatório Global sobre a Desigualdade de Gênero 2021** (World Economic Forum, 2021), lançado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial, mostrou que o tempo necessário para eliminar a desigualdade de gênero no mundo seria em torno de 135,6 anos. Em 2018, esse cálculo era de 108 anos, e em 2019 havia baixado para 99,5 anos. No ranking de 156 países avaliados, o Brasil está em 93º lugar, posição demonstrativa de grande desigualdade entre homens e mulheres no país, principalmente na política. O país mais desigual da América Latina é a Guatemala, seguida pelo Brasil.

Esse alerta significa que alcançar a paridade entre homens e mulheres em saúde, educação, trabalho e política ainda vai demorar mais de um século. O aumento de tempo se deve aos **efeitos da pandemia da COVID-19**. A pandemia tem impactado as mulheres mais diretamente, em especial no mercado de trabalho. Segundo o relatório, 5% das mulheres perderam seus empregos até março de 2021, índice maior que para os homens, que foi de 3,9%. Este é um dos fatos que contribuíram para a criação do termo "shecession" (recessão feminina).

"A pandemia afetou significativamente a igualdade de gênero, tanto no local de trabalho quanto em casa, atrasando anos de progresso. Se aspiramos a uma economia futura dinâmica, é essencial que as mulheres estejam presentes nos empregos do futuro. Agora, mais do que nunca, é fundamental focar na liderança, no compromisso com metas fortes e na mobilização de recursos; agora é a hora de incorporar a paridade de gênero, integrando-a na recuperação", disse Saadia Zahidi, diretora-gerente do Fórum Econômico Mundial.

Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf>.

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

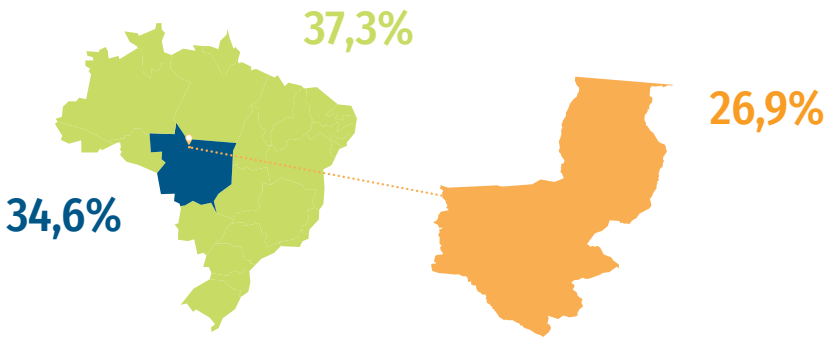
O Brasil passou por grandes transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas décadas. Este processo abriu espaço para uma mudança das relações de gênero no seio das famílias e gerou um grande aumento do número e do percentual de mulheres chefes de família.

O número de famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos (105%) de 2001 a 2015, alcançando um total de 28,9 milhões de lares brasileiros (mais de 40% do total) (CAVENAGHI e ALVES, 2018).

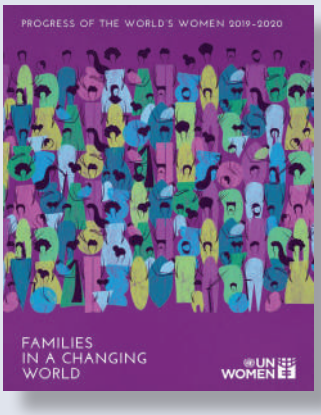
Os governos precisam ficar atentos a esses números. Mulheres que administram e sustentam sozinhas suas famílias precisam ainda mais de serviços públicos, tais como creches e escolas em período integral, com vagas suficientes para todas as crianças e jovens sem condições de frequentar instituições privadas. Além disso, podem ser consideradas como público prioritário para programas habitacionais, de qualificação técnica profissional e de acesso a empregos.

Veja na Tabela 7 o percentual de famílias chefiadas por mulheres em **Alta Floresta,** segundo os dados coletados no Censo Demográfico de 2010. Nesse ano, o município tinha um percentual de mulheres chefes de família inferior ao encontrado no país e no estado. Esses dados poderão ser atualizados quando forem lançados os resultados do próximo Censo.

PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, EM 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



O relatório **"O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: famílias em um mundo em mudança"** (UN WOMEN, 2019) foi lançado junto com a campanha "Geração da Igualdade: por direitos das mulheres e um futuro de igualdade", que visa comemorar o 25º aniversário da Plataforma de Ação de Pequim de 1995, considerada uma das agendas mais visionárias para o empoderamento de mulheres e meninas em todo o mundo. Apesar de alguns progressos, ainda existem inúmeros desafios para os direitos das mulheres.

Os relatórios "O Progresso das Mulheres no Mundo", lançados periodicamente, abordam as principais questões relacionadas aos direitos das mulheres desde 2000. O objetivo é promover mudanças nas leis, políticas e programas e criar um ambiente favorável para que mulheres e meninas possam realizar os seus direitos.

O último documento, lançado em 2019, realiza um diagnóstico sobre arranjos familiares no mundo e traz recomendações para acabar com a desigualdade de gênero nas famílias.

Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Progress-of-the--worlds-women-2019-2020-en.pdf>.

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

META 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nos espaços de representação política, como governos estaduais e câmaras legislativas, ocorrem importantes debates e decisões que afetam diretamente a vida de cidadãs e cidadãos. As pessoas eleitas para ocuparem os cargos de governador(a), vice-governador(a), deputado(a) estadual, deputado(a) federal e senadores(as) devem representar a população do estado nesses espaços, ou seja, tomar decisões de acordo com os interesses e as necessidades da população.

No entanto, interesses e necessidades variam de acordo com diversos fatores, entre eles sexo e raça/cor. Por exemplo, a iluminação pública de uma cidade é demanda mais importante e urgente para mulheres do que para homens, uma vez que ruas bem iluminadas contribuem para evitar não somente violência contra o patrimônio (como roubos e furtos), mas também agressões físicas e violência sexual, enfrentadas majoritariamente por mulheres. Ademais, pessoas negras usualmente utilizam mais ônibus e metrô que pessoas brancas, além de residirem em bairros mais distantes do centro das cidades. Assim, o investimento em transporte público representa uma necessidade maior para essas pessoas.

A eleição de pessoas de diferentes raças/etnias, sexos, idades, necessidades especiais, condições socioeconômicas e orientações sexuais garante um debate diverso e com maior representatividade de interesses e necessidades. Além disso, provoca mudanças positivas nas instituições, na cultura e na compreensão sobre política e representação.

Como estabelecido na Agenda 2030, é preciso não deixar ninguém para trás. Por isso, é fundamental olhar também para as causas da desigualdade, prestando atenção em mecanismos para sua erradicação.

Um estudo de dados referentes às mulheres prefeitas por etnia/raça mostra um quadro muito preocupante para o **Brasil**. Nas eleições municipais de 2016, foram eleitas 649 prefeitas (11,6% do total de eleitos), em um universo de 5.568 municípios. Desse total de mulheres eleitas para o principal cargo do poder local, 28,3% se autodeclararam negras (pretas e pardas), 70,7%, brancas, 0,1%, indígenas, e 0,7%, amarelas. Em

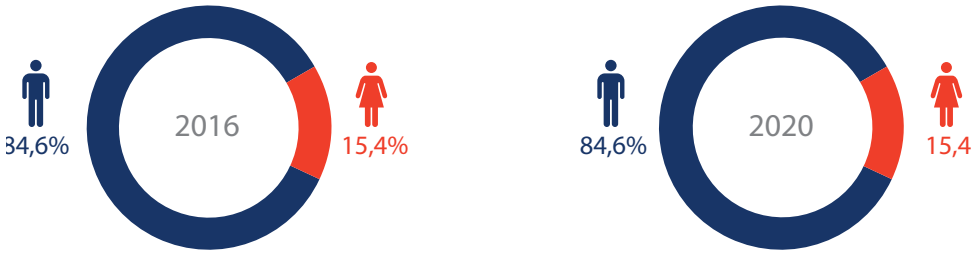
relação ao total de eleitos (homens e mulheres), esse percentual de prefeitas negras no poder cai para 3,29% (BOSELLI, 2018).

Nas eleições municipais de 2020, o Brasil elegeu 658 mulheres prefeitas, o que significa 12,08% do total de eleitos para as prefeituras do país. A **região Centro-Oeste** elegeu 53 prefeitas em um universo de 446 municípios (11,88% do total de eleitos). Dentre as prefeitas eleitas, 15 se autodeclararam pardas ou pretas ao Tribunal Superior Eleitoral. O estado de **Mato Grosso**, por sua vez, elegeu apenas 14 prefeitas em seus 141 municípios (9,92% do total de eleitos), 4 autodeclaradas pardas. Dados registrados no TSE a partir do ano 2000 mostram que o município de **Alta Floresta** elegeu por duas vezes uma prefeita (2004 e 2008).

Em relação ao Poder Legislativo local, no pleito de 2020, foram eleitas em todo o país 9.273 vereadoras, o que equivale a 15,99% do total de eleitos. O percentual é um pouco mais elevado que o de prefeitas, mas se trata de um índice ainda demasiadamente baixo para a representatividade feminina nas Câmaras de Vereadores. A região Centro-Oeste elegeu 748 vereadoras (15,69% do total de eleitos na região), e o estado de Mato Grosso elegeu 228 vereadoras (16,24% do total).

O município de Alta Floresta elegeu apenas 2 vereadoras, dentre os 13 eleitos em 2016, o que se repetiu também em 2020, quando também foram eleitas apenas 2 mulheres para o Legislativo municipal. Essa realidade indica uma maior necessidade de geração de oportunidades e condições para que mais mulheres se candidatem e sejam votadas.

Gráficos 28 e 29:
Percentual de vereadores e vereadoras eleitas no município de **Alta Floresta,** por sexo, em 2016 e 2020



Fonte: TSE (2016 e 2020).

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

META 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os âmbitos de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

META 5.C Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os âmbitos

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS ENTRE HOMENS E MULHERES

A disparidade de salários entre homens e mulheres é um problema global e antigo, que existe em todos os níveis educacionais e na maioria das ocupações. Essa comparação pode ser feita por meio da análise do rendimento médio pago a mulheres e homens ocupados.

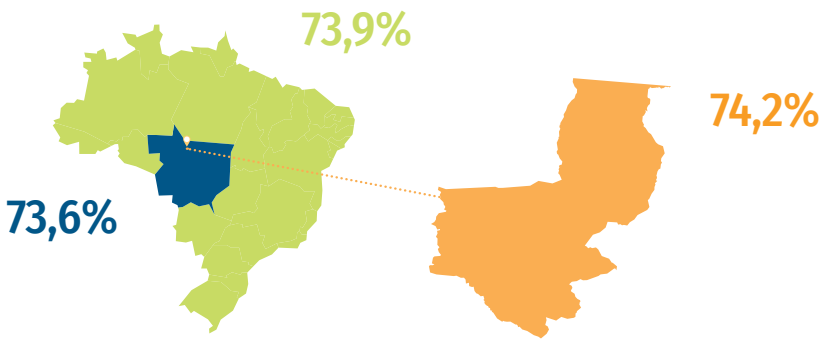
O Informativo Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil[51], lançado pelo IBGE em 2021, constatou que, em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de três quartos do rendimento dos homens. A desigualdade é maior entre pessoas com maiores rendimentos, como diretores e gerentes, bem como profissionais das ciências e intelectuais. Nesses dois grupos com maiores salários, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens. As maiores desigualdades estão presentes nas grandes regiões com rendimentos médios mais elevados, como Sudeste e Sul, onde mulheres recebiam em média, 74,0% e 72,8%, respectivamente, do rendimento dos homens. Nas regiões Norte e Nordeste, onde os rendimentos médios foram mais baixos para homens e mulheres, as desigualdades eram menores.

Para os municípios, esse indicador referente à razão entre rendimentos de mulheres e homens só pode ser calculado com os resultados do Censo de 2010, que trazem maior detalhamento de dados por sexo, idade e raça.

51 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>.

Os dados de **Alta Floresta,** em 2010, mostram que o rendimento médio das mulheres com emprego equivalia a 74,2% do rendimento médio dos homens. Embora esse percentual estivesse pouco melhor que os valores encontrados nas médias nacional e estadual, a distância entre o rendimento de mulheres e homens ainda é um desafio a ser enfrentado.

RAZÃO ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES OCUPADAS EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO DOS HOMENS OCUPADOS (%) NO BRASIL, NO ESTADO DE MATO GROSSO E NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, EM 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

META 5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e o controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

META 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

META 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

META 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

META 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Promover a igualdade de gênero faz a Agenda 2030 avançar. A igualdade de gênero pode ser um acelerador – ou uma intervenção política catalítica – que tem efeitos positivos multiplicadores para o desenvolvimento. Investir em oportunidades para mulheres e meninas, promover sua participação econômica, social e política e melhorar seu acesso à proteção social, ao emprego e a recursos naturais resulta em maior produtividade da economia e em redução da pobreza e das desigualdades.

No Brasil, algumas iniciativas reconhecem a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas como centrais para o progresso da sociedade rumo ao desenvolvimento humano sustentável. O estado do Piauí é um exemplo disso. O diálogo estreito com o PNUD, aliado ao interesse e às iniciativas já em curso no território, permitiu a implementação da primeira experiência do projeto **Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes**.

O projeto busca contribuir para a promoção da autonomia financeira das jovens com idade entre 18 e 29 anos que vivem no território objeto da cooperação (Teresina, José de Freitas, Demerval Lobão e Nazária, no Piauí, e Timon, no Maranhão). Foram realizados três debates sobre os desafios enfrentados pelas mulheres jovens dessas localidades, que propiciaram o mapeamento dos desafios para a igualdade entre homens e mulheres naquele território e a definição de ações aceleradoras do empoderamento econômico das mulheres jovens.

Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/pessoas/relat%C3%B3rio-mulheres-resilientes-digital.pdf>.

ÁGUA E SANEAMENTO

O acesso universal a água e saneamento é essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para melhorias em áreas centrais do desenvolvimento humano sustentável, como a saúde, estando, por isso, incluído nas preocupações da Agenda 2030. No Brasil, esse serviço deve ser assegurado pelos municípios, que podem requerer apoio do estado e da União..

Ter acesso a água e saneamento é elemento básico da dignidade humana. A água está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três dimensões – ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos, bem como os serviços a eles associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental.

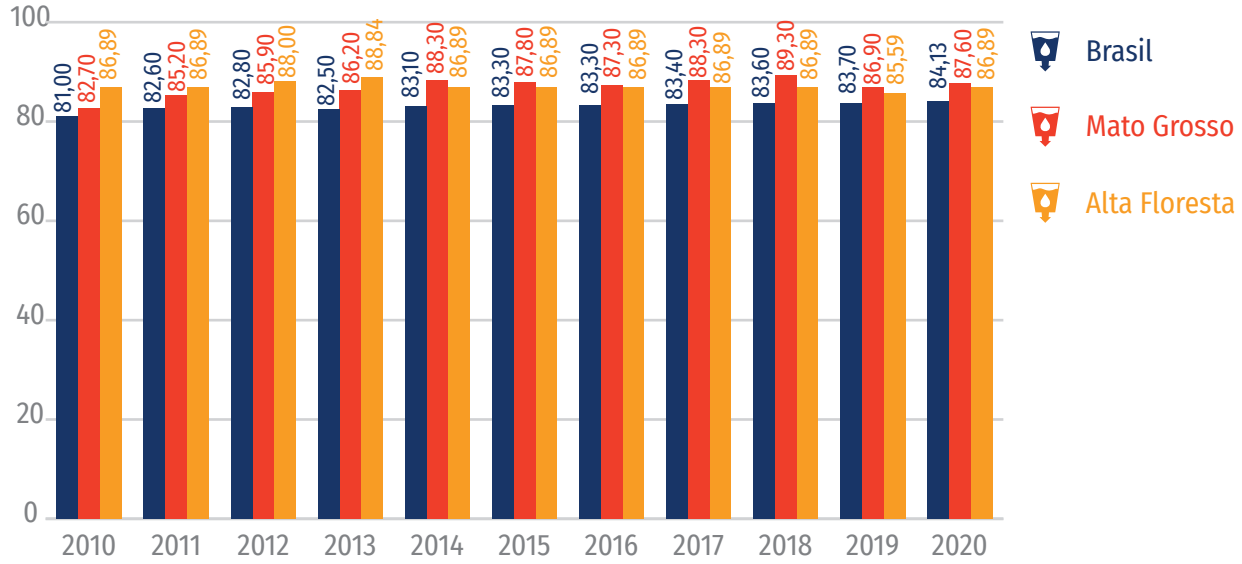
A escassez de água afeta mais de 40% da população mundial, número que deverá subir ainda mais como resultado da mudança do clima e da gestão inadequada dos recursos naturais. É possível trilhar um novo caminho que nos leve à realização desse objetivo, por meio da cooperação internacional, de parceiras público-privadas e de políticas públicas que tenham dentre suas prioridades a proteção de nascentes, rios e bacias, a democratização do acesso aos serviços e o desenvolvimento de novas tecnologias de tratamento de água e esgotamento sanitário.

ACESSO À ÁGUA

No estado de **Mato Grosso,** a porcentagem da população atendida com abastecimento de água aumentou durante o período de 2010 a 2020. Em 2010, 82,7% da população do estado tinha acesso a água; já em 2020, esse valor aumentou para 87,6%. Para fins de comparação, o abastecimento de água para a população no Brasil nesse último ano era de 84,1%. O estado atingiu a maior porcentagem de habitantes atendidos com abastecimento de água em 2018, com 89,30% da população.

Os dados registrados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento a respeito de **Alta Floresta** apontam que, entre 2010 e 2020, o percentual da população com acesso a água atingiu, em 2013, 88,84%, porém diminuiu para 86,89% de cobertura no último ano da série.

Gráfico 30:
Percentual da população total atendida com abastecimento de água no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2020



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

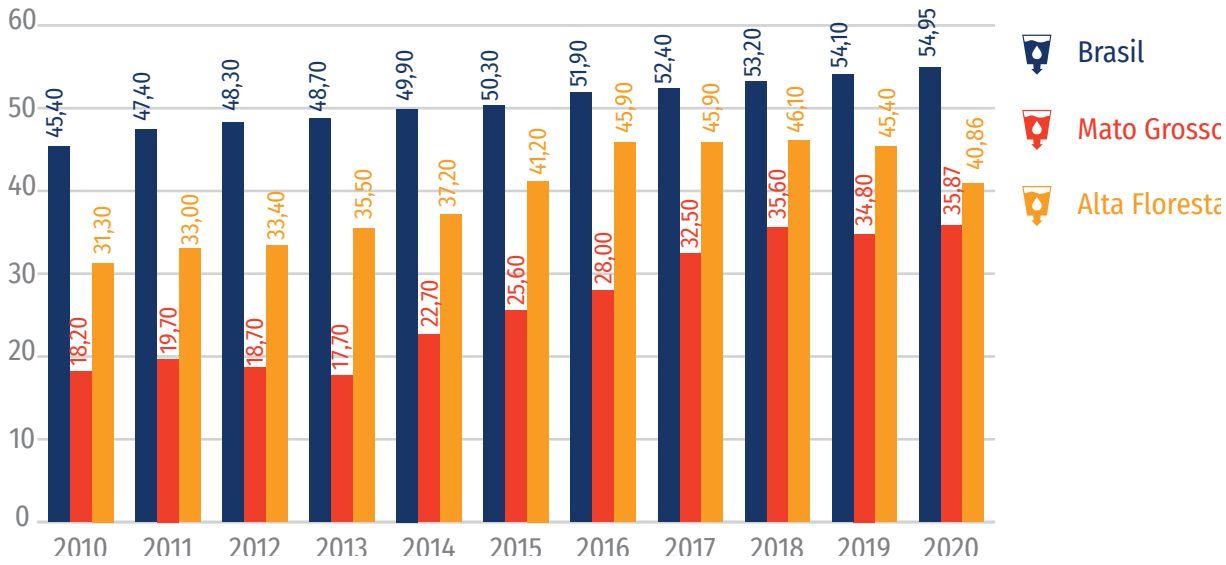
O serviço de coleta de esgoto ainda é extremamente deficiente no Brasil. Pouco mais da metade da população brasileira conta com acesso a esse tipo de serviço (54,95%). O restante da população, composto por mais de 100 milhões de pessoas, adota medidas alternativas, como fossas ou despejo de esgoto diretamente em rios.

Além desse problema de escassez de rede de esgoto, apenas 50,8% do esgoto em relação à água consumida passa por tratamento adequado no Brasil (SNIS, 2020). Ou seja, os outros 49,2% são despejados diretamente na natureza, o que corresponde a cerca de 5 bilhões de metros cúbicos por ano ou quase 6 mil piscinas olímpicas de esgoto por dia. O despejo do esgoto na natureza contamina fontes de água potável e provoca proliferação de doenças.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2020, no que tange ao esgotamento sanitário, o estado de **Mato Grosso** atingiu 35,87% da população atendida com este serviço, enquanto no Brasil esse percentual era de 54,95%. O estado vem apresentando crescimento de sua rede de esgoto, porém a proporção da população sem esgotamento sanitário ainda é maior que a média nacional.

As informações do município de **Alta Floresta** sobre a rede de esgotamento sanitário mostram que, no período analisado, mesmo com algumas oscilações, a cobertura aumentou de 31,30% (2010) para 40,86% (2020), e possui percentuais de população atendida maiores que o estado do Mato Grosso, em toda a série. É muito importante que, até 2030, a rede de esgoto atenda a toda a população do município, de forma universal.

Gráfico 31:
Percentual da população total atendida com esgotamento sanitário no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2020



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

META 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos

META 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Devido às mudanças do clima, algumas regiões do Brasil vêm sofrendo com a escassez de água, principalmente o Sul e o Centro-Oeste. Esse problema levanta cada vez mais a discussão sobre as perdas de água nos sistemas de distribuição das cidades.

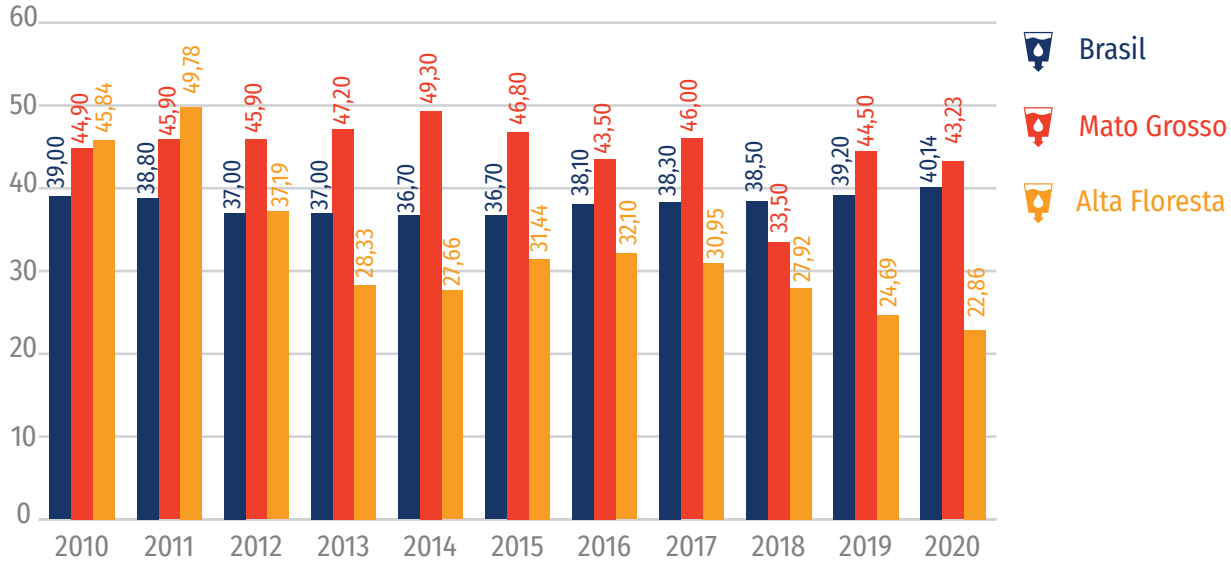
Os índices de perdas na distribuição de água (IPD) são historicamente ruins no país. Por isso, para continuarmos a ter água no futuro próximo, será necessário um olhar mais apurado para as deficiências dos sistemas de saneamento[52]. Esses dados de perdas têm relação direta com a fragilidade da gestão de grande parte do setor, e também traz desafios às três esferas governamentais.

[52] O Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNCDA disponibilizou várias publicações sobre o tema em: <http://www.pmss.gov.br/index.php/biblioteca-virtual/programa- nacional combate>.

No Brasil, em 2020, o índice de perdas na distribuição de água foi de 40,14%, de maneira que existe um longo caminho a ser percorrido. Esse percentual foi maior que nos anos anteriores[53]. No estado de **Mato Grosso,** o índice de perdas na distribuição de água oscilou durante todo o período de 2010 a 2020, com um pico de perdas em 2014 (49,30%). Em 2020, o índice de perdas do estado ficou em 43,23%, uma situação alarmante.

Com relação ao município de **Alta Floresta,** o índice de perdas na distribuição de água passou de 45,84%, em 2010, para 22,86%, em 2020, e vem demonstrando boa tendência de queda nos últimos anos.

Gráfico 32:
Percentual de perdas na distribuição de água no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2020



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

META 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

[53] Ver 25º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos: <http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2019/Diagn%C3%B3stico_SNIS_AE_2019_Republicacao_31032021.pdf>.

QUALIDADE DA ÁGUA

Com o lançamento da Agenda 2030, o Brasil se comprometeu a universalizar o acesso a água potável e alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos até 2030. Os principais problemas que interferem na qualidade da água no Brasil são a falta de tratamento de esgoto e a poluição gerada pelas indústrias e pela agricultura. Em áreas urbanizadas a situação é mais preocupante.

Dados de 2020 indicam que aproximadamente 15,9% da população brasileira ainda não tem acesso a água tratada em seus domicílios. No mesmo ano, 85,9% da população do estado de **Mato Grosso** recebia água tratada, 64,10% não tinha acesso à rede de coleta de esgotos, e apenas 43,4% do esgoto gerado pela água consumida era tratado. A quantidade de esgoto tratado no estado ainda é baixa em relação ao percentual da população vivendo em domicílios com água tratada, fator que impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas e nos gastos com o sistema de saúde.

Para o município de **Alta Floresta**, como mencionado acima, 86,9% da população mora em domicílios com acesso a água tratada. O volume de água consumida corresponde a uma média de 130,77 litros por pessoa por dia. No entanto, dados de 2020 mostram que apenas 45,2% dessa água consumida passa por tratamento adequado. Ou seja, a maior parte do esgoto está sendo dispensada na natureza sem tratamento. Além disso, dados mostram que a taxa de incidência de internações por doenças associadas a falta de saneamento (internações por 10 mil habitantes) está relativamente alta (13,09/10 mil) em comparação às taxas do estado e do país.

A qualidade da água também está relacionada ao potencial da rede de coleta e tratamento de esgoto. A escassez desses serviços e a consequente má qualidade da água afetam diretamente a saúde da população desatendida, aumentando as taxas de doenças, internações e óbitos por enfermidades gastrointestinais e doenças transmissíveis pela água. Algumas das principais doenças causadas por águas paradas ou água de esgoto não tratado são hepatite A, giardíase, amebíase, disenteria amebiana, leptospirose, cólera, ascaridíase ou lombriga e febre tifoide.

Tabela 9:
Dados comparativos sobre água, saneamento e saúde no Brasil, no Centro-Oeste, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** em 2020

	SANEAMENTO (SNIS 2020)			
Localidade	Parcela da população total que mora em domicílios com acesso a água tratada (% da população)	Parcela da população total que mora em domicílios sem acesso ao serviço de coleta de esgoto (% da população)	Volume de água consumida *per capita* (litros diários por pessoa)	Razão entre volume de esgoto tratado e volume de água consumida (%)
Brasil	84,1%	45,0%	128,21	50,8%
Centro-Oeste	90,9%	40,5%	135,71	58,5%
Mato Grosso	85,9%	64,1%	110,40	43,4%
Alta Floresta	86,9%	59,1%	130,77	45,2%

	SAÚDE (DATASUS 2020)			
Localidade	Taxa de incidência de internações por doenças associadas a falta de saneamento (internações por 10 mil habitantes)	Óbitos por doenças de veiculação hídrica – 0 a 4 anos (número de óbitos)	Despesas com internações por doenças associadas à falta de saneamento na população total (R$)	Taxa de óbitos por doenças gastrointestinais infecciosas na população total (óbitos por 10 mil habitantes)
Brasil	7,91	68	70.356.945,16	0,09
Centro-Oeste	10,45	1	7.100.122,23	0,08
Mato Grosso	10,06	0	1.325.853,87	0,08
Alta Floresta	13,09	0	22.786,67	0,39

Fonte: Painel Saneamento Brasil[54] (SNIS, 2019 e Datasus, 2019).

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

META 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

54 O Painel Saneamento Brasil é um portal do Instituto Trata Brasil – ITB. Este painel de dados disponibiliza informações sobre saneamento básico e também analisa os impactos sociais, econômicos e ambientais da falta deste serviço. É possível encontrar nesse portal os indicadores de 642 localidades do Brasil (estados e municípios). Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br>.

ENERGIA

A energia é um ingrediente essencial à vida. O desenvolvimento sustentável passa pela garantia de acesso a serviços de energia para todas as pessoas, eficiência energética e busca pela ampliação do uso de fontes renováveis. Ao assumir a erradicação da pobreza como desafio global e requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 busca ampliar o acesso aos serviços de energia moderna e a preço razoável. É nesse sentido que há contínua tentativa de diversificação das matrizes energéticas dos países.

Fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, ainda hoje figuram como os principais recursos aplicados na produção de bens e serviços. Este tipo de energia não é sustentável, e seu uso extensivo pode causar impactos ambientais expressivos.

Ultimamente, vem se consolidando uma tendência mundial voltada à adoção de fontes alternativas de energia, que promovem o melhor uso dos recursos energéticos e a redução dos impactos ambientais. A energia solar, por exemplo, é uma energia renovável, limpa, praticamente inesgotável e que pode ser utilizada para a geração de eletricidade. Assim, nos últimos dez anos, a geração de energia fotovoltaica tem se destacado como tecnologia muito promissora, demonstrando grande potencial para se tornar uma das fontes de eletricidade predominantes no mundo.

O Brasil é um país com alto potencial para a utilização da tecnologia fotovoltaica, pois é beneficiado pela abundante radiação solar em todos os meses do ano. A energia solar, além de ser sustentável, também reduz os gastos com energia elétrica.

Outras fontes renováveis são abundantes no país, como a hídrica, a eólica, os recursos de produção de biomassa e de possibilidades tecnológicas futuras, como a obtenção de energia a partir de ondas e marés. O Brasil está entre os dez países com maior capacidade instalada de geração de energia, de geração elétrica e de consumo energético no mundo[55]. A geração hidráulica cresceu 2,3% no Brasil em 2019, e a eólica, 15,5%. A participação de renováveis na matriz elétrica brasileira foi de 46,1% em 2019, enquanto, em 2018, tinha sido de 45,5%[56]. A média mundial é de 13,9%.

EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

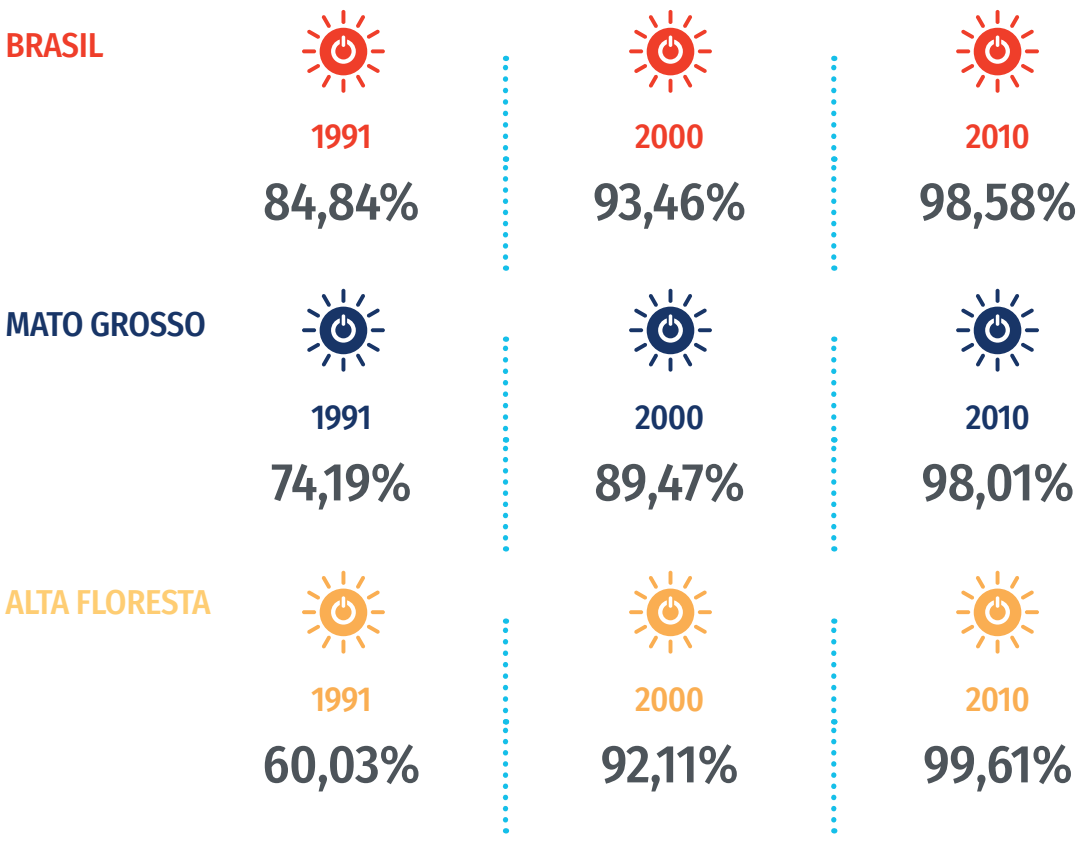
Em 2019, o total de emissões antrópicas associadas à matriz energética brasileira atingiu 419,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (Mt CO2-eq), sendo a maior parte (193,4 Mt CO2-eq) gerada no setor de transportes. A análise das emissões por habitante mostra que cada brasileira(o) consumidor de energia emitiu em média 2,0 t CO2-eq, ou seja, cerca de 1/7 de um americano e 1/3 de um cidadão europeu (União Europeia) ou chinês de acordo com os últimos dados divulgados pela Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) para o ano de 2017[57].

55 Ministério de Minas e Energia. Resenha Energética Brasileira. Exercício de 2020.
56 EPE. Balanço Energético Nacional 2020. Relatório Síntese/ Ano Base 2019. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2020>.
57 Idem.

ACESSO A ENERGIA

Os dados dos três últimos Censos do IBGE mostram que, em 1991, 74,19% da população do estado de **Mato Grosso** tinha acesso a energia elétrica. Após uma década, no ano de 2000, essa cobertura alcançou 89,47% da população. Já em 2010, não havia ainda 100% de cobertura, mas 98,01% das habitações e outros tipos de estabelecimentos contavam com eletricidade.

O município de **Alta Floresta** também seguiu uma trajetória de crescimento para o alcance da universalização da oferta de energia para a população local, em comparação ao registrado em 1991. O percentual de cobertura era de 60,03% em 1991, passou para 92,11% no ano 2000 e chegou a 99,61% em 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

É preciso racionalizar o uso de energia e investir em eficiência energética. Isso se torna possível com a aceleração do processo de desenvolvimento por meio do uso de tecnologias eficientes. Esse tipo de investimento é chamado de *leapfrogging*, que se opõe à noção de que o desenvolvimento envolve, necessariamente, impacto ambiental. O investimento em eficiência energética auxilia a redução de custos e pode, inclusive, ser economicamente atrativo. Para o setor produtivo, equipamentos eficientes também reduzem o consumo de energia e diminuem a exigência de novos investimentos em capacidade instalada.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

META 7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

META 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

META 7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

META 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

TELECOMUNICAÇÕES

O **ODS 9** (Indústria, Inovação e Infraestrutura) traz entre suas metas (**Meta 9.c**) a importância de aumentar significativamente o acesso a tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços razoáveis à internet.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Alta Floresta** apresenta um leve aumento no número de assinantes do serviço de banda larga fixa entre 2019 e 2020. Em dezembro de 2019, foram realizados 8.818 acessos, e a densidade dos serviços foi de 15,7 a cada 100 domicílios, índice alto em comparação com outros municípios.

Em dezembro de 2020, 10.291 acessos de banda larga fixa foram registrados no município, e a densidade foi de 19,8 acessos a cada 100 domicílios. Esse valor é bem superior à densidade média no Mato Grosso (13,9/100) e no Brasil (17,2/100), demonstrando que o município possui boa cobertura do serviço, mas ainda precisa avançar muito no acesso às tecnologias de informação.

ACESSOS DE BANDA LARGA POR TECNOLOGIA EM DEZEMBRO DE 2019 E 2020

FIBRA		RÁDIO		CABO METÁLICO		OUTROS	
3.531	6.086	1.973	2.220	2.560	1.930	54	55
2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Painéis Meu Município.

Sobre o número de assinantes do serviço de telefonia móvel, em dezembro de 2020, o município registrou 52.987 acessos, e a densidade dos serviços é de 102 acessos a cada 100 habitantes. Esse valor é maior que a densidade do Mato Grosso, que é de 100,7/100, e do Brasil, que é de 97,2/100[58].

COBERTURA DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL POR MORADORES, DOMICÍLIOS E ÁREA COBERTA, EM 2020

MORADORES COBERTOS	DOMICÍLIOS COBERTOS	ÁREA KM² COBERTA
87,5%	87,5%	3,1%

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Painéis Meu Município.

[58] Ver: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/acessos-banda-larga-fixa>.

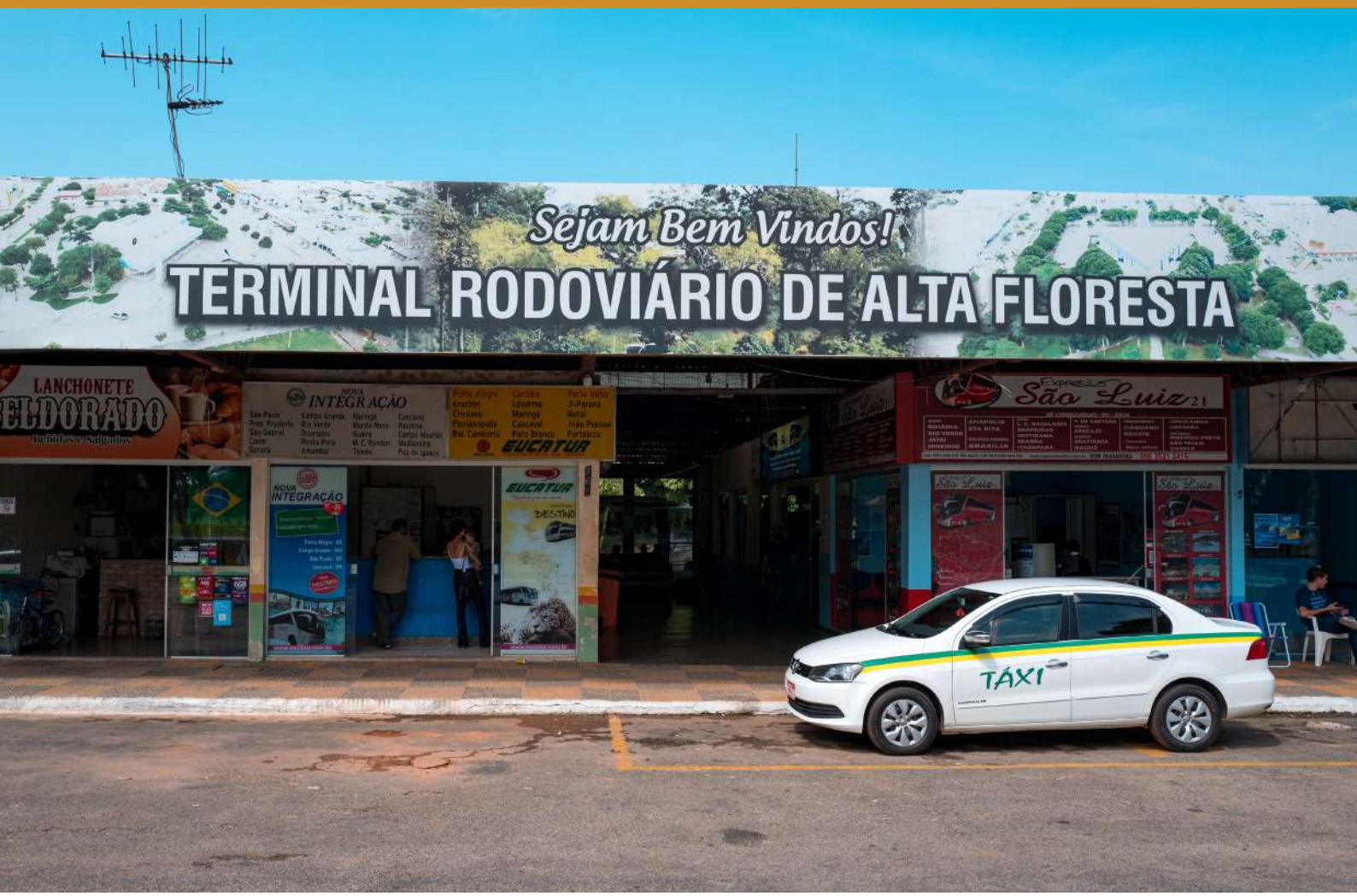
Figura 6:
Mancha de cobertura do sinal de telefonia móvel no município de **Alta Floresta**

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Painéis Meu Município.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

META 9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços razoáveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020



TRABALHO, RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Para alcançar o desenvolvimento humano sustentável, os territórios devem também promover o trabalho decente e a geração de renda para a sua população. Ações nessas áreas contribuem para a redução da pobreza, da vulnerabilidade social, e para a erradicação do trabalho forçado e escravo. Esses são temas relevantes na implementação da Agenda 2030.

O Brasil tem um histórico de altas taxas de desemprego e de trabalho informal, que vem se intensificando nos últimos anos, devido aos cenários mundial e nacionais de crises econômicas e políticas. Esse cenário de crise tende a se intensificar durante e após a nova pandemia em razão do surgimento da COVID-19, afetando fortemente os resultados do **ODS 8**.

Dados do IBGE mostram que, no início de 2021, havia 14,8 milhões de pessoas desempregadas no país e, somados a essas, existiam também cerca de 34,0 milhões de brasileiros na informalidade. Antes da pandemia, no final de 2019, havia 12,4 milhões de pessoas desempregadas.

No que se refere a empregos formais, com carteira assinada, uma análise do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que o estoque de empregos formais no país estava em 39 milhões de vínculos em 2020.

No ano de 2020 e 2021, com o contexto de crise sanitária, reduziu o número de empregos formais e informais. Diante dessa nova realidade, os governos nacionais e subnacionais precisam adotar planos de recuperação econômica e combate ao desemprego.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS

O saldo de empregos formais é um importante indicador da situação de emprego em determinada localidade. Esse saldo (S) é calculado pela diferença entre admissões (A) e desligamentos (D) de trabalhadores, isto é, o número de admissões (novas contratações) de trabalhadores menos o número de demissões, o que pode ser expresso pela fórmula: S = A - D.

Para o Brasil, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – Ministério da Economia)[59], o saldo de empregos ficou negativo nos anos 2015, 2016 e 2017, o que significa que houve mais demissões do que admissões, porém, nos anos seguintes, o saldo de empregos voltou a ficar positivo, e em 2019 o saldo de empregos formais foi de 559.626.

[59] O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O sistema é utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, e também por outros programas sociais. Trata-se de uma base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. Os dados do Caged estão disponíveis em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>.

É importante ressaltar que, com a ocorrência da pandemia da COVID-19, é esperado que os dados de emprego, principalmente de 2020, reflitam os impactos vivenciados nesse período, o que pode traduzir-se em um salto no número de demissões e a diminuição da abertura de novos postos de trabalho.

Em **Alta Floresta,** o saldo de empregos formais oscilou de 2010 a 2019, mas manteve saldos positivos na maioria dos anos analisados. O mercado de trabalho do município criou 63.070 novos postos com carteira assinada durante a série histórica; em contrapartida, registrou 60.351 desligamentos. Percebe-se que as demissões quase alcançaram a mesma proporção de contratações. No geral, o município tem um bom mercado de trabalho, com a admissão de muitas pessoas com carteira assinada, mas vem reduzindo seu desempenho nos últimos anos.

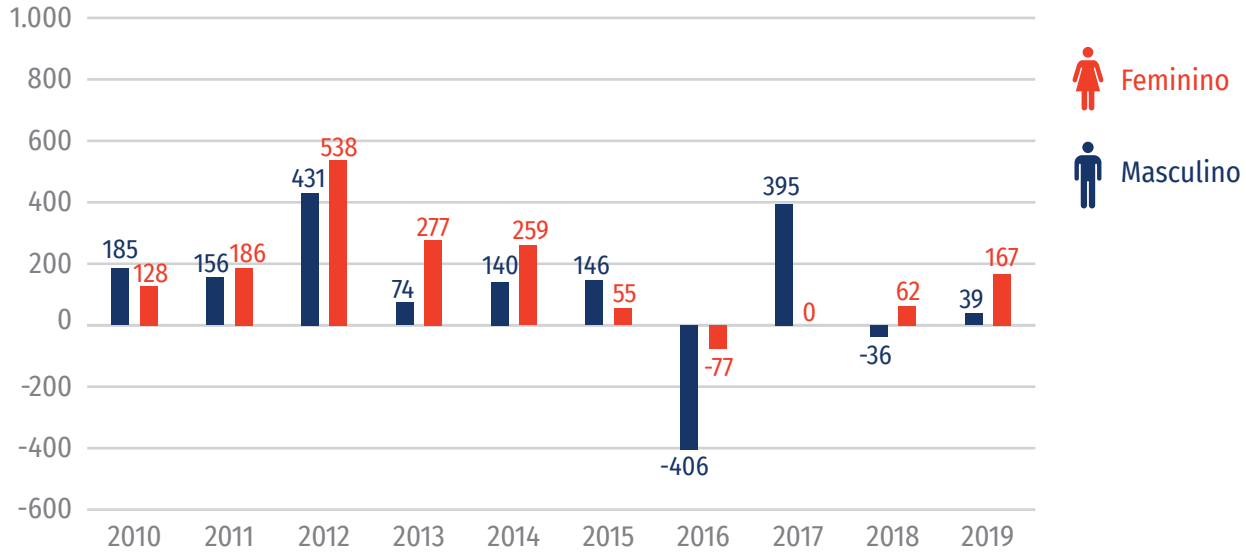
Tanto a população masculina como a feminina sofre com a constante variação da criação e extinção de postos formais de trabalho no município. Os homens foram um pouco mais prejudicados, visto que foram registradas 41.692 admissões e 40.567 desligamentos para esse grupo, que resultou em um saldo positivo de apenas 1.125 postos de trabalho. O ano de 2013 foi o que mais admitiu homens no mercado de trabalho local, e também é o ano com o maior número de desligamentos.

No que diz respeito ao mercado de trabalho para a população feminina, nota-se menor oferta de empregos para mulheres, principalmente a partir de 2015. No geral, foi registrado um número mais baixo de admissões no mesmo período, em comparação com as admissões para a população masculina: 21.378 novos postos e 19.784 demissões, resultando em um saldo positivo de 1.594 postos de trabalho, resultando em um saldo positivo de apenas 1.594 admissões. As mulheres sofreram tanto quanto os homens a instabilidade de empregos, possivelmente devido à forte presença da agropecuária no município, que tende a gerar postos temporários de trabalho em determinados períodos.

É importante ressaltar que a conjuntura nacional apresenta redução de vagas de trabalho e consequentes altas nos desligamentos ocorridos no mercado de trabalho, oriundos da forte crise econômica ocorrida a partir de 2014 em todo o país, que teve repercussão direta no estado de **Mato Grosso** e, consequentemente, também impacta os municípios.

Os dados do Gráfico 33, desagregados por sexo, mostram a desigualdade da trajetória do saldo de empregos entre homens e mulheres e os anos com maiores e menores saldos de empregos.

Gráfico 33:
Saldo total de empregos formais no município de **Alta Floresta,** por sexo, de 2010 a 2019



Fonte: Caged/PDET/Ministério do Trabalho.

É importante notar que esse dado se refere a empregos formais, não englobando outras formas de trabalho, como trabalhos informais e o **trabalho do cuidado da casa e da família,** no âmbito doméstico. Este último é majoritariamente praticado por mulheres, sem remuneração, e é maior quanto menor for a disponibilidade de serviços e de infraestrutura para o cuidado de crianças e idosos, especialmente creches e serviços de saúde.

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

META 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

SALÁRIO MÉDIO MENSAL

Em 2019, o salário médio mensal da população ocupada de **Alta Floresta** era de 2,1 salários-mínimos, com quadro semelhante ao de outros municípios brasileiros. A população ocupada, ou seja, exercendo trabalhos formais com registro, era de 24,6% em relação à população total do município.

DADOS DE ALTA FLORESTA SOBRE TRABALHO E RENDA

SALÁRIO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES FORMAIS (2019)

2,1
salários-mínimos

PESSOAL OCUPADO (2019)

12.749
pessoas

POPULAÇÃO OCUPADA (2019)

24,6%

Fonte: IBGE (Cadastro Central de Empresas, 2019; Estimativa da população, 2019).

RENDA *PER CAPITA*

Além dos salários médios mensais e dos saldos de emprego e desemprego, a renda média domiciliar *per capita* é outro indicador muito útil para analisar a situação de um município em relação à renda e ao desenvolvimento econômico. Esse indicador pode mostrar a renda média da população de um país, de um estado ou de um município, em determinado ano ou período.

Os dados disponíveis para o cálculo da renda média domiciliar *per capita* nos municípios são oriundos dos Censos Demográficos realizados em 1991, 2000 e 2010. Segundo esses dados, a renda média domiciliar *per capita* de **Alta Floresta** cresceu 122,04% nas décadas referentes aos três últimos Censos, mas pode ser considerada relativamente baixa.

RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA – ALTA FLORESTA

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Com esses dados em mãos, e a partir do lançamento dos resultados do próximo Censo Demográfico, o município poderá fazer uma comparação e avaliar se a renda média domiciliar *per capita* continuou a crescer e se a parcela da população considerada pobre continuou a cair.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

META 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

META 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

META 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

META 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário

ECONOMIA

Economia é um setor estratégico para o desenvolvimento humano sustentável. Promover o crescimento econômico permite mais investimentos em áreas que ampliam a qualidade de vida das pessoas, como saúde, educação, habitação e saneamento básico, além de ser algo central para o desenvolvimento local, gerando inclusive emprego e renda, elementos essenciais para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades. É preciso, todavia, que esse seja inclusivo e sustentável e que leve em consideração os impactos sociais e ambientais, como estabelece a Agenda 2030.

Para tanto, além de conhecer as características do território ocupado, é importante também conhecer o que é produzido. Isso auxilia no desenvolvimento local e no acompanhamento da adequação da produção à área, em termos ambientais e sociais.

O principal indicador para medir a atividade econômica de um país, estado ou município é o Produto Interno Bruto (PIB). A economia nacional entra em recessão técnica quando há queda no PIB em dois trimestres consecutivos. Esse dado pode medir o crescimento econômico, mas não necessariamente mede o desenvolvimento, pois não contabiliza índices de educação, saúde e renda.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Para evitar dupla contagem, o PIB mede apenas os bens e serviços finais, ou seja, se um país produz R$ 100 de trigo, R$ 200 de farinha de trigo e R$ 300 de pão, seu PIB será de R$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Ou seja, os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos pelo preço em que chegam ao consumidor, levando em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados[60].

O QUE É PIB?

PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, que representa o total de riqueza (bens e serviços) gerada em um período em uma localidade. O PIB pode ser nominal ou real.

PIB nominal refere-se ao valor do PIB calculado a partir de preços do ano em que o produto foi produzido e comercializado.

O **PIB real,** por sua vez, é calculado com base em preços constantes, tomados a partir de um ano-base, o que permite que os efeitos da inflação sejam eliminados do cálculo.

Usualmente, o PIB também é apresentado como **PIB *per capita,*** isto é, "por pessoa", que corresponde ao valor do PIB dividido pelo número de habitantes da localidade. Outra forma de apresentá-lo é **por pessoa empregada,** que se refere ao valor do PIB dividido pelo número total de pessoas empregadas no mercado formal.

Se a taxa de crescimento do PIB é positiva, significa que a economia está em crescimento, o que não quer dizer, necessariamente, que está gerando empregos, aumentando a renda média da população ou gerando efeitos redistributivos para a população em situação de maior vulnerabilidade.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2020, foi de R$ 7,4 trilhões. Em 2019, último ano de apuração disponível para os entes estaduais, **Mato Grosso** obteve um PIB de R$ 142,12 bilhões e é o estado que ocupa a 13ª posição entre as unidades da federação.

A balança comercial do estado apresentou saldo positivo em 2018, com R$ 14.838 milhões, sendo R$ 16.433 milhões de exportações e R$ 1.596 milhões de importações. Os maiores parceiros comerciais em termos de exportações são China, Irã, Países Baixos e Vietnã, que demandam produtos como soja, algodão, carne de animais bovinos, entre outros.

[60] Informações retiradas do site IBGE Explica, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

Em termos de empregos, em 2020, os maiores saldos foram obtidos nos setores de locação de mão-de-obra temporária, atividades de atendimento hospitalar, transporte rodoviário de cargas e comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, entre outros. Nota-se, nesse período, uma reestruturação dos setores econômicos em decorrência das restrições impostas pela pandemia da COVID-19[61].

PIB MUNICIPAL

A economia de **Alta Floresta** conta com indústrias de beneficiamento de madeira que atuam com produtos oriundos de projetos de reflorestamento, obtendo certificação para exportação. A pecuária desenvolvida no município é referência, e atualmente Alta Floresta é um dos maiores produtores de gado de corte do estado de Mato Grosso.

Segundo o Indea-MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), o município concentra mais de 700 mil cabeças de gado. A região tem caminhado firme no processo de se tornar a nova fronteira agrícola do país. Na safra de 2016/17, foram plantados mais de 3,4 mil hectares de milho, que produziram mais de 18 mil toneladas. Em relação à soja, o município registra aumentos em sua área plantada a cada safra. Na safra de 2016/17, foram plantados mais de 11,4 mil hectares e produzidas mais de 37,8 toneladas da oleaginosa[62].

O município também foi impactado pelo avanço do setor elétrico na região, com a construção das usinas hidrelétricas Teles Pires e São Manoel, empreendimentos responsáveis por alavancar a economia dos municípios do entorno, gerar empregos e aquecer o setor de serviços, o comércio e a construção civil, além de toda a infraestrutura necessária para o segmento e as atividades da cadeia produtiva de geração de energia.

[61] Disponível em: <http://imea.com.br>.
[62] Prefeitura Municipal de Alta Floresta. Disponível em: <https://www.altafloresta.mt.gov.br/>.

No período analisado, de 2010 a 2019, o PIB municipal de Alta Floresta esteve entre a 16ª e a 19ª colocação no *ranking* dos municípios do estado de Mato Grosso e apresentou uma ótima trajetória de crescimento até 2016, quando alcançou R$ 1,5 bilhão, valor muito expressivo para o seu porte populacional. Em 2017 e 2018, houve queda no patamar do PIB nominal de Alta Floresta, ocasionando o recuo de duas posições no comparativo entre os municípios do estado, entretanto, no último ano da série (2019), apresentou bons resultados, retomando a 16ª colocação, seu melhor posicionamento que se deu também entre 2014 e 2016 e continua entre as primeiras 20 economias do Mato Grosso.

PIB NOMINAL DE ALTA FLORESTA E *RANKING* EM RELAÇÃO AO ESTADO (R$)

2010	2011	2012
682.972.000 (17)	746.771.000 (17)	794.392.000 (19)
2013	**2014**	**2015**
902.607.000 (18)	1.058.488.780 (16)	1.261.982.440 (16)
2016	**2017**	**2018**
1.582.973.350 (16)	1.491.733.490 (17)	1.458.249.050 (18)
	2019	
	1.558.713.790 (16)	

Fonte: IBGE.

PIB POR SETOR

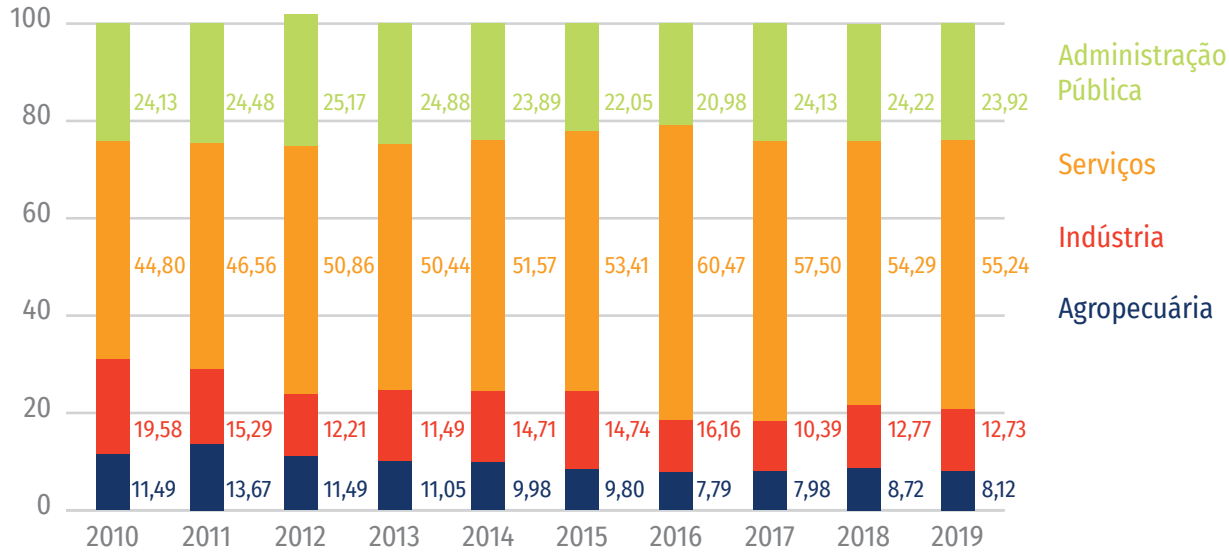
No cálculo do PIB entra o produto final vendido pela indústria, pelos serviços e pela agropecuária. Esses valores finais podem ser analisados separadamente, por meio do PIB por setor, uma desagregação ano a ano, que permite avaliar o desempenho das principais áreas que impulsionam o desenvolvimento econômico. Neste diagnóstico, utilizamos o PIB a preços correntes, indicador utilizado pelo IBGE para mensurar e avaliar o nível de produção do município, que considera os valores do ano em que o produto foi produzido e comercializado.

Neste tópico será apresentada uma análise do Valor Adicionado Bruto do município de **Alta Floresta.** A partir desses dados, será possível identificar a contribuição de cada setor de atividade para o PIB do município, sem considerar o montante arrecadado de impostos líquidos de subsídios. Pode ser observado que, em 2019, a atividade econômica do município, após descontada a arrecadação líquida de tributos no montante de R$ 190,5 milhões, resultou num valor agregado de R$ 1,37 bilhão.

A análise do PIB por setor mostra que a economia municipal está fortemente ancorada no setor de serviços, com 55,24% de participação no total do valor agregado. A administração pública posiciona-se como o segundo maior setor (23,92%) em 2019, seguido pela produção industrial (12,73%) e pela agropecuária (8,12%). Esses últimos dois setores tiveram uma ligeira queda em sua participação em comparação ao ano anterior (2018).

No comparativo de 2010 a 2019, o setor de serviços apresentou a maior expansão entre as atividades econômicas locais. Em contrapartida, a agropecuária e a indústria apresentaram redução constante em sua produção. A maior retração foi da indústria, saindo de 19,58% em 2010 para 12,73% em 2019.

Gráfico 34:
Percentuais do PIB por setor, de 2010 a 2019



Fonte: IBGE.

PIB *PER CAPITA*

O PIB *per capita* de Alta Floresta, que é o indicador calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes do município, mostra crescimento gradativo entre 2010 e 2016, quando chegou a R$ 31.607,63. Em 2017 e 2018, como visto na análise do PIB total do município, o PIB *per capita* sofreu uma queda, chegando a R$ 28.252,43. Em 2019 apresentou uma recuperação, frente aos anos anteriores, no valor de R$ 30.101,46, porém em um patamar abaixo da média nacional e estadual. Mesmo com essa oscilação, no período histórico de 2010 a 2019 houve crescimento de 117%.

Veja a seguir a comparação do PIB *per capita* nacional, estadual e local, em 2019.

PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* 2019 (R$)

BRASIL

35.161,70

ESTADO DE MATO GROSSO

40.787,32

ALTA FLORESTA

30.101,46

Fonte: IBGE.

PIB ***PER CAPITA*** A PREÇOS CORRENTES DE ALTA FLORESTA

2010

13.872,27

2011

15.137,64

2012

16.050,27

2013

18.138,82

2014

21.221,98

2015

25.244,19

2016

31.607,63

2017

29.722,32

2018

28.252,43

2019

30.101,46

Fonte: IBGE.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

META 8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo

META 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Em uma análise da contribuição da indústria na economia do município de **Alta Floresta**, pode-se observar que, no período de 2010 a 2019, o valor adicionado do setor industrial diminuiu em termos percentuais de 19,58% para 12,73%. Em 2018, dos 1.720 estabelecimentos do município, apenas 203 eram do setor industrial, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Segundo dados de 2018 do Observatório da Indústria, da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIEMT), dos 11.736 funcionários do município, apenas 2.178 eram da indústria, sendo 535 mulheres (24,56%) e 1.643 homens (75,44%).

PRINCIPAIS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, EM 2018

ATIVIDADES INDUSTRIAIS

	PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE (%)	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Frigorífico – Abate de Bovinos	7,24	850
Serrarias com desdobramento de madeira em bruto	1,79	210
Serrarias com desdobramento de madeira em bruto – resserragem	1,26	148
Confecções de roupas profissionais	0,86	101
Fabricação de madeira laminada e de chapas	0,72	85

ATIVIDADES NÃO INDUSTRIAIS

	PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE (%)	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Administração pública municipal	10,78	1.265
Criação de bovinos para corte	10,46	1.227
Comércio varejista de mercadorias	6,11	717

Fonte: Sistema Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. Perfil Econômico dos Municípios, 2018[63].

[63] Ver: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTRjZTU2NWQtMmRkZS00MTNkLWJhY2ItNzIzNDk2NDYwNWVmIiwidCI6IjFlZjYzMjNmLWM4MjMtNGZkZS1hZmE4LTE3ODE1OGQ4MzRkMiJ9>.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

META 9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.

Meta 9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

Meta 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária é uma atividade ligada ao setor primário da economia e representa um grande peso na balança comercial brasileira. Trata-se de um setor da economia de grande relevância para o Brasil, um dos maiores produtores do mundo. Os produtos da agropecuária brasileira são destinados para os mercados interno e externo. A maior parte da produção agrícola é direcionada para exportação, como algodão, soja, cana-de-açúcar, café, milho, entre outros. O Brasil também é um dos maiores exportadores de carne (boi e frango) do mundo.

Durante as duas últimas décadas, o rápido crescimento econômico e o desenvolvimento da agricultura foram responsáveis pela redução pela metade da proporção de pessoas subnutridas no mundo. Entretanto, ainda há 795 milhões de pessoas no mundo que, em 2014, viviam sob o espectro da desnutrição crônica. O **ODS 2** pretende acabar com todas as formas de fome e má-nutrição até 2030, de modo a garantir que todas as pessoas – especialmente crianças – tenham acesso suficiente a alimentos nutritivos durante todos os anos. Para alcançar este objetivo, é necessário promover práticas agrícolas sustentáveis, por meio do apoio à agricultura familiar e do acesso equitativo à terra, à tecnologia e ao mercado.

PECUÁRIA

O estado de **Mato Grosso** agrega o maior valor bruto de produção agropecuária (VBP) do país. A economia do estado é fortemente influenciada pela produção de algodão, milho, soja e girassol, bem como pela criação de gado.

O Observatório de Desenvolvimento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) afirma que a produção agropecuária do estado é responsável por 18% da produção nacional. As lavouras de Mato Grosso contribuem com 81,5% do VBP agropecuário total do estado. A pecuária é responsável por 18,5% do VBP. Em 2019, o valor da produção bruta chegou a R$ 106,391 bilhões[64].

Em **Alta Floresta,** a agropecuária também é um importante componente da economia, e envolve os outros setores em toda a sua cadeia produtiva. Em 2019, chegou a contribuir com 8,12% do PIB do município.

[64] Ver: <http://www.sedec.mt.gov.br/-/15854686-mato-grosso-e-estado-com-maior-valor-bruto-da-producao-agropecuaria>.

Na pecuária, a produção bovina se destaca como a maior do município entre os tipos de criação. Em 2020, o município contava com 791.935 cabeças de rebanho de corte e 8.897 de vaca ordenhada, produzindo 16,4 milhões de litros de leite. Percebe-se que houve crescimento no rebanho de ordenha e, consequentemente, na produção leiteira, com aumento de cerca de 33% em comparação com o ano de 2019.

Também é importante ressaltar o crescimento rebanho de ovinos e equinos, além da aquicultura, com grande produção de alevinos, tambacu, tambatinga e tambaqui, atividade que, mesmo com a redução no volume de produção, mostra-se bastante promissora para a economia da região.

Já a criação de galináceos apresentou redução de cerca de 50% no efetivo de rebanho e galinhas, assim como a suinocultura, com diminuição de 20% do rebanho, em comparação à quantidade produzida ano anterior.

Veja a seguir os dados comparativos de 2017, 2018, 2019 e 2020 da pecuária do município.

Tabela 10:
Produção pecuária no município de **Alta Floresta,** por tipo de criação, 2017 a 2020

INDICADOR	2017	2018	2019	2020	Unidade
Aquicultura (alevinos)	366.000	356.500	356.500	250.000	Milheiro
Aquicultura (matrinxã, corumbataí, piau, piapara, piauçu, piava, pirarucu, pintado, cachara, surubim, pirarucu, tambacu, tambatinga, tambaqui)	845.000	300.000	300.000	465.000	kg
Bovino – Efetivo do rebanho	765.324	791.530	885.799	791.935	Cabeças
Bovino – Vaca ordenhada	5.643	8.600	6.669	8.897	Cabeças
Bubalino	341	342	205	194	Cabeças
Caprino	784	878	852	680	Cabeças
Equino	6.871	7.844	8.189	11.397	Cabeças
Galináceo – Efetivo do rebanho	75.952	87.519	100.940	51.653	Cabeças
Galináceo – Galinha	61.520	46.709	53.000	26.000	Cabeças
Ovino	4.303	5.427	5.734	6.366	Cabeças
Suíno – Efetivo do rebanho	7.438	8.956	9.165	7.973	Cabeças
Suíno – Matriz	300	328	400	637	Cabeças

Fonte: IBGE. Produção da Pecuária Municipal (2017, 2018, 2019 e 2020).

A produção de gado de corte é atividade de forte impacto na economia brasileira. De acordo com o último relatório **"Perspectivas Agrícolas 2012-2021"**, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o mercado no setor de carnes é caracterizado por altos preços nominais para todas as carnes, baseados – no que se refere à demanda pelo rápido crescimento nas economias em desenvolvimento e à oferta pelos altos custos dos insumos – notavelmente nos grãos usados na alimentação animal e nos insumos relacionados a energia, como transporte e refrigeração.

Relatório 2012 – 2021, disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/ocde-fao-perspectivas-agricolas-2012_agr_outlook-2012-es#page1>.

* Relatório 2015 – 2024, disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4761o.pdf>.

AGRICULTURA

De acordo com o Censo Agropecuário Municipal de 2017, a área de estabelecimentos agropecuários do município de Alta Floresta possui extensão de 731.303 hectares e 1.675 estabelecimentos rurais, sendo 232 para o plantio de lavouras permanentes e 258 para lavouras temporárias.

Englobando todos os tipos de estabelecimentos rurais do município, a produção agrícola está mais concentrada nas lavouras temporárias de soja, milho e arroz e nas lavouras permanentes de banana, café, laranja, mamão e maracujá.

A análise do perfil agrícola municipal de 2017, 2018, 2019 e 2020 mostra que Alta Floresta vem aumentando consideravelmente sua produção de soja e milho. De 2017 para 2020, a produção de soja aumentou cerca de

81%, chegando a 95.940 toneladas, com rendimento médio de 3.600 kg/ha, e a de milho teve crescimento de aproximadamente 60%, com a produção de 85.500 toneladas e rendimento médio de 5.700 kg/ha.

Por outro lado, as plantações de arroz, mandioca e melancia, que já não eram tão expressivas, estão tendo redução gradual. A maioria dos produtos que costumam ser produzidos em lavoura permanente não teve crescimento nos últimos quatro anos, exceto a banana, que passou de uma produção de 120 para 740 toneladas, com rendimento médio de 21.765 kg/ha.

Tabela 11:
Principais produtos agrícolas de **Alta Floresta,** 2017 a 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – LAVOURA TEMPORÁRIA

INDICADOR	2017	2018	2019	2020	Unidade
Abacaxi					
Quantidade produzida	300	120	120	120	frutos
Valor da produção	540,00	330,00	233,00	109,00	R$ x 1.000
Arroz com casca					
Quantidade produzida	9.600	7.200	3.600	5.400	t
Valor da produção	5.597,00	5.400,00	2.700,00	5.400,00	R$ x 1.000
Mandioca					
Quantidade produzida	4.500	750	672	750	t
Valor da produção	5.400,00	900,00	1.008,00	495,00	R$ x 1.000
Melancia					
Quantidade produzida	1.000	600	600	600	t
Valor da produção	850,00	540,00	600,00	600,00	R$ x 1.000
Milho					
Quantidade produzida	53.079	57.600	76.500	85.500	t
Valor da produção	15.924,00	27.648,00	30.600,00	64.125,00	R$ x 1.000
Soja em grão					
Quantidade produzida	52.948	66.006	92.156	95.940	t
Valor da produção	50.124,00	79.207,00	88.470,00	111.930,00	R$ x 1.000

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – LAVOURA PERMANENTE

INDICADOR	2017	2018	2019	2020	Unidade
Banana em cacho					
Quantidade produzida	120	80	200	740	t
Valor da produção	168,00	160,00	358,00	1.295,00	R$ x 1.000
Café em grão canephora					
Quantidade produzida	120	120	175	120	t
Valor da produção	540,00	360,00	700,00	497,00	R$ x 1.000
Guaraná em semente					
Quantidade produzida	60	41	41	69	t
Valor da produção	720,00	267,00	317,00	496,00	R$ x 1.000
Laranja					
Quantidade produzida	160	80	80	80	t
Valor da produção	144,00	88,00	120,00	168,00	R$ x 1.000
Limão					
Quantidade produzida	50	30	50	50	t
Valor da produção	65,00	75,00	50,00	70,00	R$ x 1.000
Mamão					
Quantidade produzida	80	80	80	80	t
Valor da produção	128,00	160,00	168,00	80,00	R$ x 1.000
Maracujá					
Quantidade produzida	80	100	100	100	t
Valor da produção	240,00	245,00	400,00	400,00	R$ x 1.000

Fonte: IBGE. Produção Agrícola (2017 a 2020).

EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA

Conforme os dados da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS)[65], coletados anualmente pelo IBGE, a área de extração vegetal (madeira, óleos, borracha, castanhas, carnaúba, babaçu, açaí, palmito, erva-mate, entre outros) e silvicultura (aproveitamento, exploração e manutenção racional das florestas) de **Alta Floresta** também é bastante produtiva.

No extrativismo, a produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora destaca-se no município. Percebe-se que a produção de carvão vegetal diminuiu consideravelmente em 2020, porém a produção de madeira em tora, que quase dobrou de 2017 para 2019.

De acordo com a PEVS, no município de Alta Floresta, a quantidade de madeira em tora produzida no âmbito da silvicultura (florestas plantadas) é bem inferior à quantidade oriunda de extração vegetal. Percebe-se também que a produção de madeira em tora proveniente da extração vegetal (matas nativas) vem aumentando fortemente no município. É importante lembrar que a PEVS não leva em consideração a madeira extraída ilegalmente.

[65] O IBGE define extrativismo vegetal como o processo de exploração dos recursos vegetais nativos, que compreende a coleta ou apanha de produtos, como madeiras, látex, sementes, fibras, frutos e raízes, entre outros, de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção. A silvicultura é definida como a atividade que se ocupa do estabelecimento, do desenvolvimento e da reprodução de florestas, visando múltiplas aplicações, como a produção de madeira, o carvoejamento, a produção de resinas, a proteção ambiental, entre outros usos. Esse tipo de atividade gera diferentes produtos, como carvão vegetal, lenha, madeira em tora, entre outros.

PRODUÇÃO EXTRATIVISTA E SILVICULTURA

EXTRAÇÃO VEGETAL	2017	2018	2019	2020	Unidade
Alimentícios – castanha-do-pará					
Quantidade produzida	150 t	137 t	137 t	50t	t
Valor da produção (x 1.000 R$)	750,00	546,00	546,00	200,00	(x 1.000 R$)
Madeira – carvão vegetal					
Quantidade produzida	180 t	629 t	629 t	250t	t
Valor da produção (x 1.000 R$)	216,00	692,00	692,00	275,00	(x 1.000 R$)
Madeira – lenha					
Quantidade produzida	29.512	30.350	30.447	30.551	m^3
Valor da produção (x 1.000 R$)	443,00	455,00	457,00	458,00	(x 1.000 R$)
Madeira em tora					
Quantidade produzida	23.596 m^3	35.708 m^3	46.368 m^3	51.518 m^3	m^3
Valor da produção (x 1.000 R$)	4.011,00	5.614,00	7.280,00	7.058,00	(x 1.000 R$)

SILVICULTURA	2017	2018	2019	2020	Unidade
Eucalipto	250	220	220	220	ha
Outras espécies	4.324	4.324	4.324	4,324	ha
Madeira em tora					
Quantidade produzida	4.613	4.800	4.800	4,090	m^3
Valor da produção (x 1.000 R$)	1.382,00	1.472,00	1.472,00	6.091,00	(x 1.000 R$)

Fonte: IBGE. Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), 2017 a 2019.

Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

META 2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo

META 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

META 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

META 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

META 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A transparência, ou seja, a disponibilização de informações públicas, precisa ocorrer em todas as esferas de governo. Prefeitos(as), governadores(as) e presidentes(as) são obrigados(as) a disponibilizar, para qualquer cidadã ou cidadão, o quanto arrecadam e como gastam. A transparência é muito importante para prevenir a corrupção e promover gestões públicas responsáveis e abertas à participação social.

Esta temática de acesso público à informação, tomada de decisão participativa e garantia de instituições responsáveis e transparentes está prevista entre as Metas do **ODS 16.**

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

META 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

META 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

META 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

RANKING NACIONAL DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL[66]

Em 2015 e 2016, o Ministério Público Federal no Brasil realizou a ação nº 4 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)[67]. Por meio da aplicação de um questionário para todos os municípios brasileiros, entre os dias 8 de setembro de 2015 e 27 de maio de 2016, o cerne das leis de transparência foi avaliado, e aqueles que obtiveram pontuação elevada estavam com níveis muito satisfatórios.

Foram avaliados pontos como portal de transparência, disponibilização de receitas, despesas, licitações e contratos, prestação de contas, execução orçamentária, gestão fiscal, serviço de informação ao cidadão (E-SIC), estrutura organizacional da prefeitura, contatos e boas práticas de transparência.

[66] Ver: Mapa da transparência — Portal de Combate à Corrupção (mpf.mp.br): <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>.
[67] Ver: <http://enccla.camara.leg.br/acoes/acoes-de-2015>.

Dentre os 141 municípios do estado do Mato Grosso, **Alta Floresta** ficou na posição 53, com índice de 6,60 na segunda avaliação, descendo 0,6 pontos em comparação com a primeira avaliação. O índice do município ficou superior à média nacional, mas ainda é muito inferior à média do estado, o que significa um nível intermediário de transparência pública municipal.

RANKING DA TRANSPARÊNCIA – MPF

BRASIL

5,21

MATO GROSSO

9,80

ALTA FLORESTA

6,60

Fonte: Ministério Público Federal.

ESCALA BRASIL TRANSPARENTE – AVALIAÇÃO 360° – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU)[68]

A Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° é uma inovação na tradicional metodologia de avaliação da transparência pública adotada pela CGU. Essa avaliação contempla não só a transparência passiva, mas também a transparência ativa (publicação de informações na internet), como a verificação da publicação de informações sobre receitas e despesas, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras. Com a aplicação da EBT como prática institucional, a CGU pretende aprofundar o monitoramento da transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas por estados e municípios na promoção do acesso à informação.

A avaliação realizada no período de 1º de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020 foi feita apenas com os estados, as capitais e os municípios com mais de 50 mil habitantes (com base nas estimativas de 2017, do IBGE). Ao todo, foram avaliados 691 entes. Quanto maior é a nota obtida, maior é o nível de transparência do ente.

O Brasil ficou com a média 8,84, o **Mato Grosso** com 9,74 e **Alta Floresta** com 9,04, uma nota que indica ótimo nível de transparência municipal. Dentre os 665 municípios avaliados (capitais e os municípios com mais de 50 mil habitantes), a posição do município no *ranking* geral foi 113º.

[68] Ver: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>.

ESCALA BRASIL TRANSPARENTE – CGU

BRASIL

8,84

MATO GROSSO

9,74

ALTA FLORESTA

9,04

Fonte: Controladoria Geral da União.

INDICADOR DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS – TCE/MT[69]

O Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso, com base nos cálculos formulados no índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) de Gestão Fiscal – IFGF, que visa avaliar a qualidade de gestão fiscal dos municípios brasileiros, tendo como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitem o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos e maior controle social da gestão fiscal dos municípios.

O IGFM do Mato Grosso é composto por seis índices: IGFM Receita Tributária Própria, IGFM Despesa com Pessoal, IGFM Liquidez, IGFM Investimentos, IGFM Custo da Dívida e IGFM Resultado Orçamentário do RPPS. Cada município é classificado com conceitos, sendo:

A. (Gestão de Excelência, acima de 0,8001 pontos)

B. (Boa Gestão, entre 0,6001 e 0,8 pontos)

C. (Gestão em Dificuldade, entre 0,4001 e 0,6 pontos)

D. (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 pontos)

O município de **Alta Floresta,** em 2019, ficou com o índice geral de 0,45, o que indica uma nota C, ou seja, de gestão em dificuldade. Em relação a todos os municípios do estado do Mato Grosso, ficou na posição 127. As maiores notas do município foram em 2014, 2015 e 2016. Em 2014, o município chegou a ficar em 21º lugar no *ranking* estadual. Veja no Infográfico 11 o detalhamento das notas de 2014 a 2019.

[69] Ver: <https://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>.

IGFM DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA

	IGFM Receita Tributária Própria	IGFM Despesa com Pessoal	IGFM Liquidez	IGFM Investimento	IGFM Custo Dívida	IGFM Resultado Orçamentário RPPS	IGFM Geral	Variação do IGFM Geral		Ranking Geral
2014	0,54	1,00	0,93	0,24	0,33	1,00	0,68	30,99	▲	21°
2015	0,76	0,02	1,00	0,46	0,56	0,83	0,59	-13,36	▼	74°
2016	0,53	0,09	0,66	0,57	0,70	1,00	0,54	-7,87	▼	97°
2017	0,62	0,00	0,62	0,26	0,50	0,84	0,44	-19,50	▼	117°
2018	0,53	0,00	0,72	0,37	0,49	0,53	0,43	-2,28	-	117°
2019	0,54	0,00	1,00	0,35	0,15	0,55	0,45	5,03	▲	127°

Fonte: TCE/MT.

DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade gera condições e oportunidades distintas para a população, afetando o acesso a direitos constitucionais e limitando a expansão das oportunidades e capacidades das pessoas para que alcancem a vida que desejam ter, expressão fundamental do desenvolvimento humano. Estudos recentes indicam que a desigualdade de renda e a má distribuição de riqueza entre os países têm ficado estagnada ou até mesmo aumentado, o que poderia impedir o pleno desenvolvimento do potencial das pessoas, anulando ou reduzindo os esforços para o alcance dos resultados do desenvolvimento. Devido à imposição de barreiras aos frutos do desenvolvimento pelas pessoas mais vulneráveis, a desigualdade é vista como tema central da Agenda 2030.

É importante compreender também que a desigualdade é multidimensional e afeta a vida das pessoas de diferentes maneiras, seja no acesso ao mercado de trabalho por questões de gênero, seja no uso do tempo pelas questões de deslocamento e transporte urbano, seja no acesso à educação de qualidade, entre muitas outras. No entanto, a dimensão mais tradicional para se medir a desigualdade, continua sendo a renda, utilizando como medida o Índice de Gini.

De 2016 a 2018, a desigualdade no Brasil voltou a aumentar. Mas, em **2019**, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do Brasil foi de **0,543,** um pouco menor que em 2018, quando ficou em 0,545, mas ainda maior que os patamares de 2012 e a 2015, quando os índices eram menores e indicavam menor concentração de renda. Em 2015, o índice estava em 0,523, mas, com a recessão econômica de 2015 e 2016, a distribuição de renda se acentuou mais. Quanto maior for esse valor, maior é a concentração de renda pela parcela mais rica da população e o distanciamento para a **Meta 10.1** do **ODS 10**, que visa o aumento da renda da população mais pobre.

O QUE É ÍNDICE DE GINI?

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

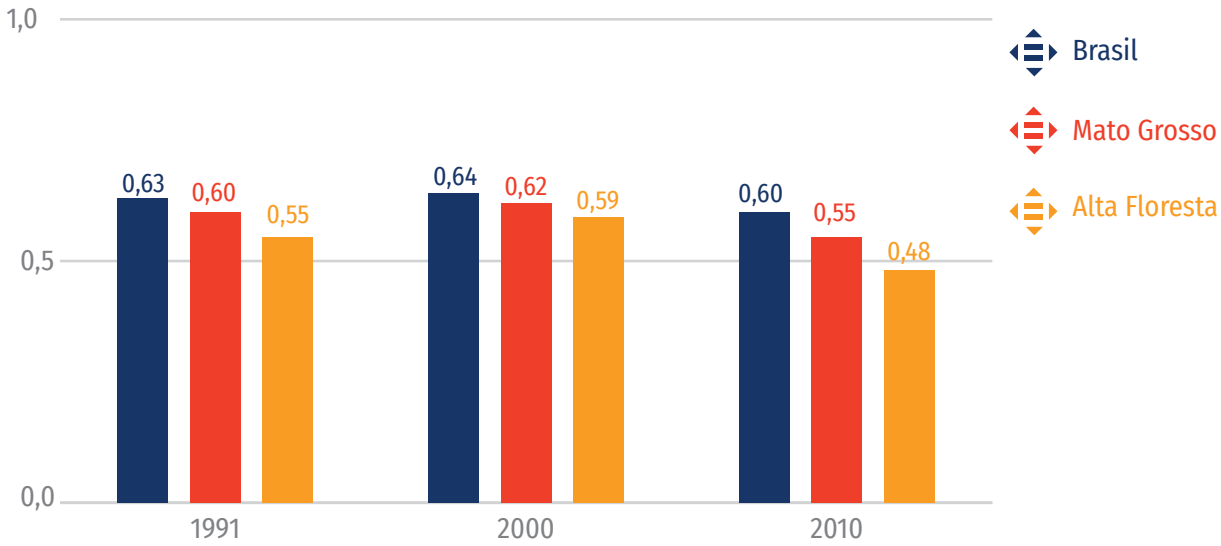
GRAU DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA

A evolução da desigualdade de renda (índice de Gini) nos municípios só pode ser calculada com os dados coletados nos Censos Demográficos realizados pelo IBGE.

Em **Alta Floresta,** o Índice de Gini passou de 0,55, em 1991, para 0,59, em 2000, demonstrando que a renda produzida no município estava se concentrando cada vez mais na parcela mais rica da população. Em 2010, o índice diminuiu e ficou em 0,48, apontando avanços com relação à distribuição de renda e um melhor cenário em comparação ao estado de Mato Grosso (0,55) e ao Brasil (0,60).

Os dados a serem coletados no próximo Censo Demográfico mostrarão se o município vem mantendo a tendência de queda apresentada em 2010.

Gráfico 35:
Índice de Gini no Brasil, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

META 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

META 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

RESÍDUOS SÓLIDOS

Domicílios e empresas produzem quantidades substanciais de resíduos sólidos que devem ser coletados regularmente, reciclados ou tratados e descartados adequadamente, a fim de manter condições de vida saudável. Por isso, é também uma preocupação da Agenda 2030.

A separação e a reciclagem do lixo estão ganhando força aos poucos no Brasil. A separação dos resíduos sólidos urbanos beneficia a natureza de modo significativo e diminui a quantidade de materiais que vão para os lixões e aterros sanitários. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o Brasil perde R$ 8 bilhões por ano por não reciclar materiais úteis.

Implementar um sistema de coleta seletiva é uma das metas urgentes que precisam ser assumidas por todos os municípios do Brasil e do mundo. Os benefícios da reciclagem são muitos, como a preservação dos recursos naturais, a redução da poluição do ar e das águas, a diminuição da quantidade de resíduos a ser aterrada e a geração de emprego a partir da criação de usinas de reciclagem

Uma melhor gestão de resíduos sólidos evita a emissão de milhões de toneladas de gases de efeito estufa anualmente, contribuindo com a ação contra a mudança global do clima (ODS 13), e também reduz outros tipos de impactos ambientais danosos às populações, como contaminações do solo e da água (ODS 11, 14).

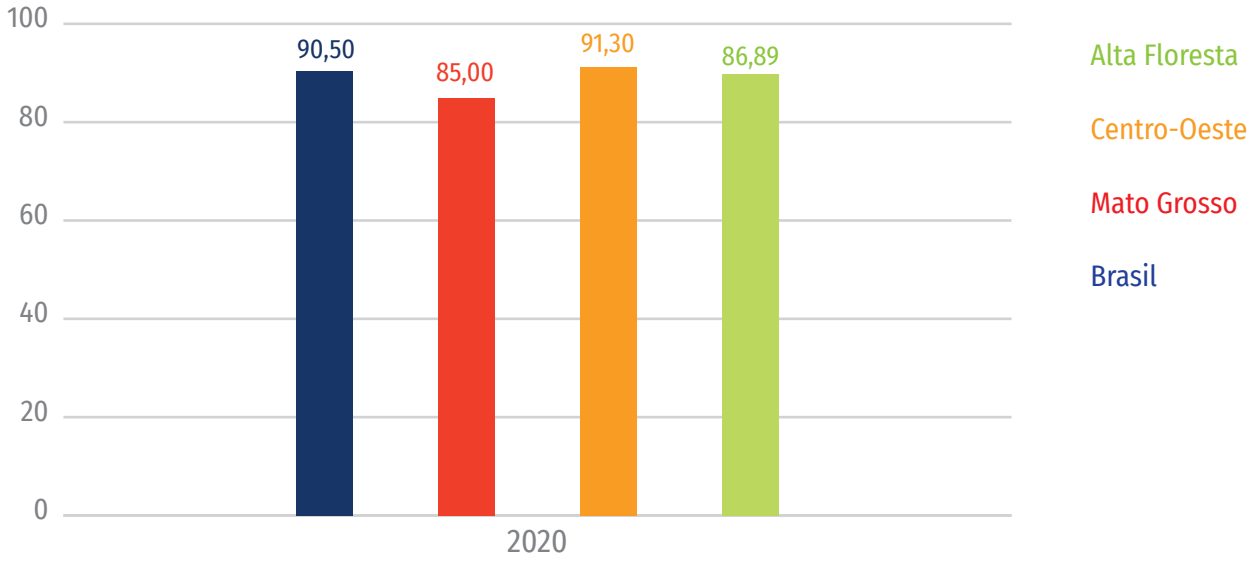
Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020 (Abrelpe, 2020), em 2019, 92% do lixo gerado no país foi coletado, o que equivale a 72 milhões de toneladas de resíduos descartados pela população no período de um ano. Em relação à destinação desse lixo coletado, 59,5% foram para aterros sanitários adequados, e 40,5% foram despejados em locais inadequados, como lixões ou aterros que não contam com sistemas necessários para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente. O setor de coleta de resíduos emprega cerca de 332 mil pessoas no Brasil.

Em relação à coleta seletiva, dados de 2018 revelaram que 1.227 municípios possuíam esse serviço implantado, o que equivale a apenas 17% da população atendida (35 milhões de pessoas). A coleta seletiva, no entanto, tende a se concentrar mais nas regiões Sul e Sudeste do país. As cooperativas do ramo estão crescendo e já são responsáveis por 50% da coleta do lixo reciclável no país. Outros dois agentes executores da coleta seletiva são as prefeituras (39%) e empresas particulares (36%). O tipo de material reciclável mais coletado no país é papel e papelão (22%), seguido de plástico (13%) e alumínio (12%) (Cempre, 2019).

Estima-se que, para o estado de **Mato Grosso,** o percentual de cobertura do serviço de coleta de resíduos em geral em relação à população total do estado era de 88,4%, em 2010, passando para 85%, em 2020. No Brasil, essa cobertura era de 93,4% da população em 2010, e reduziu para 90,5% em 2020.

Os dados da série sobre resíduos sólidos de **Alta Floresta** estão incompletos no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os anos da série analisada que possuem registro para esse indicador são 2017 e 2020, período em que o município manteve o percentual de 86,89% da população com cobertura do serviço de coleta.

Gráfico 36:
Percentual de cobertura do serviço de coleta de resíduos em relação à população total no Brasil, na região Centro-Oeste, no estado de **Mato Grosso** e no município de **Alta Floresta,** em 2020



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

META 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

META 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

META 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

META 14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA PARA POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Os governos locais podem agir na identificação, prevenção e desenho de respostas a possíveis cenários de risco de desastres ambientais, econômicos e sociais. É importante pensar que os tipos de ameaça podem mudar ao longo do tempo, devido a fatores como a urbanização crescente e desordenada e às mudanças do clima.

Quais são as áreas geográficas do município mais expostas a impactos territoriais negativos em decorrência de desastres naturais? Quais são as comunidades e habitações mais expostas a riscos? Quais são os riscos mapeados? Existem riscos de desastres naturais ou epidemias? Existem riscos de desaceleração ou de saída de uma grande empresa do município? O agronegócio pode sofrer algum impacto em decorrência das mudanças do clima?

Os processos participativos ajudam a responder a essas questões de forma mais efetiva, incluindo a oitiva de diversos grupos sociais, comunidades e setores. Detectar riscos e traçar planos de resposta rápida e recuperação de dano são ferramentas essenciais para não desacelerar o desenvolvimento. A adoção de estratégias locais de redução de riscos é fundamental para cumprir as metas dos **ODS 1**, **11**, **13** e **15**.

UNDRR
UN Office for Disaster Risk Reduction

Campanha Mundial
Construindo Cidades Resilientes:
Minha Cidade se está Preparando

Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015-2030
2015 Sendai, Japón

A **Campanha Global "Construindo Cidades Resilientes"**[70] aborda questões de governabilidade local e risco urbano, a fim de ajudar os governos locais a reduzir riscos e aumentar a resiliência em áreas urbanas pela aplicação do **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030.**

A campanha oferece soluções e ferramentas que permitem aos governos e atores locais identificar lacunas em sua capacidade de resiliência e aumentar sua capacidade financeira, técnica e de conhecimento para o planejamento de desenvolvimento e de gestão de risco. Por meio da campanha, as cidades se tornam parte de uma ampla aliança de cidades resilientes em todo o mundo.

A liderança e a participação dos governos locais, como nível institucional mais próximo dos cidadãos, desempenham papel vital para qualquer compromisso sobre a redução do risco de desastres, por meio de sua incorporação bem-sucedida ao processo de planejamento do desenvolvimento urbano.

Tornar as cidades resilientes é responsabilidade de todos: governos nacionais e subnacionais, associações governamentais locais, organizações internacionais, regionais e da sociedade civil, doadores, setor privado, instituições acadêmicas e associações profissionais, assim como todos os cidadãos e cidadãs.

Fonte: <https://eird.org/camp-10-15/port/sobre-a-campanha.html>.

[70] Veja o guia de participação da campanha em: <https://eird.org/camp-10-15/docs/guia-de-participacion.doc>.

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

META 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

META 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

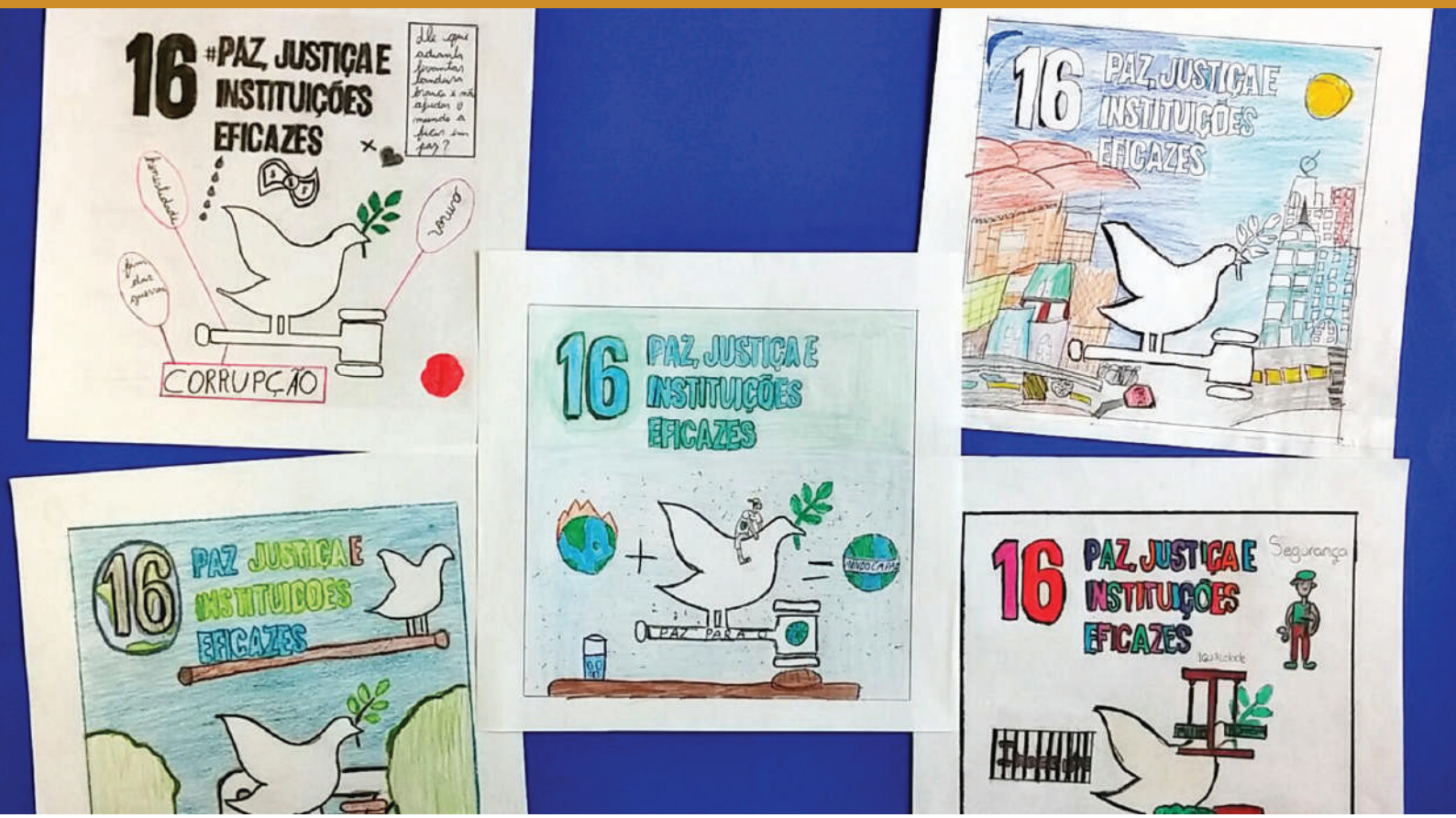
META 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

META 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países *

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

META 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente



SEGURANÇA

Viver com segurança e sem medo é essencial para as pessoas e gera efeitos positivos em seu cotidiano. A violência dificulta a efetivação do desenvolvimento humano, pois impede a ampliação da liberdade das pessoas e a realização de suas capacidades. É, então, uma das preocupações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A violência não é um evento isolado. Ela se relaciona a diversos fatores, como desigualdade, racismo, pobreza, falta de segurança, escassez de escolas, poucos empregos e baixa renda, problemas que devem ser trabalhados, conjuntamente, por todos os entes federativos, para alcançar a redução da violência de forma sustentável.

A segurança pública é uma das áreas que mais requerem a coordenação efetiva de políticas públicas de prevenção e repressão qualificada. A superação da alta criminalidade no Brasil requer a produção de análises e diagnósticos acurados, de modo a propor ações preventivas efetivas relacionadas não só à segurança, mas também à inclusão social de jovens, à educação de qualidade, à promoção da qualificação profissional, da cultura, do esporte e do lazer, dentre outras políticas atreladas à cadeia de ações necessárias para enfrentar esse problema.

O **ODS 16** busca a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça para todos. Para alcançar um município e um país pacíficos, é preciso reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas a elas (**Meta 16.1**), acabar com

abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças (**Meta 16.2**), bem como promover o Estado de Direito, com a igualdade de acesso à justiça para todos (**Meta 16.3**).

No Brasil, todo o aparato de segurança pública não é gerido e executado pelos municípios. Trata-se de uma área que continua sendo administrada integralmente pela União e pelos estados da federação. Dessa forma, as atividades da área de segurança pública geralmente são planejadas sem a participação da comunidade e dos governos municipais, que sofrem um distanciamento entre o problema e a capacidade para resolvê-lo de acordo com as características locais. No entanto, é no município que a criminalidade e a violência são vivenciadas, e é ali que recaem os custos sociais e econômicos desse problema.

Embora os municípios não tenham papel determinante na organização e na administração da segurança pública, eles podem atuar na prevenção e na diminuição da criminalidade local. Como mencionado na introdução deste capítulo, a redução da violência não requer apenas os esforços do sistema de segurança pública e de justiça criminal. É necessário também um trabalho conjunto na solução do problema, que envolve diretamente os gestores municipais em parceria com a comunidade local.

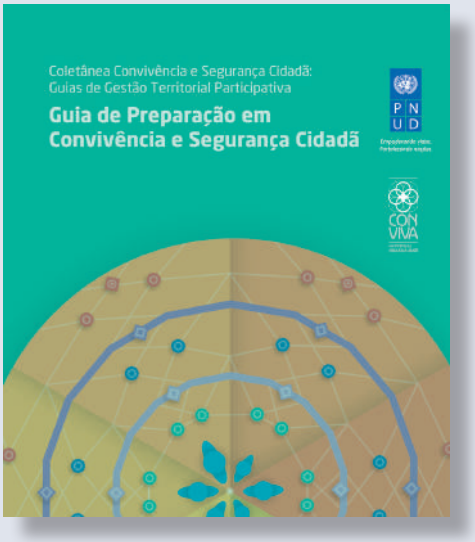
HOMICÍDIOS TOTAIS

Para se ter uma ideia do patamar de violência que prevalece no Brasil, é importante analisar o histórico preocupante de homicídios que impera há décadas. Anualmente, ocorrem no país mais mortes que em muitos países com fortes conflitos armados. Em 2019, 44.033 homicídios foram registrados no Brasil, o que equivale a uma média de 120 pessoas assassinadas por dia ou 5 por hora em todo o território nacional.

Gráfico 37:
Número e taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil, de 2010 a 2019

Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Estimativa Populacional IBGE.

A Redução da Vulnerabilidade e a Promoção da Segurança Cidadã formam um dos pilares da atuação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. São claras as evidências de que os altos índices de criminalidade e insegurança nos países da América Latina e Caribe têm imposto entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região, mesmo face às recentes melhorias na governança e na qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Neste sentido, o PNUD Brasil compartilha a prioridade brasileira de promover melhorias na segurança pública como caminho necessário ao que chamamos de desenvolvimento humano sustentável.



A contribuição a esta área vem da atuação de nossas equipes a partir da perspectiva conceitual da Convivência e Segurança Cidadã, que envolve a adoção de um enfoque integral, local e participativo no tratamento da segurança pública. Isso permitiu acumular, nos últimos anos, experiência corporativa relevante na área de segurança, tanto em âmbito nacional quanto local, como resultado de várias atividades de prevenção do conflito, reforma institucional e construção de capacidades para a governabilidade democrática.

A partir de 2004, o PNUD, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça, iniciou o Projeto Segurança Cidadã, que contribuiu para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), buscando a valorização e a formação profissional, a modernização da gestão e da intervenção operacional das instituições de segurança pública, a produção qualificada da prova e a prevenção a violência e criminalidade.

O projeto trabalhou com o alinhamento de programas de segurança pública aos conceitos de Segurança Cidadã em dez estados (MG, PE, AL, BA, DF, RJ, ES, PR, PB, AP). Além disso, promoveu diversas ações no campo da educação dos profissionais da segurança pública, tais como: realização de sete cursos, de 40 horas, destinados a policiais, gestores públicos – federais, municipais e estaduais – e representantes da sociedade civil, com foco nas ações e projetos integrados de prevenção e controle da criminalidade e da violência; realização de seis cursos de Convivência e Segurança Cidadã, no estado do Rio de Janeiro, para atender às 38 UPP implantadas; elaboração de 12 cadernos temáticos – pensando a segurança pública; produção da revista Segurança, Justiça e Cidadania.

A construção de diretrizes nacionais e modelos metodológicos foi outro eixo de ação do projeto, que trabalhou os seguintes pontos: prevenção à violência contra a pessoa com deficiência; definição de padrões mínimos de estrutura, gestão e funcionamento de Unidades Policiais Especializadas de Fronteiras e de Unidades Policiais Especializadas em Vias Hídricas; construção de instrumento psicológico de diagnóstico de vulnerabilidade ao estresse ocupacional em profissionais de segurança pública no Brasil; formulário próprio de perícia no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.

A metodologia de Segurança Cidadã está alinhada à Agenda 2030 para o alcance do Desenvolvimento Sustentável e colabora para o alcance da Meta 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), que propõe: promover instituições fortes, inclusivas e transparentes, a manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos baseados no Estado de Direito. Esses pontos são a base para o desenvolvimento humano sustentável.

Para mais informações sobre o Projeto Segurança Cidadã, acessar: <https://pnudbrasil.exposure.co/seguranca-cidada>.

HOMICÍDIOS NO MATO GROSSO E NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA

A participação efetiva do poder municipal na formulação e implementação de políticas de prevenção à violência é essencial, principalmente no que tange à prevenção primária. Esse tipo de prevenção envolve ações focadas em fatores sociais, econômicos, psicológicos e ambientais. Como exemplos dessas ações, podem-se citar políticas públicas de geração de emprego e renda, de inclusão social, de renda mínima, de saúde pública, de inclusão escolar e de combate ao abandono escolar, de revitalização de espaços públicos, particularmente nas áreas de risco ou de exclusão, entre outras.

Para a formulação de ações e políticas públicas de prevenção da violência, é essencial conhecer os dados da criminalidade local. O Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), contabiliza, todos os anos, os atestados de óbito por homicídio registrados em todas as unidades federativas do país. Esses dados se apresentam com cerca de dois anos de defasagem e podem ser acessados pela internet[71].

O estado de **Mato Grosso** registrou um total de 10.866 homicídios de 2010 a 2019. A análise da taxa anual de homicídios a cada 100 mil habitantes mostra que o estado vem apresentando taxas superiores às taxas do país em todo o período. O ano de pico foi 2014, quando ocorreram 1.356 homicídios no estado e a taxa chegou a 42,1 mortes por 100 mil habitantes. Em 2019, a taxa reduziu para 25,5/100 mil, mas continuou superior em relação ao país.

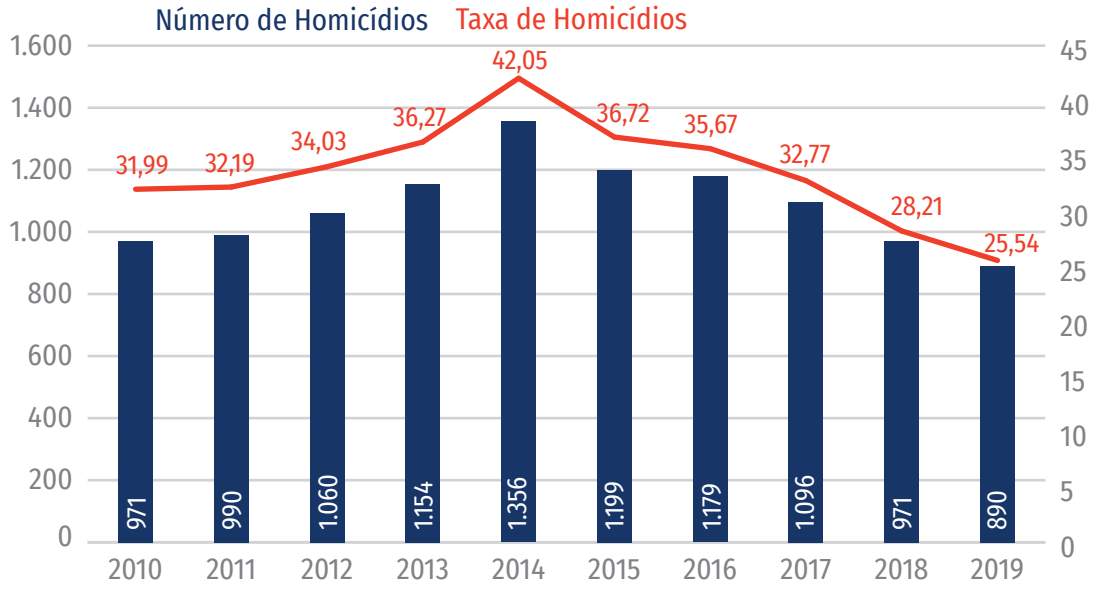
No período de 2010 a 2019, o município de **Alta Floresta** registrou um total de 189 homicídios. A análise da taxa anual de homicídios a cada 100 mil habitantes mostra que o município apresentou taxas superiores às do estado de Mato Grosso em alguns anos.

O ano de pico foi 2017, quando ocorreram 29 homicídios no município e a taxa chegou a 57,78 mortes por 100 mil habitantes. Em 2010, ocorreu o menor registro anual, com 10 casos notificados. Em 2019, o número de homicídios reduziu em apenas um caso em relação a 2018. Ou seja, em 2018 e 2019, o município apresentou

[71] Este diagnóstico utilizou os dados referentes a mortes intencionais por causas externas, da Categoria CID 10 X85 a Y09, por local de residência da vítima. Os números por município estão disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>.

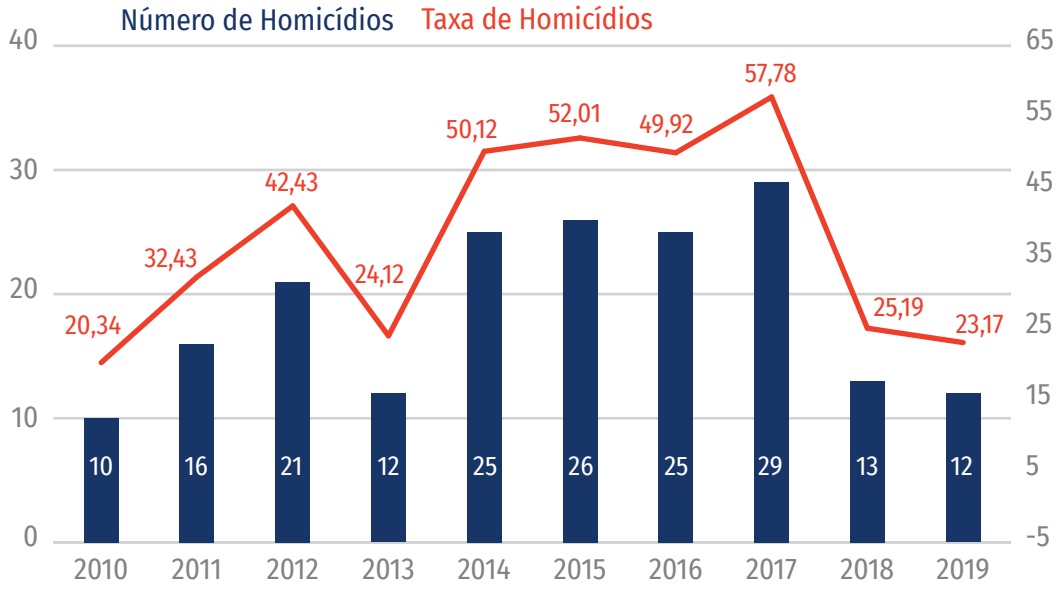
um quadro muito bom de redução da violência homicida. O ideal é continuar monitorando esses dados e implementando ações de prevenção para a erradicação da violência letal.

Gráfico 38:
Número e taxa de homicídios por 100 mil habitantes no estado de **Mato Grosso,** de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Estimativa Populacional IBGE.

Gráfico 39:
Número e taxa de homicídios por 100 mil habitantes no município de **Alta Floresta,** de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Estimativa Populacional IBGE.

HOMICÍDIOS SEGUNDO SEXO E IDADE

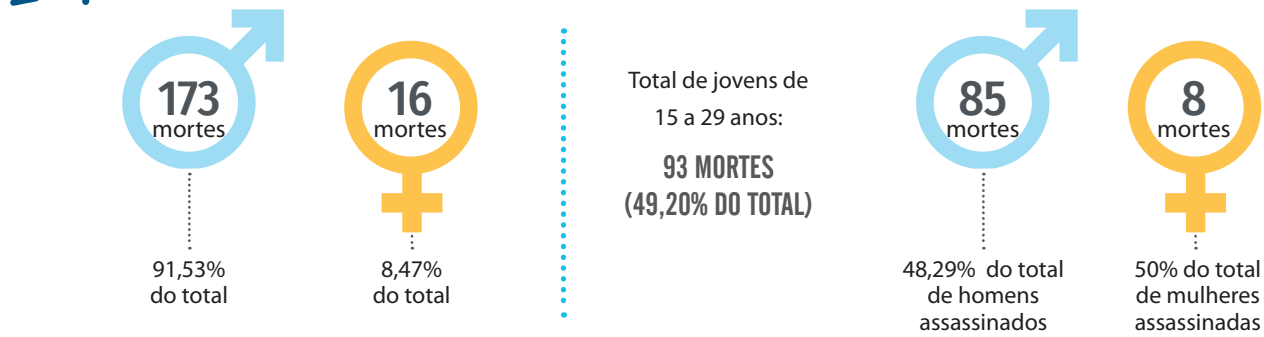
No Brasil, foram registrados 3.728 assassinatos de mulheres em 2019, o que corresponde a uma média de 10 homicídios por dia. Apesar de se observar uma tendência de redução na violência letal contra mulheres nos anos mais recentes, em um período mais longo esse tipo de violência teve incremento no Brasil em vários estados. Entre 2008 e 2019, houve incremento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Esses números são preocupantes, e o fato de cerca de 30% dessas mortes ocorrerem dentro da casa das vítimas acende uma luz de alerta para as agressões domésticas, perpetradas por parceiros ou ex-parceiros[72].

É preciso considerar que altos índices de violência doméstica predominam em todo o país e que muitas dessas agressões terminam em feminicídio. Cabe também aos municípios buscar implementar ações de prevenção à violência contra mulheres e proporcionar apoio àquelas já inseridas nesse ciclo de agressões, de forma a contribuir para a redução de feminicídios no país.

No período de 2010 a 2019, foram mortos 173 homens e 16 mulheres no município de **Alta Floresta.** A análise dos dados gerais mostra que a maioria das vítimas eram homens na faixa etária de 20 a 29 anos. No caso das mulheres, metade das vítimas estava na faixa etária de 15 a 29 anos.

Um público que merece bastante atenção por parte dos governos e da sociedade civil organizada são os jovens na faixa de 15 a 29 anos, grupo etário mais vulnerável a homicídios no Brasil. No município de Alta Floresta, 49,2% das mortes foram com jovens nesta faixa etária, fato que demanda a implementação de medidas nas áreas de educação, saúde, assistência social e emprego/renda para este grupo.

VÍTIMAS DE HOMICÍDIO EM ALTA FLORESTA (2010 A 2019)



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

[72] Para ulteriores informações, ver **Atlas da Violência 2020** (IPEA, FBSP): <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

HOMICÍDIOS SEGUNDO RAÇA

Os dados sobre homicídios também são um retrato da desigualdade racial no Brasil. Pessoas negras correm mais risco de serem vítimas de violência e homicídio que as brancas. Para que essa situação seja enfrentada, é crucial combater o racismo e suas expressões, cujo efeito mais violento é o homicídio.

Do total de pessoas assassinadas em 2019, 71,0% das vítimas eram negras (soma de pretas e pardas, segundo a classificação do IBGE). A taxa de homicídios da população negra brasileira foi de 15,8 mortes por 100 mil negros. Já a taxa para os brancos, amarelos e indígenas foi de 5,88 mortes. Ou seja, para cada pessoa branca assassinada, morrem 2,9 negros.

No Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada duas horas. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não negros, entre os negros houve aumento de 18,2%.

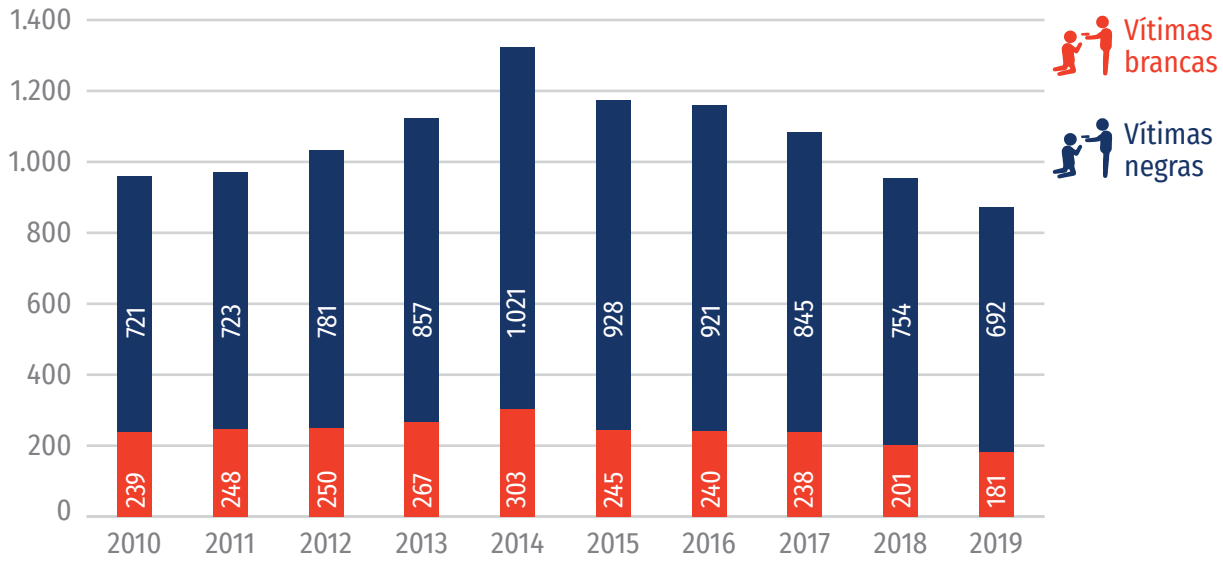
Diante desses dados preocupantes, a ONU Brasil lançou, em 2017, a campanha Vidas Negras, no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). A campanha

tem como objetivo ampliar a visibilidade do problema da violência contra a juventude negra no país. Saiba mais: <https://nacoesunidas.org/campanha/vidas-negras/>.

No estado de **Mato Grosso,** 77,8% dos homicídios ocorridos em 2019 foram com vítimas negras (soma das pretas e pardas). No período analisado, houve registro de 20 casos de homicídio de indígenas no estado.

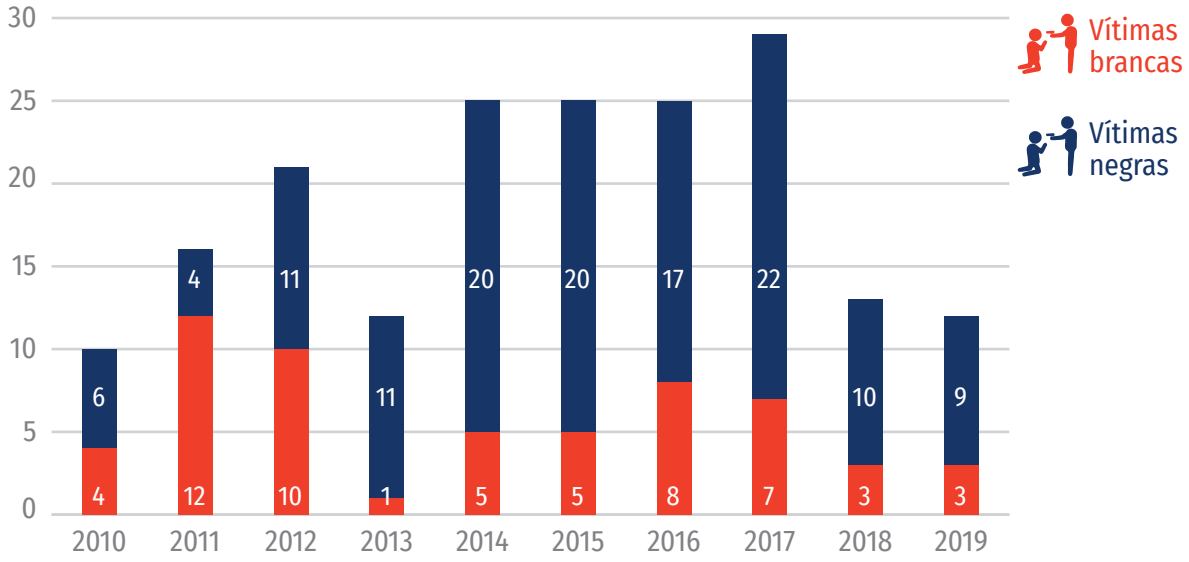
O município de **Alta Floresta** teve um total de 130 pessoas negras mortas de 2010 a 2019, número que representa 68,80% do total de homicídios no período (189). Houve ainda a morte de uma pessoa indígena. Veja nos Gráficos 40 e 41 os dados do município e do estado a cada ano. Não estão computadas as mortes de pessoas indígenas, amarelas e de raça ignorada.

Gráfico 40:
Total de homicídios no estado de **Mato Grosso,** por raça/cor branca e negra, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Gráfico 41:
Total de homicídios no município de **Alta Floresta,** por raça/cor branca e negra, de 2010 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Estimativa Populacional IBGE.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

META 16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico apresentou um conjunto de indicadores resultantes da avaliação e associação aos indicadores ODS, com dados acessíveis para os níveis municipal, estadual e nacional. Nem todos os ODS foram mensurados, assim como alguns indicadores citados não estão vinculados diretamente à Agenda 2030, porém foram incluídos no diagnóstico para oferecer mais fundamento à análise do desenvolvimento local. Contudo os resultados apresentados já permitem observar algumas tendências em relação aos ODS para o município de Alta Floresta.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o município possui bons resultados em relação ao **ODS 1**, pois vem reduzindo seus índices de pobreza e extrema pobreza ao longo dos anos. No entanto, segundo dados de 2021 do Cadastro Único, o município ainda possui 6.703 famílias em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza, que representam cerca de 35% da população local. Nota-se que o município deverá erradicar a pobreza extrema até 2030 para cumprir a **Meta 1.1** da Agenda 2030.

Em relação ao **ODS 2**, o município apresenta cerca de 4,72% de suas crianças menores de 2 anos em estado de desnutrição. Ainda há oscilações intensas de um ano para outro, mas este percentual de 2020 é inferior ao do estado de Mato Grosso (6,48%). Para 2030, a **Meta 2.2** indica a necessidade de acabar com todas as formas de desnutrição.

Na área de saúde, representada no **ODS 3**, o município se mantém abaixo da **Meta 3.1 e 3.2** no que se refere a mortalidade materna, infantil e neonatal. Mesmo assim, precisa trabalhar para reduzir o máximo possível essas taxas, principalmente a mortalidade neonatal, que aumentou em 2019. A gravidez na infância e adolescência é um problema no município e necessita urgentemente de ações de educação sexual e reprodutiva para meninas e meninos. No que se refere a doenças transmissíveis, cuja **Meta 3.3** prevê a erradicação total até 2030, o município ainda apresenta quadros preocupantes em relação a transmissões de HIV, tuberculose, hepatite B, dengue e malária, doenças que devem ser cuidadosamente monitoradas, prevenidas, tratadas e erradicadas.

Os casos de doenças crônicas não transmissíveis mantiveram-se estáveis no período analisado, com maior volume de doenças que afetam o aparelho circulatório e as neoplasias. No entanto requer atenção para ações preventivas reduzir ainda mais essas enfermidades nos próximos anos. A **Meta 3.4** do **ODS 3** prevê a redução em um terço da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis.

A **Meta 3.6**, também do **ODS 3,** prevê a necessidade de reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas até 2030. Alta Floresta vem apresentando altos índices de mortalidade no trânsito desde 2010, com queda em 2019. É preciso que o município continue trabalhando para reduzir ainda mais esse tipo de acidente.

Em relação aos índices de educação, representados pelo **ODS 4,** alguns indicadores se mostraram superiores aos do estado de Mato Grosso e do Brasil. O município apresentou bom desempenho no acesso a água potável, energia elétrica e instalações sanitárias nas escolas, porém os laboratórios de informática e a internet estão mais concentrados nos ciclos finais de ensino. Além disso, nem todas as escolas possuem infraestrutura

para alunos com deficiência e Atendimento Educacional Especializado, ambos imprescindíveis para todas as creches e escolas. Quanto à eficiência do ensino, a nota IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental reduziram levemente em 2019, fato que alerta para a necessidade de revisão da qualidade do ensino no município. Também é preciso criar mecanismos de incentivo para aumentar a escolaridade de adultos e a conclusão do ensino médio entre os jovens.

As ações e contextos relacionados a igualdade de gênero, previstos no **ODS 5**, ainda são difíceis de medir em âmbito municipal. No ambiente político, Alta Floresta teve uma mulher como prefeita por dois mandatos (2004 e 2008), porém a presença de mulheres no Legislativo local ainda é extremamente reduzida, situação que requer uma grande mudança até 2030. O rendimento das mulheres ainda estava distante de se equiparar ao masculino de acordo com informações do Censo de 2010, dado que precisa ser fortemente monitorado e fiscalizado, pois homens e mulheres têm direito de ter salários iguais para funções que se equiparam. De forma geral, é preciso que o município continue trabalhando intensamente para garantir a participação plena e efetiva de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão e poder (**Meta 5.5**).

O **ODS 6**, ao prever o acesso universal a água potável e saneamento básico até 2030, passa um recado muito importante aos municípios. As políticas de saneamento geram resultados positivos também nas áreas de saúde e educação, sendo consideradas aceleradoras do desenvolvimento. O município de Alta Floresta ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar o saneamento universal, uma vez que dados de 2020 mostram que apenas 40,86% da população possui rede de esgoto e que cerca de 13% ainda não tem água encanada e tratada. Muito preocupante também é o fato de o município tratar adequadamente apenas 45% do esgoto produzido, situação que indica que a maior parte da água consumida está sendo dispensada na natureza sem qualquer tipo de tratamento. Atenção especial também precisa ser dada para as perdas de água, tendo em vista a intensificação dos períodos de seca no país decorrentes das mudanças climáticas.

Na área de trabalho e crescimento econômico, relativa ao **ODS 8**, percebe-se que o município freou o crescimento em 2017 e 2018, com quedas do PIB em ambos os anos, mas com um retomada em 2019. É preciso avaliar o PIB de 2020, ainda nao disponibilizados pelo IBGE, para uma análise de seu desenvolvimento econômico até agora, porém Alta Floresta possui ótimo PIB e figura entre os 20 municípios mais produtores do estado do Mato Grosso.

Dentre os setores que compõem o PIB, percebe-se que a indústria vem perdendo espaço na economia local e que o setor de serviços vem ganhando mais força. É importante que o município zele por empregos formais e maior contratação de mulheres, que são a minoria no setor da indústria local (**ODS 9**), que conta com 75% de força de trabalho masculina. Em 2018 e 2019 houve também aumento na geração de empregos. Entre as pessoas já empregadas, o município apresenta boa quantidade de pessoas em empregos formais. De acordo com o Cadastro Geral de Empresas (CEMPRE) de 2019 havia 12.749 postos de trabalho com carteira assinada no município, neste mesmo ano. A **Meta 9.4** indica a necessidade de modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

O município também apresenta bom padrão de desenvolvimento no setor agropecuário, mas cuja contribuição vem diminuindo no PIB. Na pecuária, há extensa produção bovina, mas que se mantém estável. Na agricultura, tem havido investimento maciço na produção de soja e milho. Mas é preciso garantir que haja maior equidade entre homens e mulheres na distribuição de postos de trabalho. O extrativismo de madeiras em tora também vem crescendo consideravelmente. No entanto, o extrativismo de madeira proveniente de florestas plantadas (silvicultura) está estacionado e necessita de crescimento para maior conservação do meio ambiente. O **ODS 2** preconiza a necessidade de aumentar investimentos em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas e novas tecnologias (**Meta 2.a**). A **Meta 2.3** indica a necessidade de dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores. E a **Meta 2.4** pede a garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementação de práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, mas que ajudem também a manter os ecossistemas.

Em relação ao **ODS 10**, é muito importante que o município trabalhe para reduzir a desigualdade de renda e a má distribuição de riqueza entre a população, de forma a gerar o pleno desenvolvimento do potencial das pessoas, garantir o acesso ao mercado de trabalho com igualdade de gênero (dando mais oportunidades para mulheres). O índice de Gini de Alta Floresta, instrumento usado para medir o grau de concentração de

renda local, foi 0,48 em 2010, indicando avanços com relação a distribuição de renda, porém ainda bastante desigual. É muito importante que o município monitore esse índice no próximo Censo do IBGE. As **Metas 10.1 e 10.2** do **ODS 10** indicam a necessidade de promoção do crescimento da renda dos 40% da população mais pobre e da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.A gestão de resíduos sólidos, abordada nos **ODS 11, 13 e 14**, é problema muito grande na maioria dos municípios brasileiros. Os dados de Alta Floresta no SNIS mostram que a taxa de cobertura de coleta regular de resíduos é de 87% da população, no entanto, não foram encontrados sobre processos de reciclagem e descarte adequado. Domicílios e empresas produzem quantidades substanciais de resíduos sólidos que devem ser coletados regularmente, reciclados ou tratados e descartados adequadamente, a fim de manter condições de vida saudável. Por isso, é também uma preocupação da Agenda 2030. É preciso que o município mapeie seus processos e envie os dados para o SNIS, de forma a poder monitorar seus avanços e implementar políticas adequadas.

Para o **ODS 16**, foi analisada a **Meta 16.1**, "reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares". Na série histórica analisada, Alta Floresta apresentou altos índices de homicídios, mostrando uma situação preocupante. Em 2018 e 2019 as mortes registradas diminuíram, mas é preciso que o município invista mais em ações de prevenção ao crime, principalmente entre jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, 50% das vítimas no período avaliado. Há bastante diferença em termos de gênero, mas é preciso prestar atenção também nos homicídios de mulheres e feminicídios. Alta Floresta registrou 16 óbitos de mulheres nesse período.

Em relação ao **ODS 16**, também foram analisadas as **Metas 16.6, 16.7 e 16.10**, que tratam da importância da transparência nos governos e do combate à corrupção. Os índices de transparência do município ainda são medianos, indicando que ainda existem ajustes a ser feitos para melhorar a gestão da transparência. Em relação aos índices de gestão fiscal, o município apresentou uma avaliação em dificuldade, ficando na 127ª classificação do Estado. É preciso que este novo governo municipal trabalhe incisivamente na regularização dos requisitos de transparência e de administração pública, presentes nas leis do país, para aumentar o nível de transparência da gestão pública no município.

É importante ressaltar que este diagnóstico não fez a análise de todos os ODS, assim como foi realizada apenas a verificação de alguns indicadores sobre temas específicos, o que não permite entender plenamente o nível de todos os objetivos no município. Em outros casos, não foi possível obter determinado dado para a região, restringindo a análise. Contudo o diagnóstico apresenta um conjunto de informações importantes, que permitiu fazer uma avaliação do cenário municipal.

Na **plataforma <www.agenda2030.org.br>** é possível verificar todas as metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É muito importante que o município, principalmente os atuais e futuros gestores locais, analisem cuidadosamente todos os dados apresentados neste Diagnóstico Situacional, tracem metas de acordo com os contextos e necessidades locais e planejem políticas públicas de aceleração do desenvolvimento, sempre olhando para as prioridades econômicas, sociais e ambientais do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020. Abrelpe: 2020. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BOSELLI, Giane. Mapa étnico-racial das mulheres na política local brasileira. Confederação Nacional de Municípios. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Mapa%20Etnico%20Racial%20das%20Mulheres%20na%20Politica%20Local%20Brasileira%20-%202018.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas. Brasília: ANA, 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Painel de Dados. Meu município. Acessos Banda Larga Fixa. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/acessos-banda-larga-fixa>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Manual de saneamento: orientações técnicas. 3. ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wpcontent/files_mf/eng_saneam2.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Banco de Tabelas e Estatísticas – Sidra. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. Cadastro Central de Empresas – Cempre. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2019>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Estatísticas de Gênero. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-2,-3,128&ind=4721>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2019. Diretoria de Pesquisas – DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – Copis. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7d410669a4ae85faf4e8c3a0a0c649c7.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. IBGE Cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Mercado de Trabalho Brasileiro. 2º trim. 2019. IBGE: 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/a2eb00da62607144d480db9c3504fa4a.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

_____. Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101597.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. CECAD 2.0. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 25º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. Brasília: MDR, dez. 2020. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2019/Diagn%C3%B3stico_SNIS_AE_2019_Republicacao_31032021.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Docentes no ensino fundamental: Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Docentes no ensino médio: Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. Matrículas no ensino fundamental: Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Matrículas no ensino médio: Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Número de estabelecimentos de ensino fundamental: Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Número de estabelecimentos de ensino médio: Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Press Kit: Ideb 2019. Brasília: 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/press-kit/2019/Press_Kit_Ideb_2019.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Balanço Energético Nacional 2020. Relatório Síntese / Ano-Base 2019. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2020>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais. Número Especial | Jul. 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hepatites-virais-2020>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Boletim Epidemiológico de HIV e AIDS. Número Especial | Dez. 2020. MS, 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/67456/boletim_hiv_aids_2020_com_marcas_2.pdf?file=1&type=node&id=67456&force=1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Boletim Epidemiológico de Malária. Número Especial | Nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim_especial_malaria_1dez20_final.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Boletim Epidemiológico de Tuberculose. Número Especial | Mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/24/boletim-tuberculose-2021_24.03>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Boletim Epidemiológico 10. Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas causados por vírus transmitidos pelo mosquito Aedes (dengue, chikungunya e zika), semanas epidemiológicas 1 a 10, 2021. Volume 52 | Mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/boletim_epidemiologico_svs_10.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portal da Saúde. Datasus. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 21 jun. 2021.

_____. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em 23 jun. 2021.

_____. Datasus – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>. Acesso em: 25 jun. 2021.

_____. Datasus – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>. Acesso em: 11 jun 2021.

_____. Datasus – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/painel-de-indicadores-epidemiologicos>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MT). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estatísticas Eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS--CPES, 2018. Disponível em: <http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro--edicao-32_1.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM (CEMPRE). Cempre Review 2019. Compromisso Empresarial para Reciclagem. CEMPRE, 2019. Disponível em: <http://cempre.org.br/upload/CEMPRE-Review2019.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/biblioteca/exibe/2855>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. Brasília: CNM, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Escala Brasil Transparente – Avaliação 360°. Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdff>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FAO; OPAS; OMS. Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe. FAO, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO (FIEMT). Observatório da Indústria. Disponível em: <https://www.fiemt.ind.br/para-industria/observatorio-da-industria>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Situação da População Mundial 2019. Um Trabalho Inacabado: a busca por direitos e escolhas para todos e todas. Fundo de População da ONU (UNFPA). UNFPA, 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_final.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: Unicef, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/6276/file/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

_____. Situação Mundial da Infância 2019. Crianças, alimentação e nutrição: crescendo saudável em um mundo em transformação. Nova York: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/5566/file/Situacao_Mundial_da_Infancia_2019_ResumoExecutivo.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

HUGHES, B. B.; HANNA, T.; MCNEIL, K., BOHL, D.K.; MOYER, J.D. Pursuing the Sustainable Development Goals in a World Reshaped by COVID-19. Denver: Frederick S. Pardee Center for International Futures; Nova York: United Nations Development Programme, 2021. Disponível em: <https://sdgintegration.undp.org/sites/default/files/Foundational_research_report.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Cadernos ODS 3 – Assegurar uma Vida Saudável e Promover o Bem--Estar para Todas e Todos, em Todas as Idades. O que mostra o retrato do Brasil?. Brasília: 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190829_cadernos_ODS_objetivo_3.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília: IPEA, PNUD, FJP, 2019. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/Radar%20IDHM%20PNADC_2019_Book.pdf>. Acesso em: 20 dez 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Painel Saneamento Brasil. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>. Acesso em: 23 maio 2021.

_____. Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil 2021. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/novo-ranking-do-saneamento-2021>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Perdas de água 2021 (SNIS 2019): desafios para disponibilidade hídrica e avanço da eficiência do saneamento básico. Disponível em: <http://tratabrasil.org.br/images/estudos/Perdas_d%C3%A1gua/Estudo_de_Perdas_2021.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Cienc. Cult., São Paulo, v. 71, n. 1, p. 40-45, jan. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MALTA, Deborah Carvalho; SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 22, n. 1, p. 151-164, jan.-mar. 2013.

MATOS, A. A; GOMES, L. J. Participação Social: A interface ausente na área de proteção ambiental Morro do Urubu, Aracaju-SE. Scientia Plena, vol. 7, n. 11, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2wVwC8v>. Acesso em: 1 abr. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Ranking* nacional dos portais da transparência. Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Perspectivas Agrícolas 2015-2024. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4761o.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

_____. Perspectivas Agrícolas 2012-2021. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/ocde-fao-perspectivas-agricolas-2012_agr_outlook-2012-es#page11>. Acesso em: 3 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/Agenda2030-completo-site%20(1).pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Folha informativa – Suicídio 2018. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839>. Acesso em: 6 fev. 2020.

OXFAM BRASIL. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam Brasil. Brasília: 2018. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

PAHO; UNFPA; UNCF. Accelerating Progress towards the Reduction of Adolescent Pregnancy in Latin America and the Caribbean. 2017. Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34493/9789275119761-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Informe sobre Desarrollo Humano 2019. Nova York: 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_spanish.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Mulheres resilientes = Cidades resilientes. Região Metropolitana de Teresina (PI). Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/pessoas/relat%C3%B3rio-mulheres-resilientes-digital.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira: o desenvolvimento humano e o antropoceno. Nova York: 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www. atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Projeto Oeste 2030. Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://oestepr2030.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS (UNAIDS). Sumário Executivo: Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS – BRASIL. Brasília: 2019. Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2019/12/2019_12_06_Exec_sum_Stigma_Index-2.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SILVA, Marcio. Políticas públicas sustentáveis: a inserção da energia fotovoltaica na administração pública municipal. Revista Técnica CNM. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Pol%c3%adticas%20P%c3%bablicas%20Sustent%c3%a1veis%20-%20a%20inser%c3%a7%c3%a3o%20da%20energia%20fotovoltaica%20na%20administra%c3%a7%c3%a3o%20p%c3%bablica%20municipal.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO (TCE/MT). Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios. Disponível em: <https://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>. Acesso em 13 ago. 2021.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS (UCLG). National and Sub-National Governments on the Way towards the Localization of the SDGs. Barcelona: 2017. Disponível em: <https://www.gold.uclg.org/sites/default/files/UCLG_GTF_LocalizationSDG.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). ¿Está listo su Gobierno Local? Información y modalidades de participación y postulación de las ciudades y los gobiernos locales. Campaña Mundial para la Reducción de Desastres 2015-20. Disponível em: <https://eird.org/camp-10-15/docs/guia-de-participacion.doc>. Acesso em: 30 jan. 2020.

UNITED NATIONS (UN). Global Sustainable Development Report 2019: The Future is Now – Science for Achieving Sustainable Development. Nova York: 2019. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/24797GSDR_report_2019.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

UNITED NATIONS (UN). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Population Prospects 2019: Highlights. Nova York: 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). World Cities Report 2016: Urbanization and Development: Emerging Futures. Nairobi: 2016. Disponível em: <http://wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/2017/02/WCR-2016-Full-Report.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (UNDESA). World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons (ST/ESA/SER.A/451). Nova York: 2020. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Nov/undesa_pd-2020_world_population_ageing_highlights.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). 2020 Human Development Perspectives. COVID-19 and Human Development: Assessing the Crisis, Envisioning the Recovery. Nova York: 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/covid-19_and_human_development_0.pdf>. Acesso em: 9 de ago. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). Global Gender Gap Report 2021. Genebra: 2021. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global status report on road safety 2018. 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/276462/9789241565684-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 6 fev. 2020.

_____. Global Tuberculosis Report 2018. Genebra: WHO, 2018. Disponível em: <http://www.who.int/iris/handle/10665/274453>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. Suicide in the World: Global Health Estimates. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 7 fev. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Preventing Suicide: a Resource for Pesticide Registrars and Regulators. Genebra: 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326947/9789241516389-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 7 fev. 2020.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

JACAREACANGA PARANAÍTA ALTA FLORESTA

Hidrelétrica TELES PIRES

NEOENERGIA Eletrobras CGT Eletrosul Furnas

BNDES

PNUD